

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

DANIEL SILVA SANTOS

**EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO PROJOVEM URBANO:
UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM
TEIXEIRA DE FREITAS-BA**

**São Mateus - ES
2016**

DANIEL SILVA SANTOS

**Educação Empreendedora no Projovem Urbano:
Uma Análise das Práticas Pedagógicas em Teixeira de Freitas-Ba**

Dissertação apresentada à
Faculdade Vale do Cricaré, para
obtenção do título de Mestre em
Gestão Social, Educação e
Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão
Social, Educação e
Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Désirée
Gonçalves Raggi

**São Mateus-ES
2016**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional
Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - ES

S237e

SANTOS, Daniel Silva

Educação empreendedora no Projovem Urbano: uma análise das práticas pedagógicas em Teixeira de Freitas-BA. / Daniel Silva Santos. – São Mateus - ES, 2016.

138f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2016.

Orientação: Prof.^a. Dr.^a Desirée Gonçalves Raggi

1. Educação Empreendedora. 2. Práticas Pedagógicas. 3.

Educação de Jovens e Adultos. 4. Projovem Urbano. I.

Título.

CDD: 374.01

Nome: SANTOS, Daniel Silva

Título: Educação empreendedora no Projovem Urbano: uma análise das práticas pedagógicas em Teixeira de Freitas-BA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para o título Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovado em: 19 de fevereiro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a. Désirée Gonçalves Raggi
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)

Prof.^a Dr^a. Lilian Pittol Firme de Oliveira
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)

Prof.^a Dr.^a Kátia Gonçalves Castor
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)

A Deus, por sua presença constante no decorrer de todas as caminhadas.

A meus pais, pelo amor, direcionamento e palavras de estímulo à vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom de ser um educador e por permitir mais uma experiência tão importante e singular na minha vida.

À minha Família, por todo amor, pelo alicerce e pelas contribuições no decorrer da minha formação, que me tornaram, hoje, mais uma vez, realizado.

De modo singular, a Neto, pelo companheirismo, incentivo e apoio incondicional em todos os momentos e etapas desta conquista. Sou eternamente agradecido.

Em especial, à minha Orientadora, a Prof.^a Dr.^a Désirée Gonçalves Raggi, pelas palavras de estímulo, direção e sabedoria. Além de sua amizade, dedicação e competência na condução deste trabalho.

À minhas magníficas amigas Maria e Lelícia, pelas significativas aprendizagens, em todas as “viagens”, principalmente àquelas com destino ao conhecimento.

À Equipe Projovem Urbano de Teixeira de Freitas; em especial, ao Amauri e à Edna, agradeço intensamente pelas ideias, receptividade e parceria nas pesquisas e aprendizagens.

Aos amigos, Clayton Soares e Carmem Sá, meus sinceros agradecimentos pelas essenciais participações nesta pesquisa.

Aos **Amigos** de velhas e novas caminhadas, obrigado pelo incentivo, pela amizade e compreensão.

Aos membros da banca, **Prof.^a Dr.^a Kátia Gonçalves Castor e Prof.^a Dr.^a Lilian Pittol Firme de Oliveira**, pelas enriquecedoras contribuições.

Aos meus alunos e demais colaboradores, que de forma relevante, também, fizeram parte dessa jornada.

“Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo”.

Paulo Freire

RESUMO

SANTOS, Daniel Silva. **Educação empreendedora no Projovem Urbano: uma análise das práticas pedagógicas em Teixeira de Freitas-BA.** 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2016.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições das práticas pedagógicas desenvolvidas no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano para a Educação Empreendedora dos educandos, no município de Teixeira de Freitas-BA. A problematização está voltada para compreender de que forma práticas pedagógicas, presentes no Programa, contribuem para educação empreendedora de educandos, frente às novas exigências sociais. Em sua proposta curricular, o Projovem Urbano atende estudantes com idades entre dezoito e vinte e nove anos e, tem finalidades específicas de praticar a formação integral, adotando mecanismos para promover: a reinserção dos estudantes no processo de escolarização, a identificação de oportunidades de trabalho, a capacitação para a vida profissional, a participação dos jovens em ações coletivas, a inclusão digital e a ampliação do acesso à cultura. Para isso, integra as dimensões curriculares de Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, durante os dezoito meses de curso. Trata-se de uma investigação de caráter exploratório e de natureza qualitativa, que foi desenvolvida através do método de estudo de caso, permitindo a valorização das percepções dos docentes e discentes, as observações das aulas e, também, as análises do manual do educador e do guia de estudo do curso. Para tanto, utilizou-se como instrumentos de pesquisa, a análise documental, a entrevista semiestruturada, a observação e o grupo focal. Como resultados, a partir das análises das informações, foi possível identificar que as práticas pedagógicas do Projovem Urbano, em Teixeira de Freitas-BA, têm contribuído para a educação empreendedora de alunos, de forma que, por meio do currículo integrado, vivenciam-se experiências de ensino e aprendizagem centradas na formação humana e profissional, a partir de métodos, técnicas e posturas docentes, que estimulam o despertar de atitudes e comportamentos empreendedores dos envolvidos, com vistas à transformação social.

Palavras-chave: Educação Empreendedora. Práticas Pedagógicas. Educação de Jovens e Adultos. ProJovem Urbano.

ABSTRACT

SANTOS, Daniel Silva. **Entrepreneurship education in Projovem Urbano: an analysis of pedagogical practices in Teixeira de Freitas, Bahia. 2016.** 138 f. Dissertation (Professional Master in Social Management, Education and Regional Development). Faculdade Vale do Cricaré, ES, 2016.

This research aimed to analyze the contributions of pedagogical practices developed at the National Youth Inclusion Program (Projovem Urbano) for Entrepreneurial Education students in the municipality of Teixeira de Freitas, Bahia. The questioning is focused on understanding how pedagogical practices present in the program, contribute to entrepreneurial education of students, in the face of new social demands. This is an exploratory character of research and qualitative nature, which was developed through the case study method, allowing the appreciation of the voices of teachers and students, observations of classes and also the educator's manual analysis and the course of the study guide. For this purpose, it was used as research tools, document analysis, semi-structured interview, observation and focus groups. For the theoretical framework, contributed significantly, the study authors as Salgado (2012), which covers the entire historical context and the current configuration of Projovem Urban. To discuss the Youth and Adult Education, it underwrote in Frigotto, Ciavatta and Ramos (2005), Freire (1996) and Oliveira and Paiva (2004). To address the issue entrepreneurship and social development, it sought support in Franco (2012), Mafra et al. (2009) and Dowbor (2007). With regard to entrepreneurial education, the theoretical foundations are based in studies of Lopes (2010), Acúrcio (2005), Dolabella (2003), Vasconcelos et. al. (2012). To delve deeper into the category Integrated Curriculum category and its practices in the program, have become fundamental, the Pereira and Lima ideas (2008), Zabala (1998) and Alves and Garcia (2008). As results from the analysis of the information, it was possible to identify the pedagogical practices Projovem Urban, in Teixeira de Freitas, Bahia, have contributed to the entrepreneurial education of students, so that, through the integrated curriculum, are experienced, teaching and learning experiences focused on human and vocational training, from methods, techniques and teaching attitudes that encourage the awakening of attitudes and behaviors of entrepreneurs involved, aiming at social transformation.

Key words: Entrepreneurial Education; Teaching Practices; Adult Education; Projovem Urbano.

LISTA DE SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
EE	Educação Empreendedora
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificações de Competências de Jovens e Adultos
FTE	Formação Técnica Específica
FTG	Formação Técnica Geral
GT	Grupo de Trabalho
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDE Escola	Plano de Desenvolvimento da Escola
PLA	Plano de Ação Comunitária
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
POP	Projeto de Orientação Profissional
PROEJA	Programa de Integração Profissional ao Ensino Médio de Jovens e Adultos
PROINFÂNCIA	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PROJOVEM URBANO	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SMA	Sistema de Monitoramento e Avaliação
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões Curriculares do Projovem Urbano	32
Figura 2 - Estrutura do Projovem Urbano nos Municípios	41
Figura 3 - Fragmento do Guia de Estudos Integrado: ciências humanas.....	93
Figura 4 - Atividade do Guia de Estudo Integrado: ciências humanas	94
Figura 5 - Atividade do Guia de Estudo Integrado: matemática	96
Figura 6 - Fragmento do Guia de Estudo Integrado: participação cidadã	98
Figura 7 - Atividade do Caderno do Plano de Ação Comunitária	98
Figura 8 - Fragmento do Arco Ocupacional Saúde: guia de estudo.....	100
Figura 9 - Atividade do Arco Ocupacional Saúde: guia de estudo	101
Figura 10 - Fragmento do Projeto de Orientação Profissional	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tempo de atuação na docência	86
Gráfico 2 - Formação dos docentes	86
Gráfico 3 - Formação empreendedora dos docentes	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Carga Horária do Projovem Urbano por dimensões curriculares	32
Quadro 2 - Matriz Curricular do Projovem Urbano	35
Quadro 3 - Unidades Formativas e os Eixos Estruturantes no Projovem.....	36
Quadro 4 - Atividades de Integração Curricular	37
Quadro 5 - Fluxo de alunos do Projovem Urbano 2013-2014	39
Quadro 6 - Fluxo de alunos do Projovem Urbano 2015	40
Quadro 7 - Formação dos colaboradores do Projovem.....	42
Quadro 7 - Formação dos colaboradores do Projovem.....	43
Quadro 8 - Características do Espaço de Si	58
Quadro 9 - Estabelecimentos de Educação em Teixeira de Freitas.....	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1.1 ESTÍMULOS E INQUIETAÇÕES	18
1.2 PENSAMENTOS, IDEIAS E AÇÕES	23
2 O PROJovem URBANO E A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA	27
2.1 O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJovem URBANO	28
2.1.1 Projovem Urbano versão 2012.....	30
2.1.1.1 Tempos e Dimensões Curriculares do Projovem Urbano	31
2.1.1.2 Eixos Estruturantes do Projovem Urbano	35
2.1.1.3 O Projovem Urbano no município de Teixeira de Freitas-BA	39
2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES.....	43
2.3 EMPREENDEDORISMO: DO EMPREENDEDOR AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	47
2.3.1 Por que uma cultura empreendedora?.....	49
2.3.2 Cultura empreendedora e o desenvolvimento local.....	51
2.4 A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS	55
2.5 A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	63
3 O CURRÍCULO INTEGRADO: FUNDAMENTO PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROJovem URBANO	69
3.1 A TRÍADE: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E TRABALHO	69
3.2 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CURRÍCULO INTEGRADO	72
4 O MÉTODO	79
4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	79
4.2 O CAMPO E OS SUJEITOS DA PESQUISA	80
4.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA	82
5 ANÁLISE E DISCUSSÕES	85
5.1 ABORDAGENS DOS DOCENTES SOBRE A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA	85
5.2 O GUIA DE ESTUDO: A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA É POSSÍVEL?	92
5.2.1 Ciências Humanas	92
5.2.2 Matemática	95
5.2.3 Participação Cidadã.....	96

5.2.4 Qualificação Profissional	99
5.3 AS AULAS DO PROJÓVEM URBANO: ENTRE O CURRÍCULO PRESCRITO E O CURRÍCULO REAL	103
5.4 OS EDUCANDOS: NOVAS PERCEPÇÕES E CONSTRUÇÃO DE POSSIBILIDADES	108
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
7 RECOMENDAÇÕES	118
REFERÊNCIAS	120
ANEXO.....	126
APENDICE	131

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

A motivação para esta pesquisa é resultado de um conjunto de experiências que contribuíram para a formação do meu perfil empreendedor ao longo da vida. Movido pela inquietação e pelos sonhos, tracei muitos planos para alcançar meus objetivos. Alguns destes se apresentaram mais fáceis, outros, entretanto, mais complexos e entrelaçavam-se no decorrer da formação tanto pessoal, quanto profissional. Assim sendo, o perfil empreendedor tem me conduzido a muitos desafios, sucessos e aprendizagens singulares e fundamentais à minha autorrealização nessa caminhada.

A integração entre a educação e o empreendedorismo foi uma necessidade decorrente na minha atuação em coordenação pedagógica, numa escola da rede municipal de ensino, da cidade de Teixeira de Freitas, Bahia. Enquanto exercia a função de coordenador pedagógico, percebi que acompanhar e orientar os planejamentos, os projetos e as atividades dos docentes era insuficiente. Havia a sensação de que me faltava “algo mais”. Era, portanto, necessário encontrar uma possibilidade de enriquecer aquela função, para que, então, eu pudesse mudar aquela realidade marcada por dificuldades de aprendizagem, pela indisciplina e desmotivação tanto por parte dos educadores, quanto pelos estudantes, por mim acompanhados.

Diante disso, percebi que havia a possibilidade de integrar os conhecimentos pedagógicos, os quais foram conquistados com a graduação em Pedagogia, bem como, com as experiências adquiridas em empregos anteriores, quando eu atuava na área de administração. Então, juntamente com a Direção da escola, foram planejadas diversas intervenções de curto, médio e longo prazo, as quais tiveram como ponto central a sinergia entre a equipe, os alunos e a comunidade. Como resultado, nos dois primeiros anos, elevamos o índice de aprovação dos alunos, reestruturamos os espaços de aprendizagem, criamos projetos interdisciplinares, reduzimos a indisciplina e nos aproximamos da comunidade.

Para potencializar este perfil profissional e realizar um sonho, no período de 2002 a 2005, consegui realizar um curso superior na área de Tecnologia em Administração e uma especialização em Gerenciamento de Micro e Pequenas Empresas. Posteriormente, cursei outra especialização; esta em Pedagogia

Empresarial. Essas formações permitiram-me uma maior aproximação com a área empresarial. Tais escolhas, apesar de parecerem um distanciamento da área educacional, foram fundamentais para os novos desafios, pois passei a atuar como professor no Ensino Superior, em cursos de Pedagogia e de Administração, ministrando as disciplinas de Sociologia, Comportamento Organizacional, Planejamento e Gestão Escolar. Além disso, como reconhecimento pelo desempenho, fui eleito Diretor Escolar, com 99% de aprovação pela comunidade interna e externa.

Ao assumir a função de Diretor de uma instituição de grande porte, que funcionava, na época, nos três turnos e localiza-se na periferia de Teixeira de Freitas, reconheci que a missão era bem maior, pois era preciso reestruturar o Projeto Político Pedagógico, considerando a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) e administrá-lo durante toda a gestão. Além disso, fez-se necessário conduzir as demais atividades, que integravam a rotina escolar. Para isso, tornaram-se imprescindíveis características empreendedoras como a perseverança, habilidade de lidar com o planejamento, liderança, habilidades de comunicação, dedicação intensa ao trabalho, capacidade de identificar nichos, conhecimentos pedagógicos e administrativos e, por fim, aplicação de criatividade para inovar.

Ao lado desta atuação, enquanto gestor, prossegui atuando como docente universitário. Atividade esta, que, a cada dia, apresentava-se mais intensa e mais abrangente devido a minha atuação, também, em outros cursos, como Turismo, Tecnologia em Administração de Recursos Humanos, Marketing, História e Ciências Contábeis. É relevante salientar que a satisfação com a docência me impulsionou tanto a criar novas práticas pedagógicas, quanto repensar sobre as mesmas no cotidiano, de forma que as aulas e os projetos sempre proporcionavam interações e aprendizagens significativas para os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Após três anos de atuação na Direção Escolar, fui convidado a assumir a função de Secretário Municipal de Educação e Cultura, do município de Teixeira de Freitas. Como consequência da necessidade de realização, característica marcante nas pessoas com perfil empreendedor e que apresentam-se motivadas pelos desafios, aceitei a proposta e desempenhei aquele papel, de abril de 2011 até dezembro de 2012. Esta experiência provou que todo o investimento nos estudos e

conhecimentos empíricos foram determinantes para a superação dessa nova missão.

Em 2013, retornei para a Coordenação Escolar e intensifiquei a atuação na docência do Ensino Superior. *Pari passu*, a convite da Direção Acadêmica da faculdade em que eu exercia a docência, passei a desempenhar a função de Assessor Pedagógico dos colegiados de curso. Naquele mesmo ano, para dar continuidade à formação continuada, acrescentei ao meu currículo, a especialização em Gestão Escolar, por meio da Escola de Gestores, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública.

Já em 2014, dois eventos foram determinantes para aquela situação. O primeiro foi a aprovação na seleção do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC) e, em segundo lugar, a aprovação na Seleção Pública de Professores Substitutos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Assim, atualmente, minhas atividades profissionais estão centradas apenas na docência no Ensino Superior e de formação continuada, a qual é dedicada intensamente à Pós-graduação *stricto sensu* tão desejada, por integrar os diversos saberes adquiridos e instigar novas aprendizagens de modo multidisciplinar.

Logo, por ser um educador empreendedor inconformado com o distanciamento entre educação e administração, optei por aprofundar os estudos que avancem em direção ao diálogo: educação e empreendedorismo. Uma trajetória, portanto, marcada pelas decisões de fazer diferente, de querer perceber o que ninguém percebeu, de desejar a participação e, realmente, de entender que “[...] minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História” (FREIRE, 1996, p. 54).

1.1 ESTÍMULOS E INQUIETAÇÕES

Intensas transformações têm marcado de forma significativa a sociedade contemporânea. Como consequência disso, surgem novas relações sociais, alterações tanto no mundo do trabalho, como também nas relações de produção.

Em vista disso, desponta a carência de mudanças na educação, pois esta, precisa capacitar os indivíduos nas diversas áreas do conhecimento humano para maneiras de participação e de atuação críticas, as quais sejam mais impactantes no meio social. Nesse cenário, a escola necessita intermediar as informações, transformando-as em conhecimentos significativos para atuações mais dinâmicas e cidadãs de discentes, frente às diversas situações no cotidiano.

Ao analisar o modelo educacional adotado no Brasil, nota-se que o currículo escolar, geralmente, é visto como algo pronto e acabado, com metas definidas e relacionadas ao acúmulo de saberes centrado no ensino fragmentado, fundamentado em metodologias na maioria das vezes, tradicionais. Nesse contexto, o ensino, por meio do desenvolvimento de competências, tem-se destacado nas discussões sobre as mudanças necessárias na educação nacional. Pereira e Lima (2008) comentam que o fundamento do currículo por competências está na redefinição do significado dos conteúdos de ensino, a partir da identificação e da análise de situações concretas que os alunos deverão ser capazes de compreender e dominar. Por conseguinte,

[...] o discurso sobre as competências pode ser compreendido como uma tentativa de substituir uma representação hierárquica estabelecida entre os saberes e as práticas, notadamente aquela que se estabelece entre o 'puro' e o 'aplicado', entre o 'teórico' e o 'prático', ou entre o 'geral' e o 'técnico', por uma representação da diferenciação que seria essencialmente horizontal e não mais vertical (PEREIRA; LIMA, 2008, p. 119).

Santos (2010) reforça que, nesta proposta, o enfoque está no que precisa ser aprendido e não ao que tem que ser ensinado. Assim, são selecionados conteúdos legítimos que possam ser aplicados em situações práticas de aprendizado, pois a proposta é trazer a prática e o desenvolvimento profissional para o centro das atividades de aprendizagens. Mas, para isso, é essencial a identificação e adequação dos processos que conduzam aos objetivos educacionais. Vale dizer que esta proposição de organização curricular não fica limitada “[...] à inserção da palavra competência nos objetivos de aprendizagem, mas implica mudanças estruturais e funcionais significativas que abrangem todo o ciclo ensino-aprendizagem-avaliação e as atividades de pesquisa” (SANTOS, 2010, p. 88).

Neste mesmo raciocínio, Pereira e Lima (2008) comentam que a elaboração do currículo por competências requer o contato direto com as situações reais, tendo

como um dos procedimentos básicos da escola a análise dos processos de trabalho para os quais se pretende formar os indivíduos. Tais informações, ao serem aplicadas ao sistema de formação, originam os documentos referenciais. No caso do Brasil, “[...] foram elaboradas diretrizes e referenciais curriculares nacionais produzidos pelo Ministério da Educação” (PEREIRA; LIMA, 2008, p. 120).

Porém, um olhar mais crítico pode ser lançado sobre essas questões e indicam que a escola tem oferecido uma educação desvinculada da realidade, desconsiderando as reais necessidades dos educandos e dissociada dos problemas sociais concretos. Esta instituição passa a priorizar a transmissão de conhecimentos teóricos, com pouco enfoque no desenvolvimento de habilidades específicas que envolvam a prática e o contexto do sujeito. Com isso, o ambiente educacional passa a ser apenas um transmissor de conhecimentos acumulados no decorrer do processo de evolução social. Na maioria das vezes, o estímulo à criatividade, à análise crítica, à visão sistêmica, à resolução de problemas concretos, bem como às experiências mais centradas no despertar das habilidades de relacionamento, comunicação, liderança e, tomada de decisões ficam em segundo plano.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a situação não é diferente, pois prevalece à desmotivação, o descrédito, a apatia dos educandos, que podem redundar até mesmo na sua evasão. É possível que essas questões estejam vinculadas às propostas curriculares inapropriadas para esse público. Outros fatores contribuem para reforçar ainda mais os problemas mencionados, que normalmente são encontrados em uma sala de aula de EJA, dentre os quais, ressaltamos a falta de materiais pedagógicos e didáticos adequados, a inexistência de sala de acolhimento para os filhos dos discentes, dificuldades de aprendizagem, falta de formação de professores e a dissociação entre educação e trabalho. Tais aspectos merecem a atenção dos diversos profissionais que atuam direta e indiretamente nos processos de planejamento e execução desta modalidade de ensino no Brasil.

Sabe-se que cabe à família a responsabilidade pela transmissão dos primeiros saberes ao indivíduo, mas posteriormente, tornam-se necessários outros elementos neste processo de formação para a atuação cidadã. Então, são apresentados outros tipos de educação no decorrer da vida humana, assim, vivencia-se: a educação ambiental, religiosa, moral, sexual, profissional, econômica, política e muitas outras possibilidades presentes no viver e no atuar em sociedade.

Para satisfazer as necessidades humanas, inúmeras ideias foram transformadas em invenções no decorrer da história da humanidade. Estas criações promoveram transformações significativas no estilo de vida das pessoas no mundo e são frutos de novos olhares, os quais, quase que em sua totalidade são de algo inesperado, diferente, resultado de uma nova forma de enxergar ou de utilizar coisas existentes, porém inovadora por ser resultante de uma percepção diferenciada e mais ampla de um indivíduo, que a observou sob outra perspectiva. Desse modo, por trás dessas produções, existem pessoas com características, atitudes e comportamentos especiais, que inconformados com a sua realidade, desejaram fazer diferente e empreenderam.

A partir dessa realidade, percebe-se que precisa existir uma relação de proximidade e interdependência entre a educação, o empreendedorismo e a formação cidadã, bem como compreender claramente os significados e as relações entre cidadania e desenvolvimento social. Autores como Dolabela (2003), Acúrcio (2005), Lopes (2010), Franco (2012), Mafra *et al.* (2009) discutem de forma interessante sobre estes temas e, sem dúvida contribuem de forma marcante para ampliar a visão acerca da atividade empreendedora, enquanto ferramenta para a construção da cidadania.

Sobre esta concepção de cidadania, Kunsch, L. e Kunsch, K. (2007) postulam que ela é o desenvolvimento social construído com igualdade, de forma que, as riquezas produzidas, as descobertas científicas e tecnológicas, a educação, o lazer e outros benefícios obtidos pelo homem no decorrer da história, deveriam ser desfrutados com igualdade e liberdade para o exercício da plena cidadania. Os autores ressaltam ainda que “[...] os princípios básicos da cidadania são a liberdade e a igualdade, e o desenvolvimento de uma sociedade pode ser medido pelo grau com que estes princípios são expressos e exercitados na forma de direitos e deveres” (KUNSCH L.; KUNSCH K. 2007 p. 46).

Com uma visão crítica sobre as mudanças e intervenções governamentais promovidas e vivenciadas nos últimos anos na esfera social, econômica, educacional e cultural, nota-se que não basta criar políticas para facilitar a geração de pequenos negócios ou ensinar empreendedorismo nos cursos superiores. É preciso que a cultura empreendedora seja disseminada na sociedade, pois o desenvolvimento do perfil empreendedor é resultado de um conjunto de fatores presentes no meio social, nos indivíduos e nas relações de produção e de trabalho.

O estímulo ao desenvolvimento do perfil empreendedor no ambiente escolar passa a se tornar relevante frente à contemporaneidade, posto que, cada vez mais é exigido aos cidadãos, a capacidade de lidar com as incertezas e as situações novas e desafiantes. Da mesma forma, é requerido saber trabalhar, compartilhar ideias e objetivos na coletividade. Portanto, é preciso educar as pessoas não só para o desenvolvimento das atividades rotineiras dentro das organizações, mas para atuar nas inúmeras instituições sociais enquanto sujeito crítico, capaz de analisar fatos e cenários, apontar alternativas e realizar intervenções que propiciem uma melhor qualidade de vida das pessoas e a construção de relações mais justas e igualitárias, mesmo diante das turbulências e das complexidades impostas pela atual configuração mundial.

Acúrcio (2005) acentua que a formação voltada para o empreendedorismo trata de formar jovens capazes de fazer algo por esforço próprio. Esse é o empreendedor, que se torna apto a promover mudanças, investir em melhorias pessoais e coletivas. Logo, nunca o empreendedorismo precisou tanto da educação e vice-versa. Sabe-se que, historicamente muitas teorias foram desenvolvidas, ideias disseminadas por adeptos impulsionados a tornar possível um tipo de educação e um ideal educativo. Estes indivíduos, movidos pelo desejo de promover a descontinuidade das práticas vigentes, propagaram suas filosofias e, assim, realizaram transformações educacionais.

Por outro lado, iniciativas empreendedoras talvez não tenham sido concebidas utilizando essa terminologia e exploradas com a eficácia que a atividade empreendedora sugere. Normalmente, observam-se práticas pedagógicas que articulam educação e empreendedorismo na base do empirismo. Muitos educadores direcionaram seus esforços para a realização de seus sonhos, transformando-os em ações e práticas coletivas. Mas, para isso, foi preciso superar limites, enfrentar situações desconhecidas, assumir responsabilidades, contornar dificuldades, aceitar as diferenças e construir uma proposta nova (ACÚRCIO, 2005).

É notável a importância da atividade empreendedora, visto que ela contribui de forma marcante no desenvolvimento de uma nação, possibilitando a geração de riquezas, oportunidade de emprego, novos produtos e serviços, mas, principalmente pelo fato do empreendedorismo oportunizar aos indivíduos realizarem mudanças na sua real situação de vida, favorecendo a construção de novas relações sociais e de produção mais igualitárias e justas.

1.2 PENSAMENTOS, IDEIAS E AÇÕES

Muitas ideias têm se concretizado por meio de ações e programas do Ministério da Educação (MEC), com abrangência nos diversos níveis educacionais. Dentre eles, destacam-se para a Educação Básica: o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o Programa Mais Educação, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola), o Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica – Caminho da Escola, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos, e também, o Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional – ProJovem, que oferece a qualificação profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental.

Em meio aos programas citados, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, surgiu em 2005 para atender os jovens com idade entre 15 e 29 anos e, em 2012 passou a atender estudantes dos 18 aos 29 anos, alfabetizados que não tenham concluído o Ensino Fundamental, possibilitando a conclusão desta etapa da vida escolar por meio da Educação de Jovens e Adultos integrada à formação profissional aliada ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania (SALGADO, 2012).

É pertinente destacar que quando os currículos escolares são concebidos para proporcionar o desenvolvimento das potencialidades humanas, a fim de que os sujeitos se tornem protagonistas sociais, buscam-se práticas pedagógicas que envolvam saberes, experiências e vivências relacionadas não só à educação escolar, mas, uma formação familiar, política, ambiental, religiosa, tecnológica, sexual, financeira e profissional. Nessa lógica, discute-se também sobre a inserção da educação empreendedora na escola, a qual tem revelado uma significativa contribuição na construção de novas práticas pedagógicas centradas na formação do cidadão enquanto agente de transformação social.

Os documentos bases da EJA preveem a formação de cidadãos não só para elevar o grau de escolaridade, mas para propiciar o desenvolvimento humano, o exercício da cidadania, a inclusão ou reinserção social e profissional desses

estudantes no seu meio. Contudo, não se pode afirmar que os currículos praticados realizam uma formação com esse viés. Uma questão se interpõe: os programas de EJA e similares avançaram nesse sentido?

Para lançar luz sobre essa questão, o presente estudo delimita a seguinte questão de investigação: De que forma as práticas pedagógicas presentes no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano da cidade de Teixeira de Freitas contribuem para educação empreendedora dos educandos frente às novas exigências sociais?

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar as contribuições das práticas pedagógicas desenvolvidas no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano para a Educação Empreendedora dos educandos no município de Teixeira de Freitas-BA. E para os objetivos específicos foram propostos: a) descrever o desenho histórico-social do programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem no Brasil e no município de Teixeira de Freitas-BA; b) discutir sobre a relevância da educação empreendedora no desenvolvimento social; c) Investigar os conhecimentos e experiência dos educadores do Projovem Urbano no município de Teixeira de Freitas-BA em relação à educação empreendedora; d) avaliar as práticas pedagógicas presentes no Projovem Urbano que dialogam com às propostas da educação empreendedora.

A relevância desta investigação se justifica por não estar baseada na formação estreita, específica e técnica do empreendedor. Vai além, pois há o interesse em demonstrar que as práticas pedagógicas devam estimular o desenvolvimento das potencialidades dos discentes, superando a visão da escola enquanto desestimuladora, excludente e punitiva de atitudes e comportamentos que precisam ser incentivados no decorrer da vida. Há, neste estudo, uma preocupação em demonstrar que é possível se realizar um trabalho pedagógico junto aos alunos do Projovem que abordem conteúdos como comportamentos de liderança comunitária, habilidades de organização de projetos e a comunicação interpessoal, que são elementos relevantes nas diversas atuações pessoais e profissionais na sociedade contemporânea.

Espera-se que os resultados alcançados, a partir desta pesquisa, possibilitem novos conhecimentos sobre as relações entre o empreendedorismo, a educação de jovens e adultos e os objetivos do Projovem, no município de Teixeira de Freitas-BA, que, por ser uma inovação na EJA, merece uma pesquisa mais

aprofundada sobre os reflexos das suas práticas pedagógicas no estímulo ao desenvolvimento do perfil empreendedor dos discentes no cenário social local.

Esta pesquisa, em seu primeiro capítulo, apresenta as inquietações e as motivações pela temática abordada, bem como a problematização e os objetivos que norteiam a investigação. O segundo capítulo, “O Projovem Urbano e a Formação Empreendedora”, por sua vez, procura expor inicialmente, as propostas e as peculiaridades do Projovem Urbano, descrevendo sua evolução no período de 2005 a 2015. Além disso, traz discussões referentes às concepções de empreendedorismo e de empreendedor, a partir de estudos contemporâneos. Destacam-se, também as relações entre a cultura empreendedora e o desenvolvimento local e, por fim, as reflexões sobre a educação empreendedora e Educação de Jovens e Adultos.

O capítulo três destina-se às discussões acerca do Currículo Integrado como fundamentos para a prática pedagógica do Projovem Urbano, apresentando seus princípios, especificidades e contribuições frente a formação integral dos discentes. Neste item, também são abordadas as relações entre educação, sociedade e trabalho numa perspectiva da educação emancipadora.

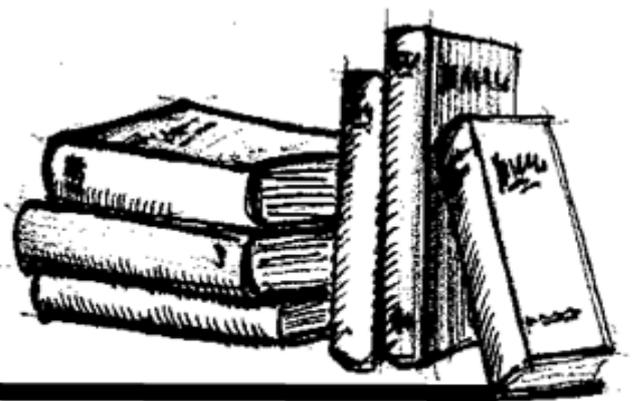
No quarto capítulo, intitulado “O Método”, são delineados o método e as técnicas que embasam esta pesquisa e suas respectivas contribuições frente à temática em estudo. Desse modo, procura-se explicar a necessidade da comparação e da integração entre os resultados das entrevistas, do grupo focal, das observações, com vistas à coleta de informações essenciais para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa.

O quinto capítulo desenvolve-se a partir das discussões e avaliações dos dados coletados, a fim de transformá-los em informações significativas. Para tanto, são analisadas as percepções dos educadores e alunos, os guias de estudo utilizados e observações das práticas docentes, com a intenção de associá-las aos fundamentos presentes nos capítulos anteriores, com foco nas questões que motivaram esta pesquisa.

No sexto capítulo, apresentam-se as considerações sobre a pesquisa e, no último capítulo, as recomendações da investigação, com a intenção de utilizar tais respostas como o estímulo aos novos questionamentos sobre a educação empreendedora na Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL TEÓRICO



2 O PROJovem URBANO E A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Nas últimas décadas, o empreendedorismo tem despertado o interesse de muitos indivíduos na sociedade. Diferentes situações e fatores têm contribuído para esta motivação, como a própria evolução social, suas tendências, seus problemas econômicos e culturais. Nesse aspecto, a compreensão sobre a atividade empreendedora é essencial por contribuir não só para a criação de posturas e atitudes no âmbito profissional, mas, principalmente, por promover a criação de novas possibilidades de atuação cidadã.

No ponto de vista de Acúrcio (2005), em momentos históricos marcados por problemas como desemprego, má distribuição de renda, desigualdades sociais e violência, o investimento no empreendedorismo parece ser uma alternativa. Diante disso, as instituições educacionais podem colaborar de forma significativa na solução dessas dificuldades, preparando os indivíduos para empreender e realizar intervenções.

Se no passado foi desenvolvida a grande habilidade em inculcar, na cabeça de filhos e de alunos, os valores como emprego, estabilidade financeira e nível universitário, todos como instrumentos fundamentais de realização pessoal, hoje, assume grande relevância a educação de crianças e os jovens a partir de valores como autonomia, independência, capacidade de gerar o próprio emprego, de inovar, gerar riqueza, de assumir riscos e de crescer em ambientes estáveis (DOLABELA, 2008).

Nas palavras de Zabala (1998), a determinação das finalidades ou dos objetivos da educação é o ponto de partida de qualquer análise da prática de ensino-aprendizagem, pois é impossível avaliar o que acontece na sala de aula, se existir o desconhecimento do que se faz. Assim, os grandes propósitos determinados nos objetivos educacionais são imprescindíveis e úteis para realizar a análise de um processo educacional no decorrer de uma série, ciclo ou etapa.

Com o propósito de analisar as contribuições das práticas pedagógicas desenvolvidas no Projovem Urbano para a educação empreendedora dos educandos, este capítulo apresenta os propósitos e especificidades deste programa, bem como traz discussões sobre empreendedorismo, cultura empreendedora e

desenvolvimento local, ainda discute a educação empreendedora como uma possibilidade na educação de jovens e adultos.

2.1 O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJovem URBANO

No intuito de descrever o desenho histórico-social do programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, no Brasil e no município de Teixeira de Freitas-BA, optou-se por consultar as informações do “Manual do Educador: Orientações Gerais”, o qual foi organizado por Maria Umbelina Caifa Salgado, sob responsabilidade do Programa, em 2012, pautado do Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) foi regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 05 de outubro de 2005, e oferta formação, em nível de Ensino Fundamental, não apenas para elevar a escolaridade, mas busca promover qualificação profissional aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, que não tiveram oportunidade de estudar na idade própria. Conforme o Art. 2º do referido Decreto, o programa em questão, tem como objetivo executar ações integradas com vistas, tanto ao estímulo da inserção produtiva cidadã, como ao desenvolvimento de ações comunitárias pautadas na solidariedade, exercícios da cidadania e intervenção no cenário local.

Em sua fase inicial, o Programa tinha duração de doze meses e visava atender, no período compreendido entre 2005 a 2008, duzentos mil jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos. A princípio, restringiu-se sua oferta às populações das capitais brasileiras e do Distrito Federal. Mas, em 2006, ampliou-se sua área de abrangência e passou, então, a beneficiar os municípios das regiões metropolitanas, cuja população era igual ou superior a 200.00 habitantes.

Com base nos resultados alcançados, foi identificada a necessidade de ampliação e melhorias no mesmo. Além disso, verificou-se que era preciso reforçar e integrar as políticas direcionadas aos jovens que vinham sendo desenvolvidas nos diversos ministérios. Diante disso, no início de 2007, foi criado um grupo de trabalho denominado GT Juventude, que atuou e participou de reuniões com representantes

da Secretaria Geral da Presidência da República e da Casa Civil, dos Ministérios da Educação, Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego, Cultura, Esporte e do Planejamento. Como resultado, foi lançado o Projovem Integrado, que articulava oportunidades para todos e direitos universalmente assegurados, para possibilitar ao jovem ser um cidadão protagonista da sua inclusão social.

Conforme a Lei 11.692/2008, o Projovem passaria a atender os jovens entre 15 e 29 anos, que soubessem ler e escrever. Seu objetivo era promover sua reintegração ao processo educacional, a qualificação profissional e, também, o desenvolvimento humano, por meio das seguintes modalidades: o Projovem Adolescente – Serviço Sócioeducativo; o Projovem Campo – Saberes da Terra; o Projovem Trabalhador; e o Projovem Urbano, que é nosso foco nesta pesquisa (SALGADO, 2012).

O Projovem Urbano foi criado a partir da reformulação do projeto original, porém, com duração de dezoito meses e passou a ter como finalidade elevar a escolaridade dos jovens “[...] visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania por meio da conclusão do Ensino Fundamental, da Qualificação Profissional e do desenvolvimento de experiências de Participação Cidadã” (SALGADO, 2012, p. 15).

A partir das informações sistematizadas, no período de 2005 a 2011, através do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA)¹, tornou-se possível identificar alguns fatores que contribuíram e dificultaram a permanência de alunos no Projovem. No caso de obstáculos e de barreiras, apontam-se, os seguintes, como mais comuns: as obrigações rotineiras, a distância entre o núcleo onde ocorrem as aulas e a residência ou trabalho, as atividades profissionais em horário incompatível com as aulas, o cansaço dos discentes (gerado pelo trabalho durante o dia), a necessidade de cuidar dos filhos ou parentes e a falta de apoio familiar.

Em contrapartida, destacam-se como fatores relevantes na permanência de discentes: o tratamento diferenciado, principalmente pelos professores, a metodologia de ensino, o material didático, os horários flexíveis, a oferta do Ensino Fundamental integrado à Qualificação Profissional em 18 meses, mudanças nas

¹ O Sistema de Monitoramento e Avaliação foi um dos componentes criados a partir do Art. 1 Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o *Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; e dá outras providências*; este foi constituído por nove universidades públicas, que em parceria com a Coordenação Nacional acompanhou os resultados do Projovem no período de 2005 a 2011, tendo como objetivo aperfeiçoamento e a avaliação da qualidade do curso.

atitudes, nos comportamentos e na elevação da autoestima, estes, resultantes da convivência com a comunidade escolar, a percepção dos jovens do curso como uma oportunidade de reconstrução da trajetória escolar, a reinserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento de ações comunitárias.

Como muitos programas implantados pelo Ministério da Educação (MEC), após o seu desenvolvimento foi possível identificar pontos fortes e fracos frente ao contexto nacional. Por conseguinte, tornou-se de fundamental importância planejar as alterações administrativas e pedagógicas necessárias ao seu funcionamento. Posto isto, apresentam-se a seguir as alterações ocorridas no Programa para as turmas com início de 2012.

2.1.1 Projovem Urbano versão 2012

A nova configuração do Projovem Urbano possibilitou a ampliação da base territorial do programa, pois oportunizou a adesão de municípios, com população até 100.000 habitantes. Diante disso, em 2012, cento e vinte e três municípios, dezessete estados e o Distrito Federal puderam aderir ao Programa, com o compromisso de iniciar as atividades com, no mínimo, um núcleo de duzentos estudantes. Contudo, a Resolução nº 8, de 16 de abril de 2014, reduziu o quantitativo de alunos por núcleo, estabelecendo o limite mínimo de alunos ingressantes em 2014, para cento e cinquenta alunos e passou a atender estudantes com idades entre 18 e 29 anos.

É pertinente abordar que o Projovem Urbano tem finalidades específicas de praticar a formação integral de jovens, adotando mecanismos para promover: a reinserção dos estudantes no processo de escolarização, a identificação de oportunidades de trabalho, a capacitação para a vida profissional, a participação dos jovens em ações coletivas, a inclusão digital e a ampliação do acesso à cultura. Para isto, os referenciais psicopedagógicos que fundamentam a proposta curricular do Programa e orientam sua organização e suas práticas, consideram a aprendizagem ativa como uma prioridade. Com isso, o discente constrói significados e define seu próprio sentido e representação da realidade, a partir de suas experiências e vivências, dentro de um determinado contexto sociocultural.

Para tanto, são estabelecidas dezoito Diretrizes Curriculares Operacionais, com vistas à realização dos objetivos propostos anteriormente, entretanto, são destacados, nesta pesquisa, algumas delas:

- Valorizar experiências e conhecimentos prévios dos alunos;
- Possibilitar oportunidade de escolha e tomada de decisão para a resolução dos problemas;
- Desenvolver os conteúdos propostos, adaptando-os às peculiaridades locais e/ou regionais;
- Utilizar estratégias de ensino diversificadas, estimulando a autonomia e o interesse por ampliar o repertório de conhecimentos e experiências culturais;
- Focalizar o desenvolvimento de habilidades que facilitem a adaptação às mudanças sociais;
- Garantir espaços e tempos de leitura, produção, registro e análise de trajetórias familiares, escolares, profissionais e comunitárias dos estudantes;
- Criar situações pedagógicas que propiciem a aprendizagem coletiva, as práticas associativas, as ações reivindicativas e propositivas na construção da participação cidadã.

2.1.1.1 Tempos e Dimensões Curriculares do Projovem Urbano

Salgado (2012) considera que a proposta do Projovem Urbano busca fazer a integração entre três dimensões curriculares: a Formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã (Figura 1). Esta proposta pedagógica faz uma aproximação com a pedagogia do currículo integrado, uma vez que o processo de aprendizagem está vinculado com situações problematizadoras, que exigem do estudante a capacidade de refletir e agir, assim como, a análise e resolução de problemas e situações com fatos e experiências do cotidiano.

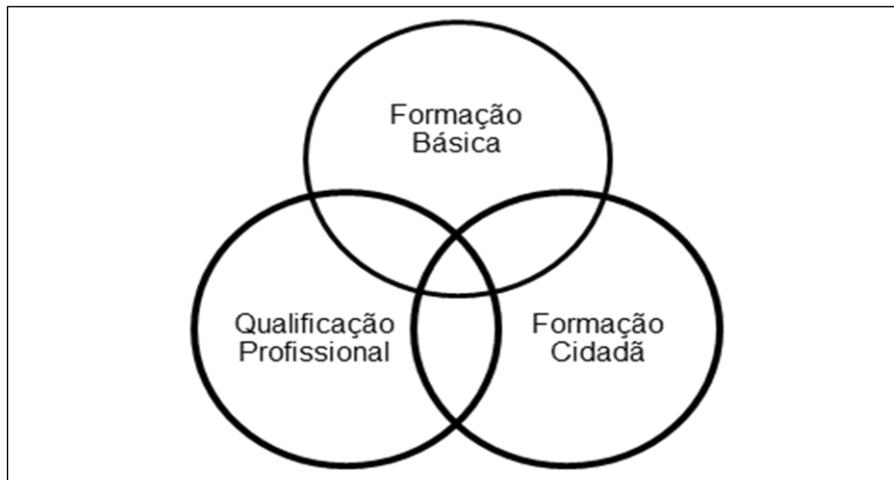


Figura 1 - Dimensões Curriculares do Projovem Urbano

O curso tem duração total de 2.000 horas, as quais estão distribuídas em 1.440 horas presenciais e 560 horas não presenciais, que deverão ser cumpridas em dezoito meses (Quadro 1). A carga horária semanal é de vinte horas presenciais, com atividades teórico-práticas distribuídas entre os componentes curriculares do curso. Estas horas presenciais englobam as atividades em sala de aula, visitas técnicas, pesquisas de campo, participação em palestras e práticas relacionadas à formação profissional e cidadã, que ocorrem sob a orientação de um educador do Núcleo. Na modalidade não presencial, por sua vez, são destinadas oito horas para a realização de atividades interdisciplinares, de formação profissional e cidadã.

Quadro 1 - Carga Horária do Projovem Urbano por dimensões curriculares

Carga horária das três dimensões curriculares				
Carga horária	Formação Básica	Qualificação Profissional	Participação Cidadã	Total
Horas presenciais	1.008	360	72	1.440
Horas não presenciais	560			560
TOTAL				2.000

Fonte: Salgado (2012, p. 71)

A Formação Básica contempla as áreas de conhecimento de Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Vale ressaltar que, além desses componentes, são desenvolvidas as sínteses Integradoras, articulando os conhecimentos essenciais ao cotidiano, a partir de

textos produzidos pelos discentes como resultado do trabalho com temas integradores: Identidade do Jovem, Os Territórios da Juventude Urbana, Viver Relações Sociais Desiguais, Juventude e Qualidade de Vida, Juventude e Responsabilidade Ambiental. Destacam-se dentre essas atividades, estudos de textos, excursões, visitas técnicas, discussões em grupo, análise de filmes e outros procedimentos de ensino, que atendam às necessidades dos grupos. Nas palavras de Salgado (2012):

Essa estratégia de desdobramento decorre da ideia de não ser indicado ampliar muito o número de temas focalizados no currículo, mas sim criar condições para que o estudante adquira ‘desenvoltura’ em relação ao que foi selecionado. É necessário que os conteúdos tratados em cada componente das três dimensões do currículo sejam, repetidas vezes, objeto de diferentes ações e reflexões, de modo que passem a integrar o “território cognitivo, afetivo e prático” que o jovem domina. Assim, é mais adequado que ele refaça seu trabalho com cada tema integrador, acrescentando-lhe, a cada vez, novos aspectos e buscando estabelecer relação com o que foi visto desde o início, sobre o assunto (SALGADO, 2012, p. 44).

A Qualificação Profissional é composta pela Formação Técnica Geral (FTG), Formação Técnica Específica (FTE) e pelo Projeto de Orientação Profissional (POP). A FTG ocorre nas Unidades Formativas I, II e VI (esta última unidade desenvolve-se articulada à FTE), propiciando a visão crítica do estudante em relação ao papel do trabalho na sociedade, a formação profissional na contemporaneidade e as possibilidades no mercado. Para isso, fazem parte do currículo, temas como: cultura, trabalho e comunicação; qualidade de vida no trabalho; mobilidade; emprego e empreendedorismo; as profissões que se transformam; urbanização e empregabilidade; atividades industriais e de serviço e, por fim, cadeias produtivas.

Já a FTE tem foco na aprendizagem de conteúdo de uma ou mais ocupações ofertadas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ou em um Arco Ocupacional, referente às quatro ocupações articuladas numa base técnica comum (SALGADO, 2012). Desenvolve-se nas Unidades Formativas III, IV, V e VI (articulada à FTG), através de estudos e atividades integradas aos temas da formação específica. A escolha pela formação específica dos estudantes ocorre no momento da adesão ao programa, a qual é realizada pelo governo estadual de um estado, por uma prefeitura ou pelo Distrito Federal. Com o intuito de clarificar o significado do Arco ocupacional, Salgado (2012, p. 103) ressalta que:

[...] é um conjunto de ocupações relacionadas entre si, pois têm uma base técnica comum. O Arco Ocupacional pode abranger ocupações das esferas da produção, da circulação de bens e da prestação de serviços, garantindo uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de atuação do jovem no mundo de trabalho.

O POP corresponde à atividade que visa à integração curricular entre a FTG, a FTE, a Formação Básica e a Participação Cidadã. Para tanto, utiliza-se a narrativa como procedimento de ensino e aprendizagem, ao estimular a reflexão individual sobre todas as atividades curriculares promovidas. Entretanto, requer o conhecimento da cidade nos aspectos referentes às oportunidades para o desenvolvimento profissional durante o curso e após a conclusão do curso Projovem Urbano.

A dimensão curricular denominada Participação Cidadã tem como alicerce as experiências de identificação de necessidades da comunidade, o planejamento e a avaliação de ações comunitárias, por meio da qual, jovens passam a reconhecer a importância e a eficácia do trabalho coletivo e solidário, desenvolvendo competências e habilidades, a partir da participação social e do exercício da cidadania. Para tanto, são estruturadas aulas teórico-práticas, elaboração/intervenção e avaliação de um projeto intervenção (Plano de Ação Comunitária – PLA) na comunidade na qual o estudante está inserido.

Para facilitar o funcionamento dessa proposta pedagógica, pautada no Currículo Integrado, a matriz curricular está estruturada em eixos estruturantes que deram origem às Unidades Formativas; as dimensões curriculares compreendidas como Formação Básica, Qualificação Profissional e a Participação Cidadã; e as áreas de conhecimento que englobam Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Matriz Curricular do Projovem Urbano

Matriz Curricular do Projovem Urbano							
Dimensões Curriculares e Áreas do Conhecimento	Formação Básica					Qualificação Profissional	Participação Cidadã
	Elxos Estruturantes	Ciências Humanas	Língua Portuguesa	Inglês	Matemática		
I. Juventude e Cultura	Tópicos						
II. Juventude e Cidade	Tópicos						
III. Juventude e Trabalho	Tópicos						
IV. Juventude e Comunicação	Tópicos						
V. Juventude e Tecnologia	Tópicos						
VI. Juventude e Cidadania	Tópicos						

Fonte: Salgado (2012, p. 42)

2.1.1.2 Eixos Estruturantes do Projovem Urbano

Nas abordagens do Manual do Educador, organizado por Salgado (2012), fica visível que cada Unidade Formativa do Programa é constituída a partir de um eixo estruturante (Quadro 3), que orienta a seleção dos conteúdos e sua organização por meio de uma perspectiva orgânica, ao passo que orienta os educadores envolvidos quanto ao desenho do currículo e temas significativos na formação. Desta forma, “[...] mesmo mantendo o ponto de vista específico de cada campo de conhecimento, os eixos e os conteúdos dialogam entre si” (SALGADO, 2012, p. 43).

Quadro 3 - Unidades Formativas e os Eixos Estruturantes no Projovem

UNIDADE FORMATIVA	EIXO ESTRUTURANTE
I - Juventude e Cultura	Os jovens e a cultura como construção histórica e coletiva que atribui sentido ao mundo, forma identidades, produz linguagens e ferramentas, institui regras e costumes. Reposicionamento diante do fato de que o reconhecimento social de diferentes culturas está sujeito às relações assimétricas de poder político e econômico.
II - Juventude e Cidade	A juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens (vivência na sociedade globalizada). Reposicionamento diante das dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social.
III - Juventude e Trabalho	O mundo de trabalho na sociedade contemporânea: transformações pelas quais vem passando e práticas de inserção dos jovens. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no trabalho e na escola.
IV - Juventude e Comunicação	Informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas dos jovens. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e à comunicação.
V - Juventude e Tecnologia	Ciência e tecnologia na sociedade contemporânea e suas repercussões na vida do jovem. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão social no acesso às novas tecnologias.
VI - Juventude e Cidadania	Diferenças socioculturais que segmentam a juventude brasileira: preconceitos e discriminações intra e intergeracionais. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão sociais que expressam desigualdades e diferenças (geração, gênero, raça/etnias, deficiências físico-psíquicas).

Fonte: Adaptado de Salgado (2012)

Entretanto, frente ao risco desta interlocução proposta não acontecer e ocasionar a fragmentação dos saberes, torna-se necessário o desenvolvimento das Atividades de Integração Curricular (Quadro 4). Como exemplo disso, são as Sínteses Integradoras (citadas na Formação Básica) e o Projeto de Orientação Profissional (POP) já abordados neste capítulo. Além dessas, serão abordadas nesta pesquisa, as Sínteses Integradoras, o Plano de Ação Comunitária (PLA) e Informática.

Sobre as Sínteses Integradoras cabe, aqui, destacar que perpassam por todas as dimensões do currículo e seus temas estão relacionados com a vida e a emoção de discentes, mobilizando-os a organizar novos conhecimentos, de modo

que tal ação valorize, contudo, as experiências passadas e, principalmente, os sonhos e objetivos futuros. Portanto, “[...] requer a criação de condições para os jovens se apropriarem dos conteúdos, não em si mesmos, mas como suporte para o desenvolvimento das habilidades de diferentes tipos, dos valores e atitudes, enfim, das competências buscadas pelo curso” (SALGADO, 2012, p. 43). Os temas recorrentes nas atividades pedagógicas das Sínteses Integradoras contemplam abordagens como: ser jovem, cultura das comunidades, preconceitos, conhecimento sobre a cidade e bairro, violência urbana, educação e trabalho, saneamento básico, direitos do trabalhador, preservação ambiental, meios de comunicação, cidadania e ética.

Para fortalecer aquela integração, o PLA, que faz parte do componente curricular Participação Cidadã, propõe a elaboração, desenvolvimento, avaliação e sistematização de um plano no decorrer do curso. Inicia-se com a construção de um mapa dos desafios da comunidade, a partir do conhecimento da realidade social e local dos estudantes. Estes dados são utilizados como informações nas Dimensões Curriculares de Formação Básica, na Qualificação Profissional e na própria Participação Cidadã.

Devido à necessidade de propiciar a inclusão digital nas três dimensões curriculares do Programa, foi inserida a atividade de Informática, a qual reconhece o papel das novas tecnologias de informação e comunicação como um dos alicerces da vida contemporânea. Seus conteúdos oportunizam a aprendizagem sobre os princípios de funcionamento, programas e recursos técnicos comuns às operações de computadores, sistemas e tecnologias de informação, desdobrando-se em aulas e atividades referentes à digitação, conhecimentos básicos de *hardware* e *software*, pesquisa e comunicação na internet, editores de textos e planilhas eletrônicas, construção e publicação de sites, e outras possibilidades previstas e estimuladas no curso.

Quadro 4 - Atividades de Integração Curricular

(Continua)

ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR	PRÁTICAS PROPOSTAS
Sínteses Integradoras	Produções textuais dos estudantes resultantes de um trabalho específico com temas integradores.

Fonte: Adaptado de Salgado (2012)

Quadro 4 - Atividades de Integração Curricular

(Conclusão)

ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR	PRÁTICAS PROPOSTAS
Projeto de Orientação Profissional	Roteiro que possibilita reflexões, pesquisas, sistematização de informações e aprendizados do estudante no decorrer do curso, tendo como base a análise das oportunidades profissionais no seu meio.
Plano de Ação Comunitária	Reconhecimento dos desafios enfrentados pela comunidade, exigindo o conhecimento da realidade e a capacidade do estudante aplicar os conhecimentos adquiridos nos diversos componentes curriculares no decorrer do curso, para planejar, executar e avaliar ações comunitárias.
Informática	Aulas e atividades que tem como objetivo, proporcionar aos jovens a oportunidade de aprender os princípios de funcionamento, programas principais, recursos técnicos operacionais, sistemas e tecnologias de informação, de modo a contribuir para a inclusão digital no curso.

Fonte: Adaptado de Salgado (2012)

Com base nestes fundamentos apresentados acerca do Projovem Urbano, constata-se que esta proposta de currículo integrado representa uma possibilidade interessante frente à atual Educação de Jovens e Adultos no Brasil. É importante salientar que, em tais propostas, fica visível a preocupação em proporcionar ao público da EJA, um ensino capaz de garantir a Formação Básica necessária e exigida aliada à Qualificação Profissional, sem deixar de considerar a relevância da Formação Cidadã. Contudo, assim como políticas na educação nacional, nem sempre ocorrem da forma planejada. Tornando-se essencial o conhecimento da realidade local de uma região, município ou bairro, nos quais o programa em questão será inserido, bem como das peculiaridades relacionadas à sua implantação, interação e dinamismo no processo de ensino e aprendizagem.

2.1.1.3 O Projovem Urbano no município de Teixeira de Freitas-BA

Apesar de o Projovem Urbano ter sido disponibilizado para municípios com mais de 100.000 habitantes em 2012, a Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), só aderiu ao programa em 2013. Assim, para atender aos estudantes da EJA, com idade entre 15 e 29 anos, foram formadas cinco turmas situadas no Arco Ocupacional Telemática, ocupações: Operador de Microcomputador, Helpdesk, Telemarketing (vendas) e Assistente de Vendas (informática e celulares). Conforme os dados coletados na Coordenação Geral da EJA, foram matriculados duzentos alunos. Entretanto, a evasão foi bastante elevada no decorrer do curso, como mostra o Quadro 6.

Quadro 5 - Fluxo de alunos do Projovem Urbano 2013-2014

TURMAS	ALUNOS MATRICULADOS 2013	EVASÃO	ALUNOS CONCLUINTEs 2014
Turma 1	40	23	17
Turma 2	40	28	12
Turma 3	40	29	11
Turma 4	40	28	12
Turma 5	40	26	14
TOTAIS	200	134	66

Fonte: Adaptado de Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teixeira de Freitas (2015)

Após a conclusão das primeiras turmas, no início de 2015, houve o interesse da SMEC em realizar uma nova adesão, na qual foi selecionado o Arco Ocupacional de Saúde, Ocupações: Auxiliar de Administração em Hospitais e Clínicas; Recepcionista de Consultório Médico e Dentário; Atendente de Laboratório de Análises Clínicas e Atendente de Farmácia – Balconista. É importante ressaltar que, conforme as informações da coordenadora local do Projovem Urbano e do coordenador geral da EJA em Teixeira de Freitas, a escolha por estas formações teve como fator motivador o crescimento dos serviços de saúde na cidade, de forma que o município tem se tornado referência, neste segmento, na região Extremo Sul

da Bahia. Por isso, esta situação representa, ao mesmo tempo, uma necessidade local a ser suprida e, também, uma oportunidade de promover uma educação de jovens e adultos diferenciada. O Quadro 7 apresenta os dados referentes ao fluxo de alunos matriculados em 2015.

Quadro 6 - Fluxo de alunos do Projovem Urbano 2015

TURMAS	ALUNOS MATRICULADOS	EVASÃO	ALUNOS FREQUENTES
Turma A	40	20	20
Turma B	40	25	15
Turma C	40	20	20
Turma D	40	19	21
Turma E	40	17	23
TOTAIS	200	101	99

Fonte: Adaptado de Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teixeira de Freitas (2015)

Com base nos registros da SMEC, os alunos matriculados, em 2015, residem nos bairros Liberdade II, Ulisses Guimarães, Padre José, Castelinho, Jerusalém e Residencial Ramalho, bairros marcados por acentuado nível de pobreza, violência e desemprego. Acerca do perfil profissional das populações que habitam naqueles bairros são pessoas que, em sua maioria, atuam como diaristas, consultoras de produtos cosméticos, manicures, domésticas, vendedores, mecânicos e dentre outras atividades no comércio formal e informal. Contudo, é importante realçar que existe um número significativo de estudantes, que exercem apenas as atividades do lar. Ainda foi observado que as turmas, em sua maioria, são compostas por mulheres com faixa etária entre 18 e 45 anos, casadas, com número de filhos variando de três a quatro. Quanto aos homens, grande parte são solteiros e situam-se na faixa etária entre 18 e 28 anos.

Para atender ao Programa, o Núcleo foi instalado na Escola Municipal Antônio Chicon Sobrinho, situada à Avenida São Paulo, nº 1572, no bairro Jardim Caraípe. Localizado numa das avenidas principais do perímetro urbano, próximo ao Terminal Rodoviário e a aproximadamente três quilômetros do Centro da cidade. Segundo o Coordenador Geral da EJA e a Coordenadora do Projovem, a opção por aquela

escola, dentre tantas outras, justificou-se inicialmente, pelo fácil acesso e, em segundo lugar, por ser a melhor alternativa disponível no turno noturno, uma vez que a SMEC não dispõe de um espaço adequado que atenda aos requisitos do Programa no turno diurno e, também, muitos diretores não tiveram interesse em implantá-lo nas unidades escolares, devido às demais atividades e aos projetos em andamento.

Nas considerações feitas por Salgado (2012), no Manual do Educador é apresentada a estrutura que o Programa exige no município (Fig. 2), e detalha ainda, a estrutura mínima necessária no Núcleo, que deve ser de cinco salas de aula; sala de professores; espaços de apoio pedagógico (salas de plantão pedagógico e realização de oficina), laboratório de informática e biblioteca; sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, caso seja necessário; sala de acolhimento para crianças de zero a oito anos, que são filhas de estudantes.



Figura 2 - Estrutura do Projovem Urbano nos Municípios

A equipe do Projovem Urbano, em Teixeira de Freitas, é composta por vinte colaboradores com formações e experiências diferenciadas, que se integram e

contribuem para o desenvolvimento do Programa (Quadro 8). O Curso ocorre no horário das dezenove horas às vinte e duas horas, de segunda à sexta-feira, de acordo com a carga horária (Anexo I) e horário estabelecido para cada componente curricular do Projovem Urbano.

Quadro 7 - Formação dos colaboradores do Projovem

(Continua)

Nº	Função no Projovem Urbano Teixeira de Freitas-BA	Formação
01	Coordenador Municipal da EJA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Graduação em Pedagogia ▪ Especialização em Gestão Escolar
02	Coordenador Geral do Projovem Urbano	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Geografia ▪ Especialização em Ensino de Geografia
03	Assistente Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bacharel em Ciências Contábeis
04	Assistente Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Pedagogia e Matemática ▪ Especialista em Supervisão Escolar
05	Diretor da Escola	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Pedagogia
06	Assistente da Direção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em História
07	Educador da Educação Básica – Língua Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas
08	Educador da Educação Básica – Matemática	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Matemática
09	Educador da Educação Básica – Ciências da Natureza	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Ciências Biológicas
10	Educador da Educação Básica – Ciências Humanas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em História
11	Educador da Educação Básica - Inglês	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literaturas
12	Educador de Qualificação Profissional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bacharelado em Administração
13	Educador de Qualificação Profissional – Arco Ocupacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bacharelado em Enfermagem
14	Educador de Participação Cidadã	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Pedagogia
15	Educador para Sala de Acolhimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Pedagogia

Fonte: Adaptado de Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teixeira de Freitas (2015)

Quadro 8 - Formação dos colaboradores do Projovem

		(Conclusão)
16	Educador para Sala de Acolhimento	▪ Licenciatura em Pedagogia
17	Educador para Sala de Acolhimento	▪ Licenciatura em Pedagogia (em curso)
18	Merendeira	▪ Ensino Médio
19	Merendeira	▪ Ensino Fundamental
20	Formadora Pedagógica	▪ Licenciatura em Pedagogia

Fonte: Adaptado de Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teixeira de Freitas (2015)

Com base nestas informações iniciais sobre a implantação e o desenvolvimento do Projovem Urbano, em Teixeira de Freitas, constata-se que o projeto é de grande valia para a população do município e da região, já que possibilita aos estudantes não só a elevação do nível de escolaridade, mas também proporciona a qualificação profissional, a partir de uma proposta de integração curricular, que prioriza tanto a formação básica exigida, quanto a formação profissional e cidadã. Todavia, esse programa, assim como outros no país, requer uma investigação mais apurada sobre seus propósitos e práticas.

Desse modo, as práticas pedagógicas são o eixo axial desta pesquisa, uma vez que são essas estratégias que deverão ser praticadas no currículo, a fim de estimular e desenvolver o perfil empreendedor dos educandos. Nesse passo, o item a seguir apresenta alguns desafios e oportunidades na Educação de Jovens e Adultos no cenário atual. E no capítulo 3 será retomada a discussão acerca dos caminhos que deverão nortear o currículo do Projovem Urbano.

2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Segundo Laffin (2011), a educação brasileira evoluiu de forma significativa no decorrer do século XX, a partir do momento em que a escolarização passou a ser um direito fundamental de todos. Contudo, muitas mudanças políticas, econômicas, demográficas e sociais ocorreram paulatinamente no decorrer desse tempo para se chegar à situação atual, mas não se pode deixar de destacar que esta condição, aliada a outros fatores, foi responsável por um processo de exclusão educacional, o

que gerou uma dívida histórica com a população por não ofertar a educação escolarizada e contribuir, de certa maneira, para a condição de inferioridade social de milhões de jovens e adultos, no Brasil.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) explicam que diferentemente de outras etapas da educação básica, esta modalidade não ocorre em tempos lineares e regulares, como no caso do ensino médio, no Brasil, no qual a relação entre o conhecimento e a atividade produtiva acontece de modo mais imediato a partir de uma etapa educacional estabelecida. Destarte, ocorre de forma mais imediata e contraditória, à medida que a necessidade primária do conhecimento não é proporcionar a compreensão da vida social e, após, instrumentalizar-se para a prática profissional. No entanto, por tantas vezes, o acesso ou o retorno aos estudos é resultado das dificuldades enfrentadas frente ao mercado de trabalho.

A realidade que tem incomodado o sistema educacional é o fato dos jovens terem muitos motivos para não retornar à escola, entretanto, mesmo assim, estes retornam (OLIVEIRA; PAIVA, 2004). Diante disso, a valorização dessa escolha é fundamental para torna-lo visível frente ao sistema, e garantir o direito constitucional de acesso à escolaridade básica. Por outro lado, percebe-se que a persistência na escolaridade, em grande parte, é resultado do esforço e da mobilização individual do que investimento familiar e, muito menos, do sistema educacional, que impõe uma série de dificuldades para este retorno. Como exemplo disso, podemos considerar as condições limitadas de acesso à escola, os currículos, os métodos e materiais didáticos inadequados a um segmento da educação brasileira (OLIVEIRA; PAIVA, 2004).

Frente a essa discussão, Soares, Giovanetti e Gomes (2005) explicam que é preciso superar a visão dos estudantes da EJA apenas como jovens evadidos ou excluídos da escola. Em razão de, além de suas trajetórias escolares incompletas, estão marcados por uma trajetória de exclusão social, negação de direitos mais básicos à vida, ao trabalho, à sobrevivência e, até mesmo, ao direito a ser, em plenitude, jovem. Mesmo assim, atuam nos diversos espaços na sociedade; criam redes de solidariedade de trocas; e participam nos grupos na cidade e no campo, e assim, superam as adversidades. Logo, a visão mais ampla sobre os sujeitos da EJA, contribui para uma nova compreensão dos direitos de alunos daquele segmento, à educação no país.

O reconhecimento da cidadania a partir do respeito a estudantes da EJA, ocorrerá por meio de práticas presentes no cotidiano escolar, como a quantidade de vagas, disponibilidade de estrutura física e de instalações como laboratórios, bibliotecas e pátios de esporte, materiais didáticos e recursos tecnológicos, como livros e acesso à internet, professores qualificados para ministrar as disciplinas, atividades extraclasse e, também, o reconhecimento e condições para estimular as manifestações culturais no espaço escolar (OLIVEIRA; PAIVA, 2004).

Nesse sentido é que Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, *on-line*), defendem que:

Educar adolescentes, jovens e adultos para uma leitura crítica do mundo e para construir a sua emancipação implica, concretamente, que o processo educativo os ajude a entender e responder, desde suas condições de vida, às seguintes questões, entre outras: qual a especificidade que assume o trabalho humano, a propriedade e a tecnologia em nossa sociedade e o que nos trouxe até a crise estrutural do emprego? Quais cenários atuais do mundo do emprego e do desemprego e que novas formas de trabalho emergem, e quais os seus sentidos? Que relações podem ser construídas entre o processo de alfabetização, elevação da escolaridade básica, formação técnico-profissional e o trabalho?

É necessário reconhecer que ao se falar em educação de jovens e adultos, deve-se também falar das relações de trabalho e das relações de produção. Da mesma forma, considerar os saberes que educandos da EJA acumularam ao longo da vida, e formaram sua visão de mundo. A partir daí, construir um caminho que conduza à subjetividade e desenvolva a criticidade acerca da sua realidade (Moll, 2004).

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), as transformações ocorridas com a reestruturação produtiva, aliadas às perdas dos direitos sociais, têm exigido, dos trabalhadores, maior flexibilidade frente às mudanças caracterizadas pela automação, pelos novos modelos de gestão e também pelo trabalho precário. E na educação, é solicitado aos jovens e adultos com pouca escolaridade, a demonstração da capacidade de reverterem seus conhecimentos profissionais, todavia, não é garantida a formação básica necessária que possibilite o seu reconhecimento enquanto sujeitos sociais.

A partir de 2003, diversas iniciativas governamentais se destacaram na EJA. Porém, a preocupação central de tais ações consistiu na ampliação das certificações em nível de conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional de caráter

inicial ao término do Ensino Médio. Logo, fica visível, que as referidas ações limitavam-se às metas quantitativas, as quais configuravam como sendo pouco significativas frente ao contingente populacional sem escolaridade completa. E ao mesmo tempo, nota-se a ausência de uma política que demonstrasse e contribuísse para a efetiva democratização do acesso às bases dos conhecimentos científicos e tecnológicos (RUMMERT, 2007).

Oliveira e Paiva (2004) abordam que alguns problemas enfrentados na EJA, são originados pela organização curricular que distancia o aluno, que vive e aprende no mundo, daquele que deve aprender e apreender os conteúdos propostos pela escola. Além disso, outro problema presente é o fato da escola desconsiderar a idade e a vivência social e cultural dos educandos, utilizando propostas curriculares voltadas para crianças no ensino da EJA. “Com isso, os processos de aprendizagem não se efetivam de acordo com as expectativas tanto de uns quanto de outros” (OLIVEIRA; PAIVA, 2004, p. 108).

Assim sendo, a inclusão da educação empreendedora na EJA é, ao mesmo tempo, um grande desafio e uma necessidade. Pois, ao falar nesse segmento da educação, é essencial considerar não só sua formação básica, mas também as relações de trabalho e produção. Ao mesmo tempo, não é possível desconsiderar os conhecimentos e experiências de vida dos educandos no seu processo de formação. E no caso da formação empreendedora, é essencial que este discente tenha a capacidade de analisar seu meio e identificar possibilidades de realizar intervenções que contribuam para a melhoria de vida das pessoas na sociedade.

Contudo, com base nas literaturas existentes sobre o empreendedorismo, sabe-se que o despertar do perfil empreendedor é resultado de um conjunto de fatores presentes no meio social, nos indivíduos e nas relações de produção e trabalho. E envolve mais que formar pessoas para criar ou administrar negócios, mas contempla estimular o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais essenciais para enfrentar as situações e desafios no cotidiano, com uma visão ampla em relação à atividade empreendedora, à cultura, ao desenvolvimento econômico, a sociedade e suas contradições, mas principalmente no que se refere ao seu papel enquanto agente de transformação social.

À vista disso, torna-se relevante e necessário estender essa discussão integrando-a aos conhecimentos desenvolvidos sobre o empreendedorismo. Pois, discutir sobre a relevância da educação empreendedora no desenvolvimento social

oportuniza ao professor ampliar os conhecimentos em relação à educação profissional.

2.3 EMPREENDEDORISMO: DO EMPREENDEDOR AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A palavra empreendedorismo e empreendedor assumiram diferentes significados ao longo da história, dentre esses destacam-se para o empreendedorismo conceitos relacionados ao crescimento econômico, políticas governamentais e, criação de pequenos negócios. E no que diz respeito ao empreendedor, significados ligados à criatividade e imaginação, perceber possibilidades, iniciativa para realizar algo, capacidade assumir riscos, administrar recursos, liderar pessoas e inovar num determinado ambiente social.

Drucker (2008) define o empreendedor, a partir do conceito de espírito empreendedor, que é apresentado como uma característica distinta de um indivíduo ou organização. O autor compreende que, "[...] qualquer indivíduo que tenha à frente uma decisão a tomar pode aprender a ser um empreendedor e se comportar empreendedora" (DRUCKER, 2008, p.34).

Nesse sentido, Lopes (2010) afirma que este espírito empreendedor não pode desvaler-se da capacidade de inovação, criatividade, imaginação e, principalmente, da posição assumida enquanto sujeito transformador no ato de empreender na sociedade tão contraditória e injusta. Já que, cabe a este indivíduo a criação de novos mecanismos e alternativas, que contribuam para o desenvolvimento econômico e para a justiça social.

Com uma visão um pouco diferenciada e relevante, centrada no desenvolvimento das pessoas, Sohsten (2005) comenta que o atual empreendedor é aquele que sabe unir-se às pessoas talentosas e competentes como ele, fazendo com que as mesmas se envolvam com seus objetivos, doando integralmente as suas capacidades de pensar e criar. Cabe a este empreendedor, também, estimular o desenvolvimento de empreendedores internos, para que possam desenvolver com autonomia e força suas atividades na forma de projetos internos.

De acordo com Lopes (2010), a atividade empreendedora não está nas raízes da cultura nacional, pois desde o século XVIII, as relações entre a colônia (Brasil) e metrópole (Portugal) foram marcadas pela submissão à Coroa, na qual, todo bem público pertencia à realeza. Nesse cenário é que surgiram as relações de trabalho no Brasil, marcadas pela herança colonial que conduziu o país à profunda divisão social. No entanto, as dificuldades históricas enfrentadas pela população brasileira contribuíram para o surgimento de iniciativas diferentes desse velho padrão colonial, surgindo alternativas, em sua maior parte de sobrevivência, para o enfrentamento das relações de trabalho no país.

Daí a contradição presente nos valores culturais que, ao mesmo tempo em que tem raízes marcadas pela subserviência, torna-se uma possibilidade empreendedora, à medida que, por um lado esta herança limita-nos, por outro, impulsiona a população para a busca pela sobrevivência, surgindo assim, o empreendedorismo por necessidade. Constituindo dessa forma, relações sociais historicamente estabelecidas que necessitam ser superadas (LOPES, 2010).

Existem muitos mitos sobre o empreendedorismo na sociedade. Dentre estes, os mais comuns giram em torno da ideia: i) de que é nato, impossível de ser aprendido; ii) o mito da dependência, que influencia comunidades a se sentirem impotentes frente a realidade; iii) o mito de que a implantação de valores culturais de outra comunidade ou região possam atender às necessidades locais; iv) o mito de que para educar é preciso punir os erros, ao contrário, de aprender com os mesmos; e v) o mito de que a associação de pessoas destituídas de poder, renda conhecimento e não é capaz de produzir resultados benéficos e promover mudanças (DOLABELA, 2003).

Assim, considerando as reflexões de Dolabela (2008), Drucker (2008), Sohsten (2005) e Lopes (2010), fica visível que a educação ocupa um lugar de destaque nesse processo de disseminação da cultura empreendedora, pois é imprescindível que o ambiente social estimule o despertar de tais comportamentos. Desta forma, a formação de empreendedores numa determinada sociedade, depende de fatores econômicos, sociais e, principalmente, culturais.

Portanto, constata-se o quanto é essencial ao exercício da cidadania, a compreensão ampla sobre os significados e as relações existentes entre o empreendedorismo, empreendedor, sociedade e desenvolvimento. Pois, o empreendedorismo precisa fazer parte da cultura, estimulando o despertar de novas

atitudes e comportamentos nas diversas instituições e situações na sociedade. Destarte, a educação e o conhecimento destacam-se como fatores principais no processo da disseminação da cultura empreendedora e formação de cidadãos no país.

2.3.1 Por que uma cultura empreendedora?

Historicamente, a concepção de cultura está relacionada às formas de viver de um povo, aos seus hábitos, costumes, às suas crenças e às formas de pensar, atuar, sentir e interagir no seu meio. Para Aranha e Martins (2003), no seu sentido antropológico, significa tudo que os seres humanos produzem na construção de sua existência. A isto, podemos considerar suas práticas, teorias criadas, instituições sociais, os valores materiais e espirituais. De forma complementar, Laraia (2008) acrescenta que o ser humano é o resultado desse meio cultural, um herdeiro de um extenso processo cumulativo de conhecimentos e experiências adquiridos por outras gerações. Mas, frente a essa discussão, é essencial destacar que:

Cada universo cultural de que uma pessoa participa influi de forma específica em sua maneira de pensar, sentir e agir, ou seja, em sua forma de ser no dia-a-dia. [...] então, se por um lado a cultura é uma criação coletiva dos grupos humanos através do tempo, por outro lado cada pessoa também é, em grande medida, uma criação diária e constante da cultura em que vive, desde o instante do seu nascimento. (COTRIM, 2006, p. 19).

Tais ideias permitem concluir que a cultura representa a forma de viver de um povo, suas escolhas, seus métodos e sua filosofia de vida. Tudo isso, portanto, reflete as diversas relações sociais de produção aprendidas e vivenciadas no decorrer da história. Por consequência, não pode ser simplesmente criada ou imposta, dado que reflete as formas de ação de grupos que transformam o seu meio para atender às suas necessidades.

Neste horizonte, é essencial a discussão sobre a cultura empreendedora, pois apesar de ser um tema contemporâneo, ainda é pouco pesquisado e tem grande relevância para o desenvolvimento econômico de um país. Há que se destacar a importância de conhecer os aspectos culturais que definem uma determinada

sociedade, pois se sabe que uma organização, comunidade ou região caracterizada por uma cultura dominante é capaz de expressar e estimular os valores que precisam ser compartilhados entre os cidadãos de forma mais intensa e eficaz. Logo, as pessoas terão mais facilidade para identificar e aproveitar novas oportunidades frente às diversas situações cotidianas e às demandas sociais. Sendo assim, este fator pode influenciar e contribuir de forma significativa para os diversos agrupamentos humanos que a cultivam no processo de construção das relações sociais.

No entanto, constata-se que as abordagens sobre a cultura empreendedora no país precisam considerar os fatores históricos envolvidos na construção da sociedade atual. Não se trata de estabelecer padrões de comportamento, mas sim de estimular novas formas de compreender o seu meio e agir com objetivo de promover mudanças nas interações, possibilidades e projetos coletivos, visando qualidade de vida das pessoas.

Dolabela (2003) defende que a atividade empreendedora traz a proposta da geração de melhoria na qualidade de vida de uma coletividade, gerando valores para a comunidade sob a forma de conhecimentos, bem-estar, liberdade, saúde, democracia e riquezas. Entretanto, a sua realização é possível a partir da colaboração de diversos atores e da utilização de diferentes recursos. Daí então, a necessidade do empreendedor perceber as necessidades em seu ambiente e ser capaz de articular pessoas e recursos para satisfazê-los.

Para promover mudanças culturais no campo do empreendedorismo, é preciso que sejam criados espaços para debates e discussões sobre a relevância do comportamento empreendedor no cenário atual, pois estudos apontam a necessidade de estímulos e condições materiais nas diversas esferas sociais: família, igreja, trabalho, na política, meios de comunicação, instituições educacionais e em muitas outras, que compõe a sociedade. Contudo, deve-se ter o cuidado de respeitar as características e os aspectos culturais locais, para não reproduzir a cultura hegemônica, que tende a impor a sua cultura e dominar as classes desfavorecidas². Nessa visão, são oportunas as palavras de Freire (2008, p. 30-31) ao afirmar que “[...] a cultura consiste em recriar e não repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo”. Portanto,

² O termo “enculturação” é muito usado nos estudos teológicos. Porém, nesse estudo, refere-se ao processo de se impor a cultura dominante, externa à comunidade de outrem.

“[...] não existem culturas inferiores ou superiores, existem culturas diferentes” (FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p. 12).

O conceito de desenvolvimento, muitas vezes, fica limitado aos aspectos econômicos e à capacidade produtiva de um município, região ou país. Entretanto, para que um progresso desejado ocorra é preciso, antes de tudo, que seus efeitos positivos se façam presentes também, nas esferas sociais e educacionais, proporcionando à população uma melhor qualidade de vida. Logo, a disseminação da cultura empreendedora assume um papel fundamental, visto que, o desenvolvimento local depende em grande parte da capacidade dos indivíduos de compreenderem que este é endógeno e requer iniciativas empreendedoras com vistas à superação dos fatores que dificultam o desenvolvimento social.

2.3.2 Cultura empreendedora e o desenvolvimento local

Grande parte das transformações regionais com vistas à qualidade de vida das pessoas, depende muito das iniciativas locais. Destarte, numa mesma localidade em que os indivíduos identificam-se e preocupam-se com as questões coletivas e com o bem-estar comum, buscando conjuntamente soluções para os problemas, cria-se um espaço de preocupação e educação coletiva, à medida que se ensinam valores, princípios e saberes tradicionais da comunidade. Logo, todas as instituições são responsáveis por este processo educativo (BORGES; BERNARTT, 2010).

Por sua vez, Mafra et al. (2009) também ressalta o quanto é importante compreender que as mudanças não se esperam, mas se faz, superando a atitude de espectadores passivos das políticas governamentais, para a participação ativa e sinérgica local. Diante disso, a educação assume um papel fundamental na formação de indivíduos para a participação ativa capaz de transformar seu entorno e impulsionar dinâmicas construtivas. Portanto, “[...] promover o desenvolvimento local não significa voltar às costas para os processos mais amplos, inclusive planetários: significa utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses da comunidade”. (MAFRA et al., 2009, p. 24). Com esse mesmo olhar, Lopes (2010, p. 88) reforça que:

A sociedade brasileira enfrenta as raízes tradicionais da história colonial latino-americana e, em especial no Brasil, ainda somamos a essa tradição colonial a tradição sebastianista portuguesa. Há, nesse contexto, o eterno esperar do brasileiro por um 'salvador da pátria'. Enfrentar esse tipo de herança é superar um modelo tradicional e criar novos arranjos produtivos adequados às exigências das novas relações do mundo contemporâneo. Uma mentalidade inventiva, ousada e crítica constitui um dos pilares que podem sustentar a construção de uma sociedade mais justa nessa ordem social do terceiro milênio.

Para Bastos, Vale e Teodósio (2014), a velocidade das mudanças ocorridas em toda a sociedade requer uma nova forma de compreender e vivenciar experiências, de modo que, no cenário atual, o chegar primeiro, passe a ser substituído pelo chegar junto com os outros. E justamente com o intuito de entender este novo cenário, caracterizado pelas as ligações entre pessoas e organizações, Franco (2012) explica que nessa nova configuração é como se as pessoas estivessem emaranhadas e qualquer alteração individual afetasse o comportamento dos demais indivíduos, independentemente, de ter havido uma transmissão voluntária.

Sobre a constituição desses relacionamentos, Dolabela (2003) comenta que ao partilhar os problemas coletivos, os indivíduos constroem relações de identidade e solidariedade. Ocorre então, a conscientização de que a solução pode ser satisfatória para todos, surgindo com isso, a confiança em razão do reconhecimento de objetivos únicos e de cooperação, que potencializará a capacidade de satisfazer suas necessidades. Dessa forma, esta motivação, produzirá melhores condições desses indivíduos promoverem intervenções sociais e criarem a predisposição à realização de mudanças.

Como exemplo disso, Mafra et al. (2009), com o intuito de destacar a necessidade dessa mudança ideológica, utiliza o exemplo da região de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina. O autor comenta que, embora tenha se tornado uma região de desenvolvimento no país, anteriormente, como muitas regiões brasileiras, a população esperava que o desenvolvimento fosse promovido por fatores externos, ou seja, que chegasse de fora através de uma grande empresa ou projeto governamental. Mas, cansados de esperar, alguns membros desta localidade tiveram a iniciativa de buscar a solução dos problemas locais, de modo que eles próprios realizassem o enfrentamento. Dessa forma, ao analisarem suas realidades, identificaram a oportunidade de desenvolver a fruticultura no município. Então, organizaram os recursos disponíveis, buscaram parcerias com instituições de

pesquisa, formaram cooperativas e criaram uma estrutura para a comercialização dos seus produtos.

Com base nessa lógica, Dolabela (2003) explica que o empreendedor é um indivíduo capaz de desenvolver sonhos individuais na sua concepção, porém, coletivos na sua finalidade. Por outro lado, este sonho é fortemente influenciado pela cultura da comunidade na qual este empreendedor faz parte e sua realização é fruto da cooperação de várias pessoas, recursos e elementos. Portanto,

Empreender não significa apenas criar novas propostas, inventar novos produtos ou processos, produzir novas teorias, engendrar melhores concepções de representação da realidade ou tecnologias sociais. Empreender significa modificar a realidade para dela obter a auto-realização e oferecer valores positivos para a coletividade. Significa engendrar formas de gerar e distribuir riquezas materiais e imateriais por meio de ideias, conhecimentos, teorias, artes, filosofia (DOLABELA, 2003, p. 29).

Outro exemplo interessante é citado por Lopes (2010), ao apresentar o impacto da atividade empreendedora no desenvolvimento local na comunidade de Cubatão, no município de Campo Alegre, em Santa Catarina (SC). De acordo com a autora, a empreendedora Lúcia Bousse, orientada pelo pesquisador Ronald Jean Degen no ano de 2006, transformou um bolsão de pobreza composto por trinta e cinco famílias, que antes destruíam a mata para produzir carvão, numa comunidade empreendedora que encontrou a oportunidade de complementar sua renda por meio da preservação da Mata Atlântica.

A identificação das dificuldades enfrentadas pelas reflorestadoras foi o ponto inicial para que Lúcia Bousse, considerada no estudo como o “agente socializante”, pudesse por em prática sua visão empreendedora. Pois, aquelas organizações necessitavam de mudas de árvores nativas para atender as leis, através do reflorestamento das áreas de preservação ambiental. Porém, cada vez mais ficava complicado obter tais recursos, devido à produção do carvão vegetal a partir das espécies nativas. Diante disso, o agente socializante propôs que as famílias da comunidade produzissem as mudas para uma das grandes empresas, que deveriam, por lei, cumprir o reflorestamento (LOPES, 2010).

De acordo com Lopes (2010), a proposta realizada por Lúcia Bousse³ foi aceita e agradou à Companhia Catarinense de Empreendimentos Florestais

³ Companhia fundada em 1971, sediada em Joinville – SC. Atua na área de gestão de florestas renováveis, em vinte e um municípios de Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná. Com uma área de

(Comfloresta), que se prontificou a oferecer treinamento para os membros da comunidade sobre o processo de coleta e plantio de sementes da floresta. A partir dessa parceria, o agente socializante fomentou o desenvolvimento da Cooperativa Encanto da Natureza, que passou a coletar sementes e plantar mudas, não só para vender à Comfloresta, mas também para atender a outras empresas do mesmo segmento.

Um dos pontos relevantes da atuação do agente socializados, foi o fato de sua atuação frente às reflorestadoras com o intuito de conscientizá-las sobre a exploração dos indivíduos da comunidade por suas empreiteiras. De modo que, informadas sobre tais práticas, as reflorestadoras passaram a fiscalizá-las melhor e exigir salários e condições de trabalho mais dignas. Logo, com esta fiscalização, começaram a pagar salários mais adequados, registrar os seus colaboradores e oferecer-lhes melhores condições de trabalho (LOPES, 2010).

De acordo com Dowbor (2007), na Itália há cidades que elaboram um atlas local para que os alunos possam entender o seu meio, de forma semelhante, outros municípios estão dinamizando a produção de indicadores para facilitar a compreensão dos problemas locais no currículo escolar. Para o autor, há uma dimensão pedagógica relevante nestas práticas, porque o estudo científico e organizado da realidade, contribui para a aprendizagem mais significativa, à medida que, os conhecimentos adquirem sentido na vida do estudante. Portanto, ao estudar os conteúdos relacionados os processos migratórios responsáveis pela constituição da cidade, os discentes poderão encontrar sua origens e identidades, reconhecendo a ciência como um instrumento apropriado de compreensão da vida.

Os exemplos apontados indicam que a disseminação da cultura empreendedora numa comunidade, pode contribuir de forma relevante no desenvolvimento de novas alternativas para o enfrentamento das situações desigualdades e exclusão social. Também fica visível que a ação empreendedora é movida principalmente pelo inconformismo de pessoas que identificar outras possibilidades frente ao caos.

Diante dessa discussão, são oportunas as ideias de Dowbor (2007) ao postular que educação não pode ficar limitada à transmissão de um estoque de

conhecimentos para o aluno, devendo atuar na articulação entre as necessidades do desenvolvimento local e os conhecimentos. Pois, estes indivíduos precisam conhecer os problemas, analisar as alternativas e reconhecer os potenciais do território. Portanto, “[...] trata-se de uma educação mais emancipadora na medida em que assegura ao jovem os instrumentos de intervenção sobre a realidade que é a sua” (DOWBOR, 2007, p. 25). A partir de tais concepções, torna-se essencial ampliar as discussões sobre a educação empreendedora no espaço escolar, para que assim seja possível compreender e analisar criticamente seus fundamentos e práticas pedagógicas que sustentam tal proposta de ensino.

2.4 A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS

As escolas ainda não estão promovendo as inovações necessárias de forma integrada, envolvendo as teorias de aprendizagem e respondendo às necessidades atuais. Para tanto, ainda utilizam métodos do passado, que se misturam para preparar os indivíduos para o futuro. Um sistema educacional fundamentado no modelo fragmentado, enquanto que a sociedade atual requer uma formação sistêmica, com perspectiva mundial, bem como capacidade de empreender e responder criativamente à complexidade dos desafios (ACÚRCIO, 2005).

Vasconcelos et al. (2012), reforçam as ideias de Acúrcio (2005), ao salientar que o conceito de empreendedorismo compõe os alicerces de uma base que tem como objetivo não só a formação para o trabalho, mas a formação para o exercício crítico da cidadania, para a emancipação e para a prática política. Posto isto, a educação empreendedora, seguindo o mesmo viés do Currículo Integrado pode se contrapor às propostas tradicionais, que separam as disciplinas de forma cartesiana, trabalhando isoladamente, conteúdos repetidos, muitas vezes desencadeados, sem o estabelecimento de relações entre si, dificultando o alcance, por parte dos educandos, de uma visão integrada dos conhecimentos.

No entendimento de Lopes (2010), a educação empreendedora envolve a criatividade e sua necessidade não está restrita às pessoas que atuam diretamente no empreendedorismo. No entanto, é essencial a todos que estão engajados na construção da cidadania, inclusive os jovens, que encontrem nesse tipo de

educação, uma forma de enfrentar as desigualdades, tanto na forma de distribuição de renda, de inclusão social ou na busca de novas alternativas frente à nova dinâmica social.

Dolabela (2003) acrescenta que a educação empreendedora concebe o empreendedor como um indivíduo capaz de gerar novos conhecimentos, a partir de um alicerce de saberes acumulados na história de vida do aluno, que são apontados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, como os quatro pilares da educação – o aprender a saber, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Na visão do autor, estes conhecimentos abrangem não só o ambiente, mas também as características individuais, como a criatividade e a capacidade de utilizá-la por meio da utilização e recursos; a crença de que as ações provocam mudanças; a autoconfiança, ousadia e capacidade de identificar oportunidades; habilidade para estabelecer relações e cooperar, dentre outros aspectos.

A educação empreendedora tem como alicerce a atividade do próprio aluno, a experiência, a prática mais contextualizada na realidade, preparando o indivíduo para lidar com as incertezas, escassez de recursos e a indiferenciação comum no início de uma organização/iniciativa, incentivando a imaginação e a análise. Sendo assim, mais importante que os conteúdos das disciplinas, serão as possibilidades de experiência oferecidas ao educando no seu desenvolvimento (FILION 1999, *apud* LOPES 2010).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), é necessário que no processo de ensino e aprendizagem sejam utilizadas metodologias que possibilitem a construção do conhecimento, a partir da verificação e comprovação de hipóteses, da construção da argumentação, do desenvolvimento do espírito crítico, favorecendo a criatividade, compreensão de limites e explicações propostas. Portanto, essa dinâmica de ensino contempla o descobrimento de potencialidades individuais e coletivas. E implica no estímulo à autonomia, sentimento de segurança em relação às próprias capacidades, e interação de forma orgânica e integrada no trabalho de equipe. É neste sentido que a proposta da educação empreendedora justifica-se, pois,

[...] o desafio reside em como estimular, desenvolver e fomentar o pensamento criativo e inovador, dado que não se equaciona facilmente como ensiná-lo/inseri-lo no contexto da educação/treinamento. Trata-se de estimular formas novas de pensar e de experimentar o caminho da criação e da inovação; esse aspecto “arte” é desafiado e fortalecido na própria experiência prática, no contexto e no ambiente de negócios, ao interagir com os problemas, as situações e as pessoas (LOPES, 2010, p. 24).

Em vista disso, a essência das práticas pedagógicas está na dinâmica do ciclo que envolve o sonhar e buscar realizar este sonho, ou seja, definir, planejar e alcançar os objetivos pessoais. Para tanto, “[...] o aluno irá criar um projeto próprio, aqui chamado de sonho, e se beneficiar da força pedagógica dessa ação. Além de ter a autoria, ele será também o protagonista do enredo que criou” (DOLABELA, 2003, p. 77). O mesmo autor reforça ainda que:

[...] ao tentar realizar o sonho, o indivíduo aumenta o seu conhecimento sobre o objetivo do sonho e tudo que o envolve: as forças que atuam sobre ele, os meios para realizá-lo, os recursos e relações necessários, etc. Ao proceder dessa forma, testa suas habilidades e competências, aprofunda a consciência do que gosta e do que é capaz. Nesse processo adquire novas características e competências (de que talvez não fazia ideia ou nem imaginava ser capaz), modificando a percepção de suas aptidões, a imagem de si mesmo e o próprio sonho, alterando-o em razão das mudanças que percebe em si. [...] o sonho submetido ao processo de realização é capaz de mudar sua própria natureza e, ao fazer isso, mudar também o indivíduo que sonha, em virtude das transformações que este sofrerá em comportamento, atitudes, visão de mundo (DOLABELA, 2003, p. 78).

A proposta da Educação Empreendedora (EE) não utiliza fórmulas prontas e técnicas específicas, mas elaboradas conjuntamente, propondo o autoconhecimento, o conhecimento do outro e do mundo, ao passo que sua metodologia envolve uma série de atividades, como dinâmicas e vivências que possibilitam ao aluno dialogar com ele mesmo, com os colegas e professores, e principalmente com a comunidade na qual a escola está inserida (BASTOS; RIBEIRO, 2011).

Segundo Dolabela (2003), neste propósito educacional o conhecimento se constrói a partir evolução das percepções sincréticas, quer dizer, o que não era percebido pelo aluno no meio passa a ser observado de forma diferenciada, a partir disso, surgem as análises e interpretações da realidade com o objetivo de compreender, aplicar e gerar novos saberes. É pertinente destacar que neste processo o aprendiz identifica as fontes do conhecimento com o auxílio do professor, todavia é de sua responsabilidade o acesso e a mobilização do conteúdo.

Entretanto, esta motivação é fortemente influenciada pela imagem que o aluno tem de si, e também pelo espaço de si.

Por sua vez, Fillion (1994 *apud* DOLABELA, 2003) apresenta de forma mais abrangente as características do espaço de si que fomentam o comportamento empreendedor no quadro abaixo:

Quadro 9 - Características do Espaço de Si

Espaço de si estreito	Espaço de si amplo
Exerce pressões em direção à conformidade	Incoraja a originalidade
Favorece o pensamento linear	Favorece o pensamento sistêmico
Polariza-se em torno de absolutos	Evolui em torno do contingente
É dogmático e rígido	É relativo e flexível
Considera o ser humano como meio	O ser humano controla seu destino
Impõe maneiras de ver	Propõe e explica as abordagens
Pratica a regra do tudo ou nada	Negocia e encaminha
Procura eliminar as diferenças	Respeita as diferenças
Recomenda o pronto	Prefere o feito sob medida
Pune o erro	Tolera o erro

Fonte: Dolabela (2008, p. 85)

Nesse sentido, Dolabela (2003) explica que o futuro empreendedor precisa de um espaço mínimo para crescer. Pois, o processo de aprendizagem implica a afirmação e ampliação do conceito de si. “[...] O qual se exprime no interior do espaço psicológico de cada um, ou seja, pelo espaço de si recebido e em seguida criado. É também o lugar que permite exprimir a intencionalidade, quer dizer, aquilo que reflete a maneira como alguém se vê agora e no futuro” (FILLION, 1994 *apud* DOLABELA, 2008, p. 85).

Diferentemente do ensino voltado para a transmissão de conhecimentos e informações, na EE o papel do professor é o de provocar o desequilíbrio nas relações do aluno com seu mundo, através de perguntas, desafios, questionamentos, e oferecer apoio para que o aprendiz ao se deparar com os conflitos cognitivos, desenvolva uma ação auto reguladora (DOLABELA, 2003).

Na ótica de Lopes (2010), na EE o aluno que precisa pensar de forma diferenciada, buscar saídas e alternativas, aprender com a experiência e o processo.

Para tanto, o docente utiliza recursos, estratégias e contextos presentes no cotidiano do aprendiz, tornando a aprendizagem significativa. Assim, correlaciona-se a Aprendizagem Experiencial; Aprendizagem pela Ação; Aprendizagem Contextual; Aprendizagem Centrada em Problemas e Aprendizagem Cooperativa. Além disso, a procura utilizar as tecnologias mais adequadas e apropriadas aos objetivos educacionais, ou seja, aproveita tanto as técnicas tradicionais, como as mais modernas para promover suas atividades.

Nessa discussão, Mafra et al. (2009) reforçam que a educação deve atuar na articulação entre as necessidades do desenvolvimento local e os conhecimentos. Pois, estes alunos precisam conhecer os problemas, analisar as alternativas e reconhecer os potenciais do território. “[...] Trata-se de uma educação mais emancipadora na medida em que assegura ao jovem os instrumentos de intervenção sobre a realidade que é a sua” (MAFRA et al., 2009, p. 25).

É neste ponto de vista que Dolabela (2003) argumenta que na educação empreendedora a comunidade participa ativamente como educadora e, também, como educanda. De modo que, esta proposta de educação seja pautada no questionamento e na reflexão, e tenha como foco o reconhecimento e a preparação de pessoas para refazer as realidades que deixaram de atender às necessidades da coletividade. Ao considerar isso, a educação empreendedora “[...] torna-se um ambiente para a construção conjunta do conhecimento, e não para sua transferência linear; um ambiente de preparação para a vida, e não de formação para o emprego, uma ocupação funcional” (DOLABELA, 2003, p. 32).

Vale dizer que, o docente ao vivenciar experiências e ampliar sua compreensão em relação aos princípios e práticas da Educação Empreendedora acaba desenvolvendo dinamicamente a sua própria prática pedagógica. Diante disso, algumas ações tem apresentado resultados positivos e merecem destaque (DOLABELA, 2003):

- Eliminar sempre que possível as aulas expositivas, procurando outras estratégias que representem a realidade;
- Utilizar como estratégias o teatro, jogos, filmes, notícias, depoimentos e biografias;
- Construir relações com as lideranças e forças representativas da comunidade para oferecê-las aos alunos como fonte de saber;

- Convidar pessoas da comunidade para narrar seus objetivos de vida;
- Desenvolver processos de construção e manutenção de altos níveis de autoestima;
- Estimular a auto avaliação no cotidiano;
- Promover atividades que possibilite entender que a ação empreendedora é algo natural na vida humana;
- Desenvolver atividades que estimulem a capacidade de formulação, planejamento e avaliação de objetivos dos discentes;
- Promover estratégias para que os alunos socializem seus sonhos (objetivos de vida);
- Trabalhar o empreendedorismo como tema transversal nos diversos componentes curriculares;
- Utilizar a pergunta como estímulo ao entendimento e à compreensão;
- Aumentar a capacidade de perceber a diversidade;
- Estimular a análise crítica dos modelos e paradigmas presentes no cotidiano;
- Combater a discriminação de qualquer espécie;
- Não aceitar proposta que defendem a neutralidade político-ideológica na educação;
- Entender a política como direito e necessidade de participação nas decisões.

Além de trabalhar fomentando a ação empreendedora em seu ambiente interno, a escola deve abrir-se ao diálogo com o ambiente externo: a sociedade em que está inserida e o mercado de trabalho, no qual os alunos atuam e atuarão mais diretamente. Cabe à escola propor inovações que servirão à sociedade como um todo. O desafio é oferecer uma educação que sirva a todos os alunos, para que, com visão sistêmica e consciência cidadã, sejam competentes nas ações de empreender sua própria vida com dignidade e constituir uma nova sociedade empreendedora (ACÚRCIO, 2005).

Contrariamente a estas concepções, alguns autores como Coan (2011), Cêa e Luz (2006) e Souza (2009), defendem que as propostas da pedagogia empreendedora visam adequar os indivíduos às demandas do sistema capitalista,

preparando-os para atender às demandas da economia globalizada, formando indivíduos exclusivamente para o trabalho. Na visão de Lopes (2010), o receio em promover uma educação voltada para a preparação e mão de obra no mercado, produziu muitas críticas e rejeição dos educadores em reconhecer que o processo de inserção na sociedade contempla também o aprendizado de um trabalho e a inserção econômica dos sujeitos aprendizes.

No ponto de vista de Coan (2012), a formação de jovens empreendedores está diretamente articulada ao projeto histórico do capital. Por isso, promete realizar o sonho do sucesso pessoal e profissional, no sentido de naturalizar a condição de protagonismo juvenil, como se fosse o único responsável por sua sobrevivência e, pelo desenvolvimento econômico da coletividade na qual está inserido. No seu ponto de vista este discurso da necessidade do empreendedorismo na sociedade é visto como pragmático e ideológico, que reforça o individualismo típico da racionalidade neoliberal.

Para Coan (2012), os discursos de apoio ao empreendedorismo são facilmente absorvidos devido à utilização de estratégias de disseminação travestidas de diversos significados. Inclusive na educação, a sua inserção é vista como uma forma de dinamizar e tornar o processo educativo mais atrativo e atualizado, capaz de formar um novo perfil de cidadão, inovador, proativo e empreendedor.

Já no ponto de vista de Liberato (2007), sabe-se que não é fácil promover mudanças num Sistema Educacional tão fortemente arraigado e fragmentado como no Brasil. O autor ainda ressalta que, jovens que têm um grande potencial e não encontram chances, não são estimulados e muitas vezes são excluídos da própria sala de aula, podem promover uma verdadeira revolução quando motivados, apoiados e direcionados.

Com vistas a contemplar uma visão crítica sobre as discussões realizadas em relação à educação empreendedora, é válido analisar de forma mais minuciosa as ideologias presentes em tal argumentação. Pois, as mudanças do Sistema Educacional brasileiro não envolvem apenas a visão dos educadores, mas fatores políticos, sociais, econômicos, culturais e muitos outros, que influenciam diretamente na forma de pensar, agir e produzir no cenário social. Logo,

[...] No momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção muda, embora isto não signifique, ainda, a mudança da estrutura. Mas a mudança da percepção da realidade, que antes era vista como algo imutável, significa para os indivíduos vê-la como realmente é: uma realidade histórico-cultural, humana, criada pelos homens e que pode ser transformada por eles (FREIRE, 1979, p. 27).

Por isso, é de fundamental importância que os educadores sejam capazes de identificar os reais objetivos e propósitos presentes nas políticas educacionais. Pois, sabe-se que em todas as práticas sociais existem ideologias que reforçam a reprodução das forças produtivas, impulsionando os indivíduos a aceitar e propagar o domínio capitalista como algo natural. Daí a relevância da compreensão acerca da forma como estas práticas ocorrem dentro da escola, pois assim como as demais instituições sociais, elas são movidas por interesses da classe dominante e visam a perpetuação das relações de exploração, submissão e alienação.

Contudo, não se pode negar que é possível que a escola torne-se um instrumento de resistência e transformação social. Pois, como o grande educador Freire (1996) frisa, não somos apenas objetos da história, mas sujeitos igualmente. Por conseguinte, no mundo da história, da cultura, da política, constatamos a realidade e seus problemas não para a adaptação, mas para promover a mudança. Visto que, a educação é uma forma de intervenção que vai além do conhecimentos dos conteúdos ensinados e/ou aprendidos, pois implica tanto o esforço de reprodução ideológica, quanto o seu desmascaramento. Deste modo, [...] é um erro decretá-la como tarefa apenas reprodutora da ideologia dominante como erro é toma-la como uma força de desoculação da realidade, a atuar livremente, sem obstáculos e duras dificuldades” (FREIRE, 1996, p. 98-99). A partir de tais reflexões é importante destacar que:

Existem professores que se recusam a transmitir os valores da sociedade capitalista como os únicos verdadeiros. São professores que se empenham cada vez mais em desenvolver o senso crítico dos alunos, procuram denunciar em suas aulas as relações de poder e dominação presentes em nossa sociedade (MEKSENAS, 2007, p. 82)

Neste horizonte, Laffin (2012) afirma que o desafio é a construção de um processo educativo que que supere a ideia de preparar os alunos para a competição no mercado, mas construir outros espaços de produção de existência

material e imaterial, baseados na cooperação e solidariedade, construindo assim novas relações humanas no trabalho e na vida.

Apresentado esses pressupostos, é essencial entender que qualquer proposta de educação requer a análise crítica de suas origens e intenções, pois a história da educação brasileira sempre foi marcada por práticas educacionais que visavam à dominação e manipulação de indivíduos e meios de produção. Porque “[...] um profissional alienado é um ser inautêntico [...]. O ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas com olhos alheios. Por isso vive uma realidade imaginária e não a sua própria realidade objetiva” (FREIRE, 2007, p. 35).

2.5 A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

É preciso entender que a sociedade, atualmente, apresenta uma nova configuração. Logo, novos problemas, novos comportamentos, novas tecnologias, novas regras surgem e exigem dos indivíduos formas inovadoras de resolver os inusitados problemas e de lidarem com as diversas situações. Assim, muitas práticas que deram certo no passado, talvez, não sejam capazes de atender novas demandas, como também de resolver certos problemas com tanta eficácia. Sendo, portanto, necessária a capacidade de análise do ambiente, visão analítica de alternativas, abstração para pensar nas possíveis consequências das decisões, bem como a capacidade de trabalhar com outras pessoas de forma produtiva, motivada e harmoniosa, por parte de indivíduos que constituem o corpo social contemporâneo.

Uma análise crítica mais minuciosa do ambiente educacional evidencia a desmotivação, o descrédito e a apatia dos educandos em relação à proposta da escola como fator de transformação social. Diante disso, é mais que necessário integrar a educação empreendedora no currículo escolar dessas instituições, procurando estimular a motivação dos educandos, elevando suas expectativas em relação à sua ação no meio social, ampliando a compreensão dos mesmos em relação às possibilidades de atuação, criatividade, e entendimento em relação ao comportamento humano, bem como, conhecer melhor a própria realidade e principalmente transformação social. Essa perspectiva educacional pode ser potencializada pela proposta do Currículo Integrado, na medida em que os saberes

passam a ser construídos a partir dos saberes de formação geral e profissional necessários à vida do educando.

A escola precisa rever seus objetivos e reorganizar-se, a partir de uma proposta educacional, que possibilite condições para o desenvolvimento das competências, que contribuam para a inovação. Além disso, uma formação, que gere, em educandos, a autonomia de pensamento, sentimento, valoração, iniciativa e ação para empreender a própria vida, de maneira consciente, efetiva e criativa na sociedade. Mas, para que isso ocorra, é essencial que o projeto pedagógico das escolas contemplem, na formação continuada de educadores e educandos, as competências e habilidades do empreendedor (ACÚRCIO, 2005).

O processo da educação empreendedora está baseado no auto-direcionamento da aprendizagem, no desenvolvimento do pensamento crítico prático e funcional, no desenvolvimento do indivíduo e da cidadania. De maneira prática na escola, desenvolve-se por meio da realização de projetos relacionados à realidade da comunidade interna e externa, com o estímulo à criatividade e inovação, capaz de provocar ao mesmo tempo o progresso econômico e o progresso de todos os envolvidos no processo (VASCONCELOS et al, 2012).

Dolabela (2004) destaca que a pedagogia empreendedora foi desenvolvida para qualquer tipo de discente e escola. O autor cita ainda, como exemplo, o projeto que é desenvolvido em oitenta e seis cidades, pelo SEBRAE, do Paraná, intitulado “Programa SEBRAE de Desenvolvimento Local”, que tem como público alunos de comunidades pobres. O projeto tem comprovado que pessoas podem empreender, pois em cada localidade, por mais pobre que seja, há conhecimento, riqueza, pessoas e comunidades capazes de produzir processos de geração de autossuficiência. Dessa forma, nas palavras de Dolabela (2004, p. 129): “Pobreza não é ausência de renda. Pobreza é a incapacidade do ser humano usar seu potencial para desenvolver-se”.

Nas ideias de Fillion⁴ (1999, *apud* Lopes 2010), mais importante que os conteúdos das disciplinas, serão as possibilidades de experiência oferecidas ao educando no seu desenvolvimento. E para atingir os objetivos dessa educação é muito importante o envolvimento e a capacitação de educadores para adotar o empreendedorismo no desenvolvimento dos cursos e das disciplinas, que formam o

⁴ FILLION, L. J. “Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios”. *Revista de administração de empresas*. São Paulo, v. 39, n. 4, p. 6-20, 1999.

currículo, sendo necessário, para isso, informações, metodologias e assessoria nesse processo.

Segundo Lopes (2010), é interessante o distanciamento entre os profissionais preocupados com a educação e aqueles que atuam na formação de empreendedores. De modo que, existem poucos estudos realizados em conjunto, e poucos livros que abordem a educação ligada ao empreendedorismo. Acúrcio (2005, p. 23) traz uma importante contribuição em relação à essa temática quando afirma que:

No Brasil, inadequação de determinadas metodologias de ensino em relação à nossa cultura comprometeu a eficácia e a evolução da educação em relação à sociedade. Além disso, nossa história está marcada pelo fato de o homem gostar de pensar em termos de oposições extremadas, de pólos opostos, formulando suas crenças em termos de “um ou outro”, “ou isto ou aquilo”, entre os quais não costuma reconhecer as possibilidades intermediárias.

Dentre os segmentos em que está organizada a educação brasileira, é válido ressaltar que a educação empreendedora se faz necessária em todas elas. Porém, é priorizada nesta pesquisa, a Educação de Jovens e Adultos. Visto que, tal modalidade tem apresentado um perfil de educandos bem interessante e instigador, exigindo um olhar mais aprofundado em relação às suas características, peculiaridades, desafios e influência na formação de jovens e adultos que contribuem para o processo de transformação social a partir de sua atuação profissional no mercado de trabalho.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996) Art. 37, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é destinada aos indivíduos, que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos no ensino fundamental ou médio, na idade própria. Assim, essa modalidade de ensino deve assegurar gratuitamente àquele grupo de educandos, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características, interesses, condições de vida e trabalho, através de cursos e exames. E diante disso, o Poder Público deverá estimular a permanência do trabalhador na escola a partir de ações integradas e complementares entre si.

Gadotti e Romão (2005) comentam que o conceito da EJA é ampliado ao integrar processos educativos nas múltiplas dimensões do conhecimento, das práticas sociais, do trabalho, dos problemas coletivos e da construção da cidadania. Essa modalidade de ensino não deve ser considerada uma reposição da

escolaridade perdida, mas construir uma identidade própria, sem concessões à qualidade de ensino, possibilitando uma terminalidade e acesso aos certificados equivalentes ao ensino regular.

Para Moll (2004), é necessário reconhecer que ao se falar em educação de jovens e adultos, deve-se também falar das relações de trabalho e das relações de produção. Da mesma forma, considerar os saberes que os educandos acumularam ao longo da vida, e formaram sua visão de mundo. A partir daí, construir um caminho que conduza à subjetividade e desenvolva a criticidade acerca da sua realidade. Segundo Candau et al (2002, p. 34):

É preciso retomar o debate e tomar posição sobre os objetivos de formação a serem promovidos pela escola hoje, que forme cidadãos numa sociedade que inclua todos, na nova configuração econômica, política, social, cultural, do mundo contemporâneo. [...] Vamos formular nossas convicções, nossos propósitos políticos e pedagógicos e, em seguida, aprender na escola, com os professores, com as famílias, o que deve ser uma escola para a realidade social de hoje.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), um ensino de qualidade, que considera o indivíduo como sujeito transformador, deve também, contemplar o desenvolvimento das capacidades de adaptação às complexas condições e alternativas de trabalho da sociedade contemporânea, como a rapidez na produção e circulação de novos conhecimentos e informações. Assim sendo, a formação escolar deve possibilitar aos educandos o desenvolvimento das competências e da consciência profissional, entretanto, não deve limitar-se ao ensino de habilidades imediatamente demandadas pelo mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, não é suficiente a educação empreendedora apenas no ensino superior brasileiro, pois o empreendedorismo precisa se fazer presente em todos os âmbitos e níveis da educação. Dentre as formas de empreendedorismo, sabe-se que algumas concentram renda, conhecimento e poder, entretanto, o autor salienta que estas formas não são adequadas no Brasil, uma vez que precisamos de atividades econômicas de inclusão social, pois o problema do país não é gerar a renda e aumentar o Produto Interno Bruto (PIB), mas é a exclusão, falta de geração de qualidade de vida, o que se denomina não-desenvolvimento sustentável (DOLABELA, 2004).

A proposta de uma educação empreendedora na Educação de Jovens e Adultos não deve ter como foco principal a formação de indivíduos para criar e gerenciar empresas, pois,

[...] como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p.84-85).

Por considerar estas especificidades, a educação empreendedora na EJA desenvolvem-se a partir da integração do aluno com a sua realidade. Diante disso, considera o aprender fazendo, a busca e exploração de conceitos, a resolução dos problemas com uma visão multidisciplinar, bem como, a leitura, interpretação e transformação das informações em decisões. E de forma também relevante, estimular a comunicação como oportunidade de criar vínculos, apresentar ideias e expressar sentimentos no processo de educativo.

É nesse contexto que são oportunas as ideias de Ramos (2002) ao afirmar que é possível a organização dos processos de aquisição dos diferentes saberes em torno das atividades profissionais, desde que ocorra a distinção entre os saberes teóricos e conceitos científicos formalizados; e os saberes práticos. Pois, através da seleção dos conhecimentos das disciplinas científicas ou escolares, existe a possibilidade de elaboração de um programa de educação profissional considerando a totalidade do processo de trabalho, tudo isso, com vistas à formação do trabalhador competente capaz de realizar intervenções sobre ele e sobre as relações sociais de produção.

Então, a inclusão da educação empreendedora na EJA é ao mesmo tempo um grande desafio e uma necessidade. Pois, ao falar nesse segmento da educação, é essencial considerar as relações de trabalho e as relações de produção existentes na sociedade. Ao mesmo tempo, nesse processo não é possível desconsiderar os conhecimentos e experiências de vida dos educandos, e também a sua percepção do meio social.



CAPÍTULO 3

REFERENCIAL TEÓRICO

(Parte 2)

3 O CURRÍCULO INTEGRADO: FUNDAMENTO PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROJOVEM URBANO

A sociedade hoje se caracteriza por um ambiente instável, turbulento e mutável. Esse cenário dinâmico envolve as todas as organizações sociais, principalmente as educacionais, exigindo delas uma elevada capacidade de adaptação, flexibilidade e disposição para mudar. Diante disso, a educação surge como elemento fundamental, visto que, uma sociedade necessita educar seus indivíduos de acordo com os valores que contribuam para o desenvolvimento social tão necessário no país.

Para Zabala (1998, p. 27), “[...] educar quer dizer formar cidadãos e cidadãs, que não estão parcelados em compartimentos estanques, em capacidades isoladas”. Logo, ao potencializar certas capacidades, paralelamente, estarão influenciando nas demais capacidades cognitivas, até mesmo negativamente. Assim, deve-se considerar que a capacidade de um indivíduo para relacionar-se depende das experiências de vida, portanto, as instituições educacionais ocupam a posição principal frente a essa realidade, para o estabelecimento de vínculos e relações que condicionam e definem as próprias concepções sobre si e sobre os demais.

3.1 A TRÍADE: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E TRABALHO

Alves e Garcia (2008) defendem que a educação não fica limitada a transmitir, apenas, os conhecimentos científicos, que são restritos ao ensino de línguas, matemática, ciências, geografia entre outros componentes curriculares, que compõem as ferramentas básicas para comunicação e o entendimento humano, pois ainda são insuficientes e, tão pouco, garantem que um indivíduo esteja apto para desenvolver relações de maneira plena, autêntica e satisfatória com seu meio. Portanto, “[...] falta-lhe ainda uma postura diante da realidade, uma forma de se utilizar desses aparelhos, uma personalidade definida” (ALVES; GARCIA, 2008, p. 16).

Por considerar tais problemas relacionados à equidade, distribuição de riqueza e direitos no modelo econômico vigente, Libâneo (2011) propõe uma discussão sobre a melhoria na qualidade dos serviços educacionais com vistas à superação das desigualdades. Para isso, aponta um conjunto de objetivos para uma educação básica de qualidade: a preparação para o mundo do trabalho; a formação para a cidadania crítica; a preparação para a participação social; e a formação ética.

Sobre a preparação para o mundo do trabalho, Libâneo (2011) explica a relevância da organização da escola para atender às demandas econômicas e de emprego, inclusive para formas alternativas que visem à flexibilização e adaptação dos trabalhadores às condições de exercício profissional. O segundo objetivo destacado, contempla a formação para a cidadania crítica frente ao sistema produtivo e interferir criticamente na realidade e não apenas formar para integrar o mercado de trabalho. Já o terceiro objetivo, aborda sobre a preparação para a participação social, de forma a fortalecer os movimentos sociais, sejam eles de setores mais amplos da sociedade ou localizados, como interesses comunitários. O último objetivo proposto por Libâneo (2001) se refere à formação ética, que envolve valores e atitudes por meio de atividades escolares, no intuito estimular o desenvolvimento de formas de pensar, sentir e agir perante a política, economia, consumismo, sexo, drogas, predação ambiental, violência, e também, frente as formas de exploração presentes no capitalismo contemporâneo.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) reconhecem que a educação é um pressuposto para o trabalho e argumentam que aquela não deve ser limitada a esta instrumentalidade, com um sentido economicista e centrado no mito da empregabilidade. Neste caso, a exclusão do trabalho como realidade concreta da vida não considera as pessoas como sujeitos produtores de sua própria existência frente às relações contraditórias e desiguais. Mas, por outro lado, restringe o trabalho apenas na sua dimensão econômica, transforma a educação numa redentora dos problemas enfrentados no mercado de trabalho, à medida que, responsabiliza os indivíduos a superá-los por meio do uso de suas capacidades individuais.

No entendimento de Frigotto (2001), o desafio é termos a capacidade coletiva de distinguir o projeto de educação profissional patrocinado pelos organismos internacionais, que é aceito pelo governo federal, do projeto que visa a construção em diferentes espaços sociais numa perspectiva de emancipação da classe

trabalhadora. Seguindo o mesmo raciocínio, Arroyo (2007) afirma que a formação de sujeitos empregáveis e mercadoria para o emprego é uma das imagens mais reducionistas dos educandos e dos currículos escolares.

Na análise de Frigotto (2001), cinco aspectos ocupam a posição central num projeto de Educação Profissional centrado numa perspectiva emancipadora. O primeiro deles trata de um movimento de crítica ao projeto dominante centrado na lógica do mercado e afirma os valores centrados na democracia efetiva, na igualdade e solidariedade. O segundo está direcionado à necessidade de reiterar a concepção de educação formadora de sujeitos autônomos, que possam ser protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto democrático e de desenvolvimento sustentável. O terceiro aspecto apontado pelo autor está relacionado à formação técnico-profissional, articulada a um projeto de desenvolvimento sustentável, que não seja separada da dimensão ético-política e da educação básica. O aspecto de número quatro considera que a Educação Profissional não pode ser considerada como uma política focalizada na geração de emprego ou prevenção do desemprego, tão pouco, reduzir-se a uma estratégia de integração ao mundo globalizado. O quinto e último aspecto apresentado por Frigotto (2011) indica a demanda por um processo de articulação orgânica nas relações sociais de produção e políticas, culturais e educativas, pautada na luta para a construção de um Estado que governe com as organizações da sociedade e para a sociedade.

Diante das ideias expostas, percebe-se que mudar alguns paradigmas ainda é um desafio, uma ação essencial à transformação das instituições que querem oferecer uma educação de qualidade e um aprendizado significativo. Essa questão passa a ser um aspecto central no Projovem Urbano. No entanto, é preciso compreender que a engrenagem de uma organização educacional depende, contudo, de cooperação, motivações, conhecimentos e experiências diferentes de todos os envolvidos: alunos, professores, colaboradores internos e externos da unidade escolar. E da mesma forma, é imprescindível que sejam desenvolvidas políticas públicas, que fomentem e apoiem práticas inovadoras e capazes de gerar mudanças com vistas ao exercício da cidadania.

3.2 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CURRÍCULO INTEGRADO

A prática pedagógica pode ser compreendida como uma prática social de caráter histórico e cultural que ultrapassa a docência, pois se desenvolve por meio de atividades didáticas na sala de aula. Ela se faz presente nos diferentes aspectos do projeto pedagógico e estende-se nas relações e ações da escola com a comunidade e sociedade, espaços estes marcados pela permanente transformação. Frente a esse contexto, são impostos novos desafios ao professor da Educação Básica, “[...] para os quais deve encontrar respostas, e estas, repetitivas ou criativas, dependem de suas capacidades e habilidades de leitura da realidade e, também, do contexto, pois podem facilitar e/ou dificultar a sua prática.” (PIMENTA, 2005, p. 46).

A respeito dessas demandas, Zabala (1998) acentua que as melhorias do desempenho de um profissional ocorrem mediante ao conhecimento das variáveis que influenciam na sua prática e, também, da experiência adquirida, a partir do trabalho com outros profissionais. Dessa maneira, este aperfeiçoamento está alicerçado pela análise da prática e da comparação com outras práticas. Porém, como diversas outras atividades, a docência requer, também, a sustentação científica, ou seja, precisa de referenciais teóricos comprovados na prática, que sejam capazes de descrever, explicar e ampliar a compreensão docente sobre sua própria atuação.

Na compreensão de Veiga (2004), a educação escolar é intencional e necessita de um processo de sistematização que envolva realidades socioeducacionais concretas, exigindo a opção por um método de ensino que possibilite a mediação entre teoria e prática, pensamento e ação, sujeito e objeto. Sendo assim, Veiga (2004, p. 98) acrescenta que:

O método de ensino passa a ser, assim, um dos elementos possíveis para a estruturação dos caminhos a serem percorridos pela ação didática. Esses caminhos utilizarão, em suas trajetórias, diferentes procedimentos de ensino, objetivando motivar e orientar o educando para a assimilação crítica do saber proporcionado pelo processo de escolarização em suas relações com os meios natural, cultural e socioeconômico.

Nas palavras de Zabala (1998), a determinação das finalidades ou dos objetivos da educação é o ponto de partida de qualquer análise da prática, pois é

impossível avaliar o que acontece na sala de aula se existir o desconhecimento do que se faz. Assim, para entender a prática que acontece na sala de aula é essencial buscar respostas para as seguintes questões: O porquê ensinar? O que é ensinado? O que se deve aprender?

Nesta lógica, se um professor age no seu cotidiano sem compreender os motivos e o impacto de suas escolhas na atuação docente, e sem analisar os fatores que influenciam a sua prática pedagógica, torna-se um profissional alienado, simplesmente um executor de atividades previamente determinadas por indivíduos, que, em sua maioria, desconhecem a realidade educacional e não contribuem para a melhoria das condições de vida de uma população. Seguindo esse viés ideológico, Raggi (2008, p. 119) considera que:

Ao adotarmos práticas pedagógicas conteudistas e desvinculados do mundo real, que não se constroem nas relações socioculturais, dificilmente alcançaremos a formação do cidadão emancipado que a sociedade necessita para deixar de ser tão desigual. Se a escola não emancipa os sujeitos, mesmo escolarizados, mantém-nos num lugar comum, sem possibilidades de deslindrar e questionar a realidade, permanecendo, continuamente, à mercê dos interesses das classes dominantes.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), um processo educativo emancipatório permite ao jovem e ao adulto a compreensão a partir da leitura crítica das condições e das relações de produção de sua existência, ou seja, entender que os indivíduos criam e recriam a sua própria existência pela prática consciente do trabalho, cultura e pela linguagem. Já que, o trabalho se concretiza como atividade que responde à produção dos elementos necessários à vida biológica, todavia, atende, também, às necessidades culturais, sociais, estéticas, simbólicas, lúdicas e afetivas.

Diante dessa discussão, Alves e Garcia (2008) complementam que a formação do indivíduo acontece mediante um processo microssocial. De modo que, uma aula de qualquer componente curricular, constitui-se não pelo discurso, mas através do seu posicionamento do professor frente aos alunos, pela provocação à participação e, por meio das novas atitudes que o docente e os discentes são chamados a assumir. Por isso, na formação integral do aluno não é possível excluir a sua instrumentalização por meio da transmissão de conteúdos, nem tão pouco, a sua formação social, que ocorre pelo exercício de posturas e relacionamentos pautados na liberdade, autenticidade e responsabilidade.

É pertinente destacar que o Projovem Urbano está embasado nesses princípios, ao passo que procura aliar teoria e prática, formação e ação, explorando a perspectiva educativa do trabalho e da participação cidadã. Em vista disso,

[...] seu currículo pretende ultrapassar o campo das intenções para promover situações pedagógicas que efetivamente favoreçam a construção do protagonismo juvenil. Isso implica criar estruturas, tempos e espaços de aprendizagem vinculados aos objetivos do programa e planejar ações nas quais se concretizem as experiências julgadas fundamentais para o processo de inclusão pretendido (SALGADO, 2008, p. 62)

Enquanto que, o currículo formal caracteriza-se pela seleção e organização dos conhecimentos, a partir de componentes curriculares, apresentando configurações como disciplinas, módulos e projetos, diferentemente, a proposta do Currículo Integrado tem como alicerce a integração entre os conhecimentos gerais e específicos de uma profissão. Para isso, os conhecimentos são organizados e o processo de ensino-aprendizagem é desenvolvido de maneira que os conceitos sejam aprendidos como um sistema de relações de uma totalidade que se pretende explicar e compreender numa determinada realidade (PEREIRA; LIMA, 2008).

Por sua vez, Vasconcellos, (2004) argumenta que esta prática pedagógica numa perspectiva interdisciplinar procura superar a fragmentação do conhecimento, em que, a totalidade deve ser considerada nas várias dimensões da produção do saber, isto é, em relação ao sujeito, ao objeto e ao contexto. Por conseguinte, o conhecimento para conduzir à ação precisa ser carregado de significado e emoção, e, principalmente, estar articulado com a realidade no propósito de sua transformação.

Com base nessas concepções, percebe-se que a atividade interdisciplinar, a partir do Currículo Integrado oportuniza a relação entre os diversos campos da ciência, os quais são representados pelos componentes curriculares. Assim, contribui para a compreensão mais ampla do significado dos conceitos, razões e métodos utilizados pela humanidade para desvendar a realidade e tornar o conhecimento parte da formação integral do aluno no meio social.

Vale dizer que esse processo de construção interdisciplinar é interdimensional, e envolvido com a integração curricular assume grande relevância no Projovem Urbano, porém não garante a inclusão social dos estudantes, logo que, é essencial que as práticas pedagógicas propiciem o respeito e valorização das

culturas dos jovens, a criação de situações de participação social ativa, e a apropriação crítica dos conhecimentos e linguagens e do mundo do trabalho. (SALGADO, 2008). Diante disso,

[...] trabalha-se com o princípio de que o sujeito aprende realmente quando organiza os conhecimentos de forma própria, relacionando as novidades com aquilo que já sabia. Em outras palavras, é preciso que a educação seja contextualizada e considere o aluno como sujeito, protagonista de sua formação como ser humano e cidadão (SALGADO, 2008, p. 63)

Para Pereira e Lima (2008), a proposta do currículo integrado na perspectiva da formação politécnica e omnilateral, visa à superação da compartimentação dos saberes, a integração entre os saberes escolares e cotidianos, a iniciativa no espaço escolar e a construção de uma educação mais igualitária. Para isso, em sua prática, integra a formação geral, técnica e política, tendo o trabalho como princípio educativo. “Desse princípio, que se torna eixo epistemológico e ético-político de organização curricular, decorrem os outros dois eixos do ‘currículo integrado’, a saber: a ciência e a cultura.” (PEREIRA; LIMA, 2008, p. 115).

Como resultado dessa lógica do currículo integrado, o processo de ensino aprendizagem, na sua formação geral, fundamenta e justifica a formação específica para o exercício de profissões. Na dimensão técnica, também reconhecida como profissional, os saberes são traduzidos em técnicas e procedimentos, embasados em conceitos científicos e tecnológicos. Na formação política, por outro lado, o trabalho é compreendido como a forma que o ser humano produz sua própria existência na relação com a natureza e com outros indivíduos (PEREIRA; LIMA, 2008).

No que diz respeito à ciência, Pereira e Lima (2008) explicam que os conhecimentos historicamente produzidos e legitimados são reconhecidos como resultados do processo empreendido pela humanidade para compreender e transformar seu meio. Por fim, e não menos importante, a dimensão cultura visa à compreensão sobre as diferentes formas de criação da sociedade e procura analisar as razões de problemas e de dúvidas que motivaram o avanço do conhecimento, superando, assim, o senso comum.

Diante de tais concepções, são oportunas as contribuições de Raggi (2008, p. 120-121) ao enfatizar que “[...] um projeto educacional que tem como proposta servir

a sociedade para romper com a desigualdade, deve assumir uma postura filosófica emancipatória e questionar se o saber por si próprio é instrumento de igualdade [...]”. A autora destaca que, para emancipar alguém, o professor precisa ser emancipado. Caso contrário, será sempre um mero explicador, que não considera que tanto ele quanto seus alunos são dotados de conhecimentos culturalmente constituídos na sociedade.

Por sua vez, Freire (1996), salienta que a educação pode se estender à produção de condições de aprendizagem crítica, criativa, investigativa, com o intuito de tornar o aprendizado um resultado da interação entre o educando, o educador e a realidade. Mas, é preciso discutir as novas teorias que constantemente são construídas, de forma a preservar os conhecimentos obtidos com teorias anteriores e pensar maneiras de utilizar os novos conhecimentos no cotidiano.

Ao analisar a proposta curricular do Projovem Urbano frente às ideias de Ramos (2002), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Veiga (2004), Raggi (2008) e Pereira e Lima (2008), percebe-se que o Programa está embasado em tais fundamentos, dado que, ao integrar a formação geral, técnica e política por meio das dimensões de Formação Básica, Profissional e Cidadã, estimula práticas contextualizadas com os saberes escolares e cotidianos do aluno numa perspectiva emancipadora e interdisciplinar.

Em face disso, cada disciplina apresenta uma forma específica de ver a realidade, de modo que este olhar diferenciado assume um papel importante na formação integral do aluno. Pois, “[...] os jovens têm aulas de diferentes conteúdos disciplinares, mas trabalha sobre eles para conectá-los entre si e com sua própria vida (SALGADO, 2008, p. 64). A mesma autora ressalta que, a construção do currículo do Projovem Urbano é resultado do trabalho coletivo de educadores de diferentes áreas do conhecimento, com o intuito de apresentar propostas sobre as reais necessidades de ensino e aprendizagem, tendo como alicerce critérios e princípios que orientam a elaboração do currículo, como a própria Lei das Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Portanto,

[...] esta orientação para a seleção dos conteúdos das disciplinas vem da identificação de aspectos importantes para os jovens que vivem nas áreas urbanas e que em algum momento de suas vidas, foram excluídos socialmente - da escola, do mundo do trabalho, do exercício da cidadania (SALGADO, 2008, p. 66).

É nesse sentido que Vasconcellos (2004) afirmam que o conhecimento significativo não é necessariamente aquele que é útil, no sentido pragmatista, mas que contribua para o exercício da cidadania, para a continuidade dos estudos e também, para preparação para atuar no trabalho. Logo, o conhecimento escolar deverá ser significativo, de modo a corresponder às reais necessidades dos educandos. Precisa, também, ser crítico, para ajudar a explicar o que se vive, criativo, a fim de que, possa ser aplicado e transferido para outras situações no cotidiano e seja ferramenta de transformação e, por fim, duradouro, incorporando-se ao indivíduo como visão de mundo.

Nesta lógica, Vasconcelos et al. (2012) argumenta que educação empreendedora no espaço escolar compõe os alicerces de uma base que tem como objetivo não só a formação para o trabalho, mas a formação para o exercício crítico da cidadania, para a emancipação e para a prática política. Pois, também se coloca como alternativa às propostas tradicionais, que separam as disciplinas de forma cartesiana, trabalhando isoladamente, conteúdos repetidos, muitas vezes desconectados entre si e da realidade, dificultando o alcance, por parte dos educandos, de uma visão integrada dos conhecimentos.

Portanto, considerando tais ideias, percebe-se que a proposta de uma educação empreendedora no Brasil, não deve ter como foco principal, a formação de indivíduos para criar e gerenciar empresas, mas estimulá-los a ampliar sua visão, passando a perceber as oportunidades de intervenção como uma possibilidade de mudança social e exercício da cidadania de forma mais consciente. Pois, um cidadão que possui as competências para analisar sua realidade, pensar em múltiplas possibilidades, agregar outros indivíduos com vistas a um objetivo, administrar recursos de forma sustentável e ética, satisfazendo necessidades sociais, contribui de forma relevante para a construção de uma sociedade melhor, mais justa e quem sabe no futuro, mais igualitária.

CAPÍTULO 4

O MÉTODO



4 O MÉTODO

Lakatos e Marconi (2007, p. 157) compreendem a pesquisa como “[...] um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Frente a essa afirmação das autoras, nota-se que o objetivo mais comum na prática de pesquisa refere-se a procurar respostas para indagações propostas, a partir da verificação de conceitos e aplicabilidade de teorias existentes, devendo seus resultados acrescentarem algo de novo ao que existe e possibilitar transformações sociais.

Posto isto, pode-se afirmar que a escolha por determinado método e técnicas para esta pesquisa, possibilitou a coleta de informações relevantes sobre a contribuição das práticas pedagógicas desenvolvidas no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem para a educação empreendedora dos educandos frente às novas exigências sociais no município de Teixeira de Freitas-BA.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Diante das concepções apresentadas, salienta-se que os objetivos propostos nessa investigação foram alcançados através da pesquisa exploratória, dado que, “[...] tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p.43).

O método utilizado foi o estudo de caso, pois esta opção viabilizou um estudo aprofundado sobre as contribuições das práticas pedagógicas desenvolvidas no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, no estímulo ao desenvolvimento do perfil empreendedor dos educandos no município de Teixeira de Freitas-BA. Na percepção de Gil (2008), a escolha por este tipo de investigação tem sido comum nas pesquisas sociais, pois possibilita a exploração e descrição de situações reais, cujos limites não estão claramente definidos. Facilitando, assim, a

explicação das causas de determinados fenômenos que não possibilitam a aplicação de levantamentos e experimentos devido às situações complexas.

Assim, a investigação foi conduzida por meio da análise dos dados de forma qualitativa, com o intuito de obter a melhor qualidade de informações, proporcionando uma visão ampla sobre os fatos, e a aquisição do conhecimento abrangente sobre as contribuições das práticas pedagógicas na educação empreendedora dos educandos do Projovem Urbano.

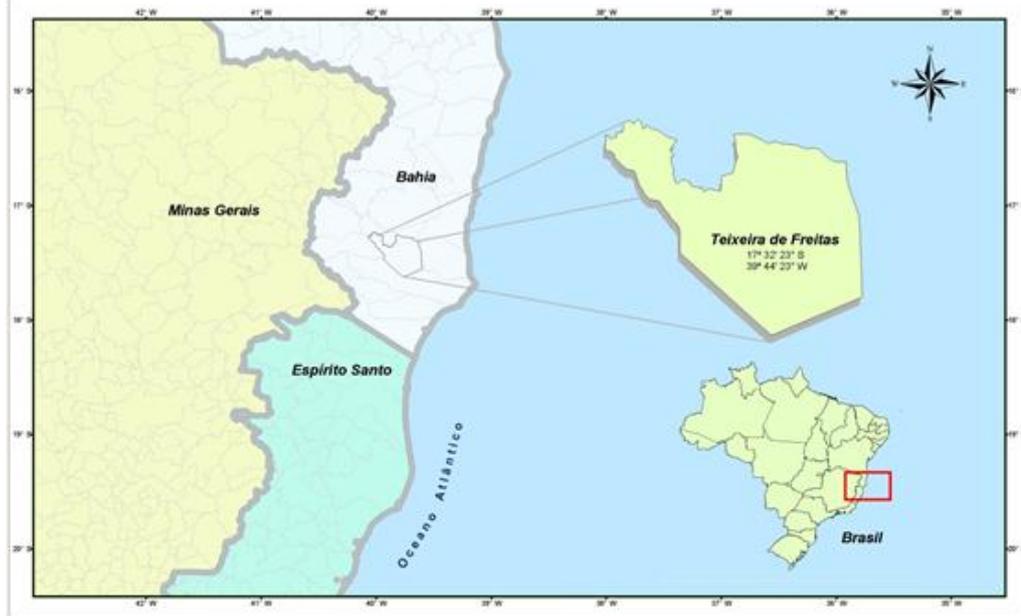
4.2 O CAMPO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

A investigação tomou como sujeitos os docentes e discentes do Programa de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, implantado em 2015, na Escola Municipal Antônio Chicon Sobrinho, no município de Teixeira de Freitas-BA. A amostragem foi definida, a partir da necessidade de coletar dados relevantes sobre a percepção e os conhecimentos dos professores e coordenadores do curso sobre a educação empreendedora. Desse modo, participaram da pesquisa todos os professores dos componentes curriculares do curso (oito docentes), dez alunos do curso, o Coordenador da EJA e a Coordenadora local do Projovem.

Teixeira de Freitas é um município do estado da Bahia, que surgiu em meio às várias transformações nos cenários econômicos e político do Brasil, na década de 1940, e emancipação do município tem como marco o ano de 1985. O surgimento do povoado ocorreu devido à exploração de madeira da Mata Atlântica (CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS, 2015).

O município recebeu como primeiro nome, Arrepiado e, depois, São José de Itanhém, por estar às margens do rio Itanhém. Mas, somente, no ano de 1957, passou a ser chamado de Teixeira de Freitas, em homenagem ao Mário Augusto Teixeira de Freitas, baiano, licenciado em Direito, professor de Estatística, idealizador e fundador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (JORNAL ALERTA, 2009). Atualmente, segundo o IBGE (2015), a população é estimada em 155.659 habitantes, numa área territorial de 1.163 km². A sua localização está, aproximadamente, a 811 km de Salvador.

Mapa 1 - Área demográfica da cidade de Teixeira de Freitas



Em relação à Educação Básica, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teixeira de Freitas (2015) aponta que o município atende aos níveis de ensino: Educação infantil, Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Ensino Médio através do sistema estadual de educação. No tocante à Educação Superior, esta é ofertada por meio de instituições públicas (federal e estadual) e privadas. O Quadro 5, a seguir, apresenta o número de instituições de ensino, de maneira mais detalhada.

Quadro 10 - Estabelecimentos de Educação em Teixeira de Freitas

Níveis de Ensino	Dependência Administrativa			
	Municipal	Estadual	Particular	Federal
Educação Infantil - Creche	7	-	-	-
Educação Infantil – Pré-escola	11	-	23	-
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	47	-	-	-
Ensino Fundamental – Anos Finais	24	7	24	-
Ensino Médio	-	6	5	1
Ensino Superior	-	1	5	1

Fonte: Adaptado de Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teixeira de Freitas (2015)

O município tem evoluído no acesso à educação. Porém, precisa avançar em políticas públicas voltadas para a qualidade da educação básica. Assim, um dos maiores desafios enfrentados, atualmente, são os problemas de infraestrutura escolar, organização curricular e formação profissional. Dentre as estratégias desenvolvidas para lidar com tais dilemas, destacam-se os convênios realizados com o Governo Federal, como: a construção de creches através do Programa ProInfância; as aulas de reforço de Matemática e Língua Portuguesa do Programa Mais Educação; os programas de formação de professores e gestores – PARFOR e Escola de Gestores (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE TEIXEIRA DE FREITAS, 2015). Além desses, merece um destaque especial na EJA o Projovem Urbano, visto que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

4.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

A primeira etapa da pesquisa caracterizou-se pela análise documental, com a utilização do “Manual do Educador – orientações gerais”, com vistas a descrever o desenho histórico-social do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, no Brasil e no município de Teixeira de Freitas-BA.

A segunda etapa contemplou a realização de entrevistas estruturadas (ver Apêndice A) para sondar o conhecimento dos docentes do Curso em relação ao empreendedorismo e à educação empreendedora. Conforme o ponto de vista de Lakatos e Marconi (2007), a escolha por esta técnica proporciona vantagens como mais uniformidade na avaliação, menos riscos de distorção, obtenção de respostas mais rápidas e precisas, além da aquisição de um maior número de dados.

A etapa de número três, desta investigação, teve como foco a observação das práticas pedagógicas desenvolvidas nos Componentes Curriculares da Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho, na sala de aula do Projovem Urbano. Vale frisar que, de acordo com a programação do curso, esta Unidade Formativa foi desenvolvida no período de 1 de setembro a 18 de dezembro de 2015, totalizando uma carga horária de duzentas e quarenta horas.

A escolha pela técnica de observação sistemática sustentou-se por possibilitar a aquisição de dados, a partir da situação real, com o intuito de verificar

se as propostas do Programa realmente estão consolidadas na prática pedagógica. Por isso, foram avaliados, durante três aulas de cada componente curricular, os seguintes itens: a) as metodologias de ensino utilizadas pelo docente para desenvolver os temas apontados no guia, b) o desempenho dos discentes frente às atividades proposta e c) os recursos utilizados.

A quarta etapa ocorreu por meio da técnica de grupo focal (ver Apêndice D), a qual, na ótica de Gatti (2012), possibilita a compreensão de práticas, ações e reações às situações cotidianas, tornando-se um importante método para o conhecimento das representações, valores, percepções e simbologias relacionadas a uma determinada questão por indivíduos com traços em comum. Logo, mais do que auxiliar com diferentes perspectivas de um mesmo objeto, oportuniza a compreensão de ideias compartilhadas e das influências presentes numa determinada situação social. Para tanto, participaram dez alunos escolhidos aleatoriamente pelo pesquisador, sendo dois representantes de cada turma.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE E DISCUSSÕES



5 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Neste capítulo analisam-se os dados coletados nesta pesquisa, que exigiram uma visão ampla sobre as vozes, observações, práticas de ensino e percepções dos sujeitos participantes, com o intuito de transformá-los em informações relevantes sobre o objetivo da pesquisa. Para tanto, estas análises estão estruturadas em quatro partes. A primeira aborda as percepções dos docentes sobre a educação empreendedora no Projovem Urbano. A segunda se caracteriza pela análise dos capítulos de Ciências Humanas, Matemática, Participação Cidadã e Qualificação Profissional, do Guia de Estudo Integrado, na Unidade Formativa III. A terceira discute sobre a observação das aulas do programa e a última, enfim, remete às percepções dos alunos sobre a educação empreendedora no Programa.

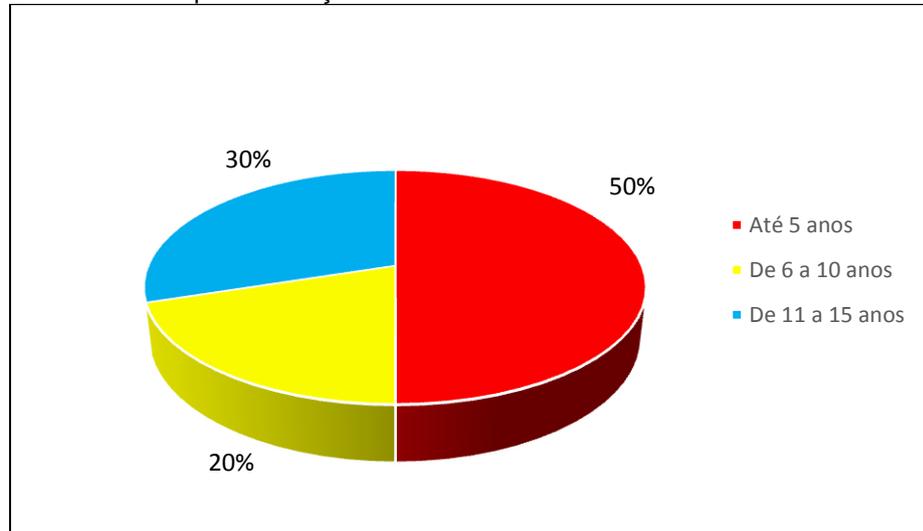
5.1 ABORDAGENS DOS DOCENTES SOBRE A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

As informações obtidas contribuíram de forma expressiva para as investigações sobre os conhecimentos e experiência dos educadores, em relação à educação empreendedora. Esse recorte do processo metodológico possibilitou o levantamento de informações sobre a formação empreendedora do professor(a); instigou a reflexão dos docentes sobre a importância da mesma na educação brasileira e, em especial na Educação de Jovens e Adultos (EJA); indagou a respeito das contribuições da Educação Empreendedora (EE) na EJA e também viabilizou a coleta de informações sobre as práticas pedagógicas direcionadas à EE.

Entrevistaram-se oito professores do curso, o Coordenador da EJA e a Coordenadora do Projovem Local. Verificou-se que a maioria está na faixa etária dos 21 a 40 anos. Destes, sete atuam há menos de 10 anos na educação e os demais desempenham a função docente de 11 a 15 anos (ver gráfico 1). Logo, entende-se que estes educadores estão num processo de desenvolvimento profissional inicial, no qual, eles se deparam com muitas experiências ainda desconhecidas, que exigem dos mesmos, a capacidade de troca de experiências,

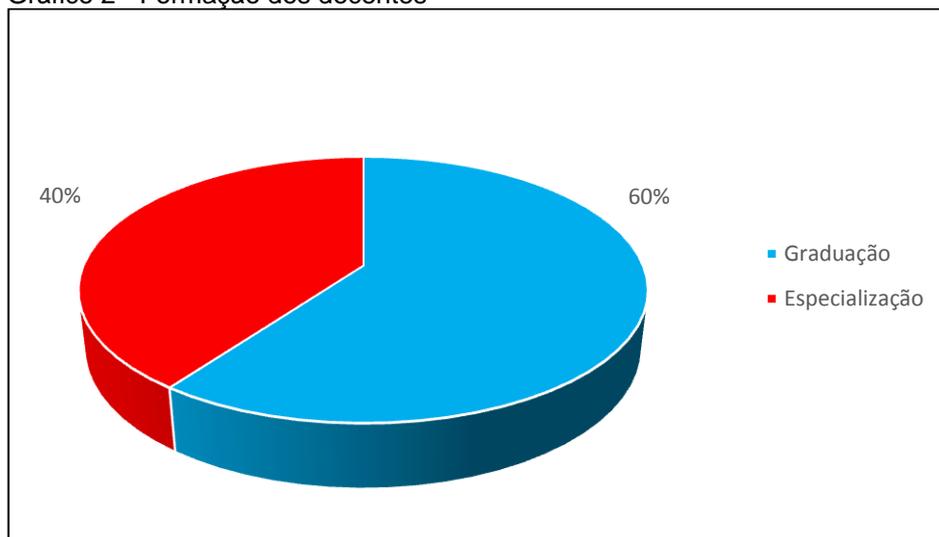
fundamentação teórica para dar sustentação às suas práticas e, principalmente, motivação para dedicar-se à docência.

Gráfico 1 - Tempo de atuação na docência



Conforme demonstrado no gráfico 2, constatou-se que os 10 professores são graduados nas áreas do respectivo curricular que leciona, inclusive, quatro desses profissionais, já possuem Especialização *lato sensu*. Os demais ressaltaram o interesse em especializarem-se e reconhecem a importância desta formação na sua atuação docente.

Gráfico 2 - Formação dos docentes

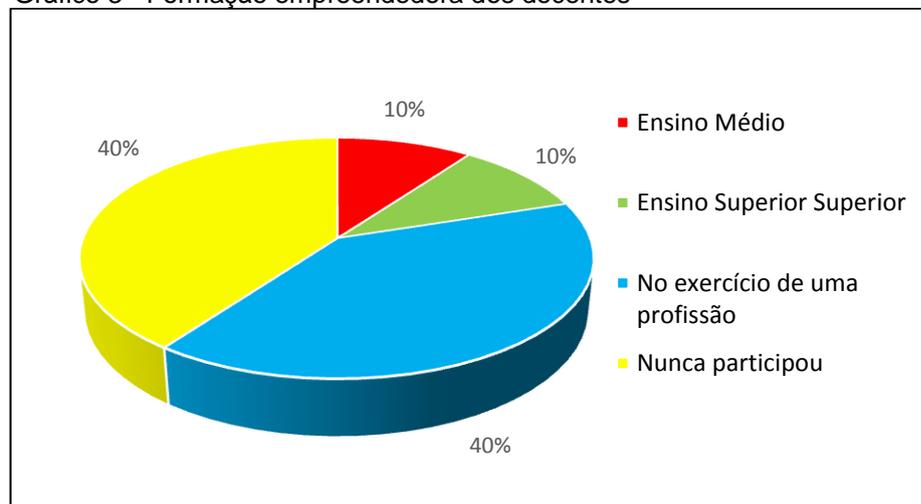


Em relação à participação dos entrevistados em alguma formação de caráter empreendedor, identificou-se que seis professores tiveram algum tipo de formação

voltada para esta temática, nas suas experiências profissionais e escolares. Entretanto, apenas um deles, o professor do componente Qualificação Profissional, possui formações, em nível de graduação e pós-graduação *lato sensu*, na área de Administração.

De acordo com o gráfico 3, quatro docentes nunca participaram de algum curso voltado para empreendedorismo, mas, mesmo assim, precisam estimular atitudes empreendedoras dos discentes frente às propostas do Projovem Urbano, visto que, muitas práticas do seu currículo estimulam comportamentos empreendedores dos jovens diante às situações de ensino e aprendizagem.

Gráfico 3 - Formação empreendedora dos docentes



Sobre a relevância de ensinar empreendedorismo na escola pública, o grupo admitiu ser de grande importância por possibilitar a aprendizagem de conteúdos diferenciados das propostas tradicionais presentes nas escolas, as quais muitas vezes não atendem às reais necessidades dos discentes, como explica um dos professores:

É de suma importância, pois preparamos o aluno no português, matemática, ciências, e quando vão para o mercado de trabalho não sabem nem lidar com o dinheiro, nem como se comportar numa entrevista de emprego, criar relacionamentos, fazer o marketing pessoal. Saber ser empreendedor é também mostrar para que possa ter a visão do que é ser empreendedor (Professor R).

Os depoimentos dos docentes permitem inferir que existe o reconhecimento de que o estímulo ao comportamento empreendedor é uma forma de ensinar a buscar, dar mecanismo para que a pessoa possa desenvolver estratégias para realizar-se, seja na economia formal ou informal, visto que, é preciso encontrar soluções e saber lidar com as contingências. Inclusive um dos professores afirma que esta proposta de ensino “[...] é tão relevante que no Projovem tem as disciplinas de Participação Cidadã e Qualificação Profissional que trabalham esta vertente” (Professor G).

Um dos professores reforçou esse ponto de vista ao defender que, “[...] estimular o empreendedorismo é muito importante porque boa parte dos nossos alunos atuam no mercado informal e eu acho que ser empreendedor no mercado informal é um diferencial” (Professor H). No ponto de vista de outro membro do corpo docente, “[...] os educandos do Programa são muitos criativos e dedicados, faltando-lhes oportunidade para desenvolver este lado empreendedor, não só na parte de empresa, mas na parte dele ser empreendedor na vida social” (Professor R).

Nesse sentido, Alves e Garcia (2004, p. 45) reforçam que enxergá-los dessa forma, significa “[...] a possibilidade de dar visibilidade a esse expressivo grupo que tem direito à educação e contribuir para a busca de resposta a uma realidade cada vez mais aguda e representativa de problemas que habitam o sistema brasileiro”. Diante desse ponto de vista, percebe-se que o depoimento, a seguir, ratifica a necessidade de uma educação diferenciada a partir do Projovem Urbano, posto que:

Muitos alunos não tiveram oportunidades, outros tiveram e não souberam aproveitar, é um grupo que não tinha muitas perspectivas. Então, no momento que eles se identificarem a partir de uma visão empreendedora, e perceberem que o doce que fazem, o pano que eles bordam é uma oportunidade, isso pode fazer com que a vida deles mudem. Trará a motivação, fará a diferença. (Professora D).

Uma prática curricular consistente desenvolve-se, a partir dos saberes dos sujeitos praticantes do currículo, pois não se trata de um produto padronizado, mas de um processo de ressignificação de experiências a partir de redes de poderes, saberes e afazeres dos participantes (OLIVEIRA; PAIVA, 2004). Nesse contexto, a

atividade principal do Professor não é fazer os alunos debruçar-se sobre os livros didáticos, mas, dedicar-se à compreensão da realidade, tentando entendê-la (VASCONCELLOS, 2004). Por isso, são adequadas as colocações de um dos entrevistados ao enfatizar que:

Para estes alunos, toda experiência que eles tem é de grande importância na EJA, porém estes não percebem que tem tanta bagagem e capacidade. O papel do professor é fazer eles perceberem isso. O professor tem que partir disso, pois não adianta descarregar conteúdos na sala, é fundamental que o docente tenha a sabedoria de aproveitar e pegar primeiro o que ele sabe e depois dialogar o que a gente sabe e construir o conhecimento (Professora S).

Nessa perspectiva, para os participantes, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das modalidades mais favoráveis para ensinar empreendedorismo. De forma que quando aplicado ao Projovem Urbano, dinamiza o ensino, renova as práticas e desenvolve potencialidades, à medida que os alunos enxergam as oportunidades e tentam executá-las durante o curso.

Na visão de um dos docentes, a EJA tem que ser diferenciada, mas “[...] é necessário manter o currículo básico, com as disciplinas de língua portuguesa, matemática, história, inglês e outras, estas são essenciais. Porém, é preciso também algo que possa mexer concretamente na realidade destes alunos” (Professor G). Oliveira e Paiva (2004), explicam que muitos problemas enfrentados nas escolas originam-se da organização curricular, que distancia a pessoa que vive e aprende no mundo da que deve aprender os conteúdos na escola. Considerando a necessidade de contextualizar o ensino, a aproximação entre a vida real e o conteúdo escolar, a professora (J) defende que:

O público da Educação de Jovens e Adultos já vem de um histórico de abandono dos estudos, muitos pelos motivos do trabalho outros família. Então ao chegar à escola e perceber que tudo aquilo que ele está aprendendo poderá ser aplicado na sua vida, isso se torna além de importante, acredito que seja um chamativo na EJA. (Professora J).

Das opiniões emitidas, foi possível constatar que apesar dos docentes procurarem renovar suas práticas com o objetivo de ofertar um ensino que atenda

melhor às necessidades dos alunos do Projovem Urbano, existem algumas dificuldades que precisam ser superadas. Dentre estas, ocupa lugar central a falta de formação específica para atuar na EJA integrada à formação profissional, as resistências de muitos educadores em mudar suas concepções e práticas, a falta de conhecimentos prévios de alguns alunos e a dificuldade da educação escolar pública acompanhar as mudanças sociais e inovar nas suas propostas e recursos.

No ponto de vista de Acúrcio (2005), a escola precisa rever seus objetivos e reorganizar-se, a partir de uma proposta de educação que possibilite condições para o desenvolvimento das competências, que contribuam para a inovação e gere no educando, a autonomia de pensamento, sentimento, valoração, iniciativa e ação para empreender a própria vida, de maneira consciente, efetiva e criativa na sociedade. Mas, para que isso ocorra, é essencial que os projetos pedagógicos das escolas contemplem na formação continuada dos educadores.

Para os profissionais participantes, as práticas do Projovem Urbano têm contribuído para a Educação Empreendedora dos seus alunos, ao passo que suas propostas concretizadas, a partir de textos, atividades, projetos, subsidiadas com a relação construídas entre os professores e os alunos, no processo de ensino e aprendizagem, provocam situações de ensino e aprendizagem que oportunizam experiências diversificadas, como:

- Motivação para a continuação dos estudos;
- Valorização das experiências de vida nas aulas;
- Estímulo à autoafirmação dos discentes no cotidiano;
- Estímulo às atitudes empreendedoras;
- Fomento às práticas de planejamento coletivo;
- Visão sobre as oportunidades na sociedade;
- Oportuniza recuperar o tempo perdido nos estudos;
- Possibilita uma formação básica e profissional;
- Trabalha a formação do cidadão;
- Promove maior conhecimento e relacionamento com a comunidade.

Assim, a equipe entrevistada compreende que a educação empreendedora vai além de preparar o aluno para criar ou montar uma empresa, mais que isso, é

preciso estimular o indivíduo a lançar um novo olhar para as oportunidades no cotidiano, seja em relação ao meio ambiente, ao trabalho, às relações interpessoais, à construção da sua autonomia, para que, assim, possa atuar enquanto um sujeito que cria, age e promove mudanças na própria vida e no ambiente em que está inserido. De maneira interessante, uma das professoras, mesmo demonstrando insegurança sobre a educação empreendedora, destaca sua concepção sobre a importância do aluno reconhecer que poderá criar possibilidades e promover mudanças no seu meio:

Não tenho certeza se realmente estou contribuindo para uma educação empreendedora, mas entendo que temos que entender que as coisas mudam, não são permanentes, são resultado de algo. O que discutimos muito com os alunos é que as coisas se transformam. Nascemos em determinadas condições, mas há possibilidade de transformações por criarmos novas condições (Professora S).

Os sujeitos entrevistados apontaram as seguintes práticas pedagógicas que tem proporcionado aos discentes a educação empreendedora: a) atividades de pesquisa, b) a elaboração de plano de negócios, c) apresentações de projetos realizados para a comunidade, d) elaboração de cartões de visita, e) criação de produtos e serviços a partir das oportunidades na comunidade, f) atividade de análise ambiental, g) feira do empreendedor na escola e h) gincana com foco na coleta de brinquedos para a sala de acolhimento.

Por tudo que foi exposto, compreende-se que as informações sobre a percepção dos professores é essencial para constatar as contribuições das práticas do Projovem Urbano para a educação empreendedora dos discentes. Embora estes profissionais tenham experiência na docência, possuem uma visão crítica da Educação de Jovens e Adultos coerente com as ideias dos estudiosos que fundamentam esta pesquisa, principalmente por reconhecerem a relevância da integração entre saberes escolares (científicos) e cotidianos (construídos ao longo da vida) do curso.

É preciso destacar que a aplicação deste instrumento de pesquisa oportunizou a equipe docente do Programa a reflexão sobre suas práticas numa perspectiva crítica e empreendedora. Fato que se apresenta como uma clara demonstração do movimento impulsionado pelo ato de pesquisar, ao provocar reflexões e possíveis mudanças na *práxis* (reflexão/ação) dos sujeitos envolvidos.

Dito de outra forma, ao serem entrevistados, os professores são provocados a refletir sobre suas ações. Tal reflexão pode instigar neles a inquietação, proporcionando a busca por novos modos de ensinar.

5.2 O GUIA DE ESTUDO: A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA É POSSÍVEL?

Com o propósito de identificar as práticas pedagógicas prescritas no guia de estudo que contribuem para a formação empreendedora, utilizaram-se como dados desta análise, o conteúdo de cada texto e as atividades presentes nos capítulos dos componentes curriculares que constituem o Projovem Urbano - Ciências Humanas, Matemática, Participação Cidadã e Qualificação Profissional. É importante esclarecer que os componentes de Inglês, Língua Portuguesa, Ciências da Natureza e Informática são de grande relevância na formação dos alunos, entretanto, optou-se por não utilizá-los nessa análise, pelo fato dessas áreas do conhecimento, no guia, não estimularem com tanta ênfase as práticas pedagógicas que colaboram para educação empreendedora dos estudantes.

5.2.1 Ciências Humanas

O componente curricular Ciências Humanas, na Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho, possibilita reflexões sobre as experiências de vida e os conhecimentos já adquiridos pelos educandos. Dialogando com os grandes problemas proporcionados pelo crescimento populacional e pela demanda por trabalho. Além disso, buscou discutir as relações entre trabalho e lazer na perspectiva de satisfação de necessidades e de realização pessoal e profissional (SALGADO, 2012).

Após uma análise minuciosa do conteúdo e das práticas sugeridas nesse componente curricular, foi possível identificar que temas dois e nove (Anexo III) propõem reflexões mais direcionadas à educação empreendedora, pois, no texto observa-se discussões interessantes em relação ao trabalho e à sociedade,

evidenciando as desigualdades como resultado das relações sociais e de produção, como o exemplo apresentado na figura 3. Além, disso, as atividades propostas levantam questionamentos relevantes sobre as necessidades da comunidade local, e requerem a análise crítica das transformações promovidas pelo ser humano.

Neste aspecto o guia aponta na direção de uma formação para emancipação, concordando com os preceitos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) quando acentuam que uma educação emancipatória permite ao aluno compreender, a partir da leitura crítica das condições e relações de produção de sua existência, ou seja, entender que os seres humanos criam e recriam sua própria existência através da ação consciente do trabalho, pela cultura e linguagem. O fragmento do texto abaixo remete à questão das desigualdades sociais, demonstrando a linha ideológica e filosófica que sustenta a construção desse Guia.

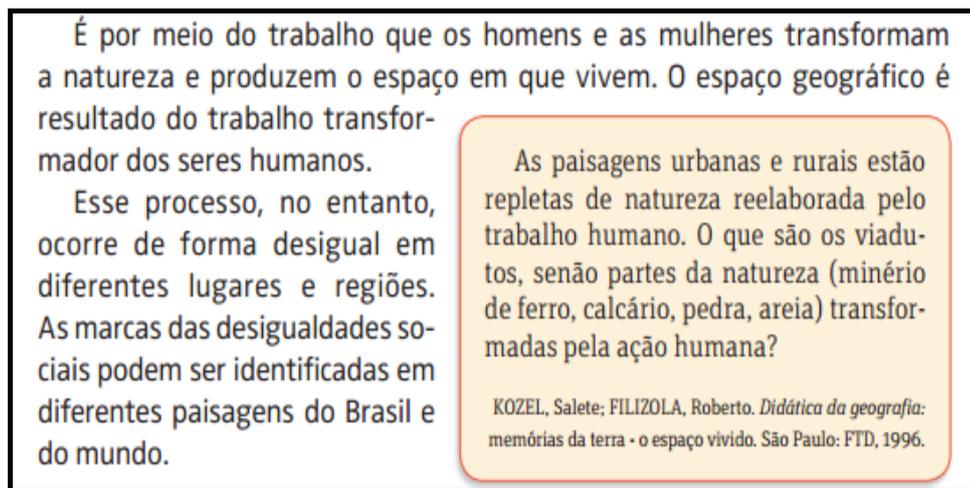


Figura 3 - Fragmento do Guia de Estudos Integrado: ciências humanas

É importante frisar que para trabalhar esse conteúdo é de fundamental relevância que o professor tenha uma visão crítica e suficiente acúmulo teórico de forma a ampliar a visão dos discentes sobre os diferentes aspectos da vida social e suas repercussões na contemporaneidade. Da mesma forma, é essencial que o docente tenha a capacidade de identificar as práticas pedagógicas mais adequadas aos conteúdos, caso contrário, o discurso ideológico presente no texto, pode cair no vazio, correndo o risco de não se concretizar o currículo prescrito⁵, ou seja, de não se efetivar na prática o que está indicado no Guia, rompendo assim com a dialógica

⁵ Currículo Prescrito se constitui pelas orientações descritas em um Plano, ou Guia, ou Manual a ser seguido pelos docentes e equipe gestora de uma instituição de ensino.

teoria/prática. No caso da atividade proposta na figura 4, fica visível a necessidade de o docente saber promover atividades em grupo, valorizar as experiências de vida dos alunos, estimular o debate e a participação no processo de ensino e aprendizagem.

Atividade 29

Vamos fazer um debate?

A. Sente-se em círculo, com seus colegas. Cada um da turma deve expor para o grupo as suas próprias experiências em relação ao trabalho e à educação. Fale sobre você e tente expor para os colegas as suas experiências e pontos de vista sobre as seguintes questões:

- a) Quais são as suas experiências educacionais dentro e fora da escola?
- b) Que tipo de estudo e de qualificação profissional pode ajudá-lo a crescer no mundo do trabalho? Por quê?

B. Depois da realização do debate, escreva uma frase que expresse o que você está sentindo e pensando após ter ouvido os colegas e falado sobre as suas próprias experiências em relação ao trabalho e à educação.

Figura 4 - Atividade do Guia de Estudo Integrado: ciências humanas

De modo geral, o material didático proposto para Ciências Humanas pode tornar-se um excelente recurso no processo de ensino e aprendizagem, à medida que o mesmo estabeleça relações entre o passado e o presente, numa perspectiva emancipatória, com, por exemplo, fazendo o uso de textos e de atividades interessantes e questionadoras sobre a realidade e as possibilidades de transformação social.

De modo geral, o material didático proposto para Ciências Humanas pode tornar-se um excelente recurso no processo de ensino e aprendizagem, à medida que o mesmo estabeleça relações entre o passado e o presente, numa perspectiva emancipatória. Os debates, a leitura de textos são atividades interessantes que favorecem o questionamento sobre a realidade e ampliam as possibilidades de transformação pessoal e social. Desse modo, práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo, no debate e na construção do conhecimento como saber emancipador, se opõem ao reducionismo da transmissão de conhecimentos próprios da educação bancária [...] que anula o poder criador dos educandos, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade [...] (FREIRE, 1975, p. 34). Sendo assim, quando o aluno é estimulado a falar, suas ideias tornam-se mais claras e desenvolvem habilidades empreendedoras, tais como a capacidade de defender suas ideias e opiniões. Para Freire (1993, p. 96-97), o diálogo ocorre “[...] no encontro entre

interlocutores que buscam a significação dos significados [...]”, então o professor, sendo mediador no processo de cognição do aluno, interage na busca dessa relação dialógica que propicia que os indivíduos se tornem sujeitos da própria cognição, críticos e atentos na apropriação da realidade.

5.2.2 Matemática

Conforme Salgado (2012), este componente curricular prioriza a utilização de situações-problema envolvendo os conteúdos da unidade. Para isso, procura estabelecer relações entre os conteúdos, sua aplicação no trabalho e no meio social.

A presente análise permitiu perceber que os conteúdos propostos, no item 1 e 4 (Anexo III), oportunizaram um aprendizado que colaborou para o despertar de alguns comportamentos empreendedores como: a capacidade de analisar dados e transformá-los em informações a partir de gráficos, o desenvolvimento das habilidades de lidar com os números e suas operações e, principalmente, o raciocínio lógico e probabilidades. Saberes estes, que são fundamentais no processo de planejamento, análise de alternativas e elaboração de projetos.

Com pequenos textos visando a prática de leitura e a ampliação dos conhecimentos relacionados à matemática e à formação profissional, o módulo estimulou a reflexão sobre a aplicação dos conteúdos frente à realidade. Para tanto, foram utilizadas questões e atividades diversificadas, por meio de extratos bancários, folhas de cheque, figuras geométricas, propagandas comerciais, receitas caseiras, reportagens, tabelas, gráficos e curiosidades, como ilustra a Figura 5, a seguir:

Com pequenos textos visando a prática de leitura e a ampliação dos conhecimentos relacionados à matemática e à formação profissional, o módulo estimulou a reflexão sobre a aplicação dos conteúdos importantes no enfrentamento da realidade. Esses apresentam questões e atividades diversificadas ao utilizarem extratos bancários, folha de cheque, figuras geométricas, propagandas comerciais, receitas caseiras, reportagens, tabelas, gráficos e curiosidades, como ilustra a figura 5.

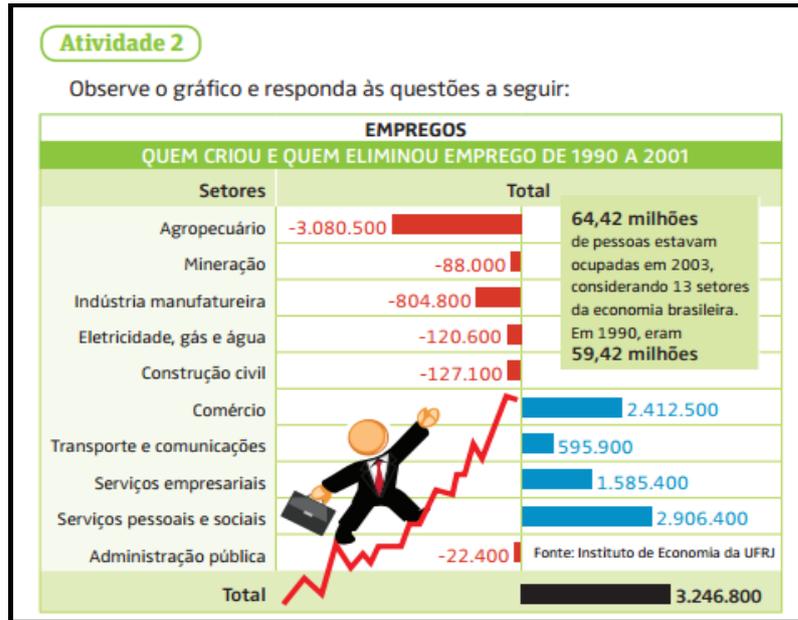


Figura 5 - Atividade do Guia de Estudo Integrado: matemática

Na visão de Lopes (2010), a formação do empreendedor envolve a utilização de processos analíticos e racionais de pensamento, que embasam a análise de oportunidades, o planejamento, a busca e a aquisição de recursos. Assim, requer o uso intenso de estratégias de ensino, que possibilitem o aprender fazendo, o confronto com eventos críticos que demandam o pensar de forma diferente, buscando saídas e alternativas, aprendendo com o processo e, principalmente, com a experiência.

Sendo assim, os conhecimentos matemáticos adquiridos e integrados à formação profissional podem subsidiar a formação empreendedora, desde que as aulas e atividades propostas impulsionem o raciocínio lógico, frente às situações e a capacidade do aluno pensar nas probabilidades de sua atuação no cotidiano.

5.2.3 Participação Cidadã

Tem como foco conduzir à construção do Plano de Ação Comunitária - PLA, no qual os alunos, juntamente com o professor, identificam as necessidades na comunidade, planejam e executam as ações com vistas às mudanças na sua realidade.

Este componente curricular assume papel de grande relevância no Projovem Urbano, pois intensifica a presença da Dimensão Participação Cidadã, integrando-a aos conhecimentos adquiridos pelos discentes na Formação Básica e Qualificação Profissional. Assim, provoca a inquietação e criticidade do aluno, frente aos problemas sociais enfrentados nas comunidades e, posteriormente, empreendem ações coletivas objetivando melhorar as condições de vida das pessoas na sociedade.

Para Acúrcio (2005), a inclusão do empreendedorismo no currículo escolar torna o aluno sujeito no seu processo de ensino e aprendizagem. Isso acontece a partir de projetos, que incentivam a formulação e a resolução de problemas, e envolvem a interação e investigação, permitindo maior compreensão da realidade pessoal e coletiva, estreitando, assim, a distância entre a escola e a vida.

Em relação à educação empreendedora (EE), verificou-se que suas aulas podem contribuir de forma acentuada, do despertar de atitudes e comportamentos empreendedores dos educandos. Logo que, ao direcionarem a atenção para a identificação dos problemas da comunidade, os estudantes são desafiados a terem iniciativas e tenacidade; aprender a planejar e fixar metas, identificar oportunidades, construir relações interpessoais e compartilhar objetivos, conhecer seu ambiente, buscar informações e, principalmente, desenvolver a criatividade. A Figura 6, a seguir, apresenta o texto de abertura do Capítulo 2, o qual orientou e apontou os pontos que devem ser considerados no PLA, bem como destacou o objetivo desta prática pedagógica: identificar as experiências de aprendizagem, a partir da intervenção na comunidade.

2
Qual é o foco da nossa ação?
Definir o foco do PLA.

O **segundo passo** do planejamento é deixar clara a ideia principal sobre o que vai ser feito. O plano nasce da ideia de realizar algo, ideia que vai tomando forma e se estruturando. Que ideia é essa?

Lembrem-se de que, ao elaborar o “Mapa dos Desafios”, vocês levantaram os principais problemas da realidade local e os classificaram por ordem de importância. Depois, discutiram suas causas e pesquisaram o que já estava sendo feito para solucioná-los. Assim, ao priorizar determinados desafios, vocês também já apontaram as áreas em que o Plano de Ação Comunitária pode ser desenvolvido (cultura, meio ambiente, saúde etc.). Agora é preciso definir o foco do PLA, a ação principal, levando em consideração:

- as experiências e habilidades que vocês já têm;
- a vontade e o interesse de todos em colocar em prática determinada ideia;
- as oportunidades existentes na comunidade que podem favorecer a participação de vocês;
- a correspondência entre o desafio escolhido e as necessidades e desejos da comunidade.

Figura 6 - Fragmento do Guia de Estudo Integrado: participação cidadã

Na visão de Bastos e Ribeiro (2011), a metodologia de ensino da EE propõe uma abordagem dos problemas vivenciados pela escola e pelos alunos, para que passem a compreender o contexto no qual estão inseridos e, a partir de então, de forma conjunta, proponham e criem condições de mudança social, mediante a aplicação de uma prática educativa. Um exemplo da sistematização dessa proposta pode ser observado na Figura 7, à medida que o Plano de Ação Comunitária começa a ser estruturado formalmente no curso.

4. O Plano de Ação Comunitária – PLA

O processo de planejamento traça o caminho entre a ideia para a ação comunitária e o que é preciso fazer para torná-la realidade. O Plano detalha cada passo, prevê todas as atividades que dão consistência à proposta de atuação que surgiu com base no Mapa dos Desafios. O PLA é o guia de ação.

▼ NOME/TÍTULO:

▼ LOCAL DE EXECUÇÃO:

▼ FOCO DA AÇÃO COMUNITÁRIA:

▼ PÚBLICO-ALVO:

▼ JUSTIFICATIVA (OS DESAFIOS QUE SERÃO ENFRENTADOS E OS MOTIVOS DE TEREM SIDO ESCOLHIDOS):

▼ OBJETIVOS GERAIS (OS EFEITOS QUE SE PRETENDE ALCANÇAR COM A AÇÃO COMUNITÁRIA QUE SERÁ REALIZADA):

Figura 7 - Atividade do Caderno do Plano de Ação Comunitária

Neste sentido, o Currículo do Projovem Urbano se assemelha tanto a Educação Empreendedora, quanto às propostas de construção do Currículo Integrado. Já que, em ambos, o conhecimento se constrói mediante as experiências de aprendizagem visando à transformação da realidade. Dolabela (2003) corrobora com esta percepção, ao explicar que na Educação Empreendedora, a construção do conhecimento parte das situações reais, capazes de criar vínculos entre a experiência do aluno e os novos saberes.

5.2.4 Qualificação Profissional

Este módulo está baseado na Formação Técnica Específica (FTE), que é a continuidade da Formação Técnica Geral desenvolvida nas Unidades Formativas I e II. Trata dos aspectos do mercado de trabalho específicos do Arco Ocupacional Saúde, assim, os conteúdos das quatro ocupações que integram o Arco devem ser trabalhados por meio de práticas pedagógicas diversificadas e interdisciplinares focadas nos temas: O trabalho na área de saúde; Auxiliar de administração em hospitais e clínicas; Recepcionista de consultório médico e dentário; Atendente de laboratório de análises clínicas e Atendente de farmácia – balconista.

Sobre esta perspectiva da formação profissional integrada à formação geral, Ciavatta (2005) reforça que a Educação de Jovens e Adultos não pode ser reduzida às necessidades de sobrevivência e do mercado, nem pode, também, ser alheia às necessidades de sobrevivência e às demandas da produção econômica. Por consequência, os estudos locais apontam que a identificação de oportunidades ocupacionais não é um dado desprezível; contrariamente, faz parte do processo educativo.

Mediante esse ponto de vista, nota-se que os conteúdos da FTE não estão estruturados para atender às necessidades estritas do mercado de trabalho, mas, se propõe à ofertar a formação técnica integrada à formação humana. Nesse contexto, o reconhecimento das diversas necessidades presentes na vida dos alunos é fundamental para a concretização do processo ensino/aprendizagem, pois, compreende-se que os discentes do Projovem Urbano possuem necessidades que

precisam ser consideradas e satisfeitas, não só no ambiente de trabalho, mas nos demais espaços e vivências sociais, como observa-se no texto da figura 8.

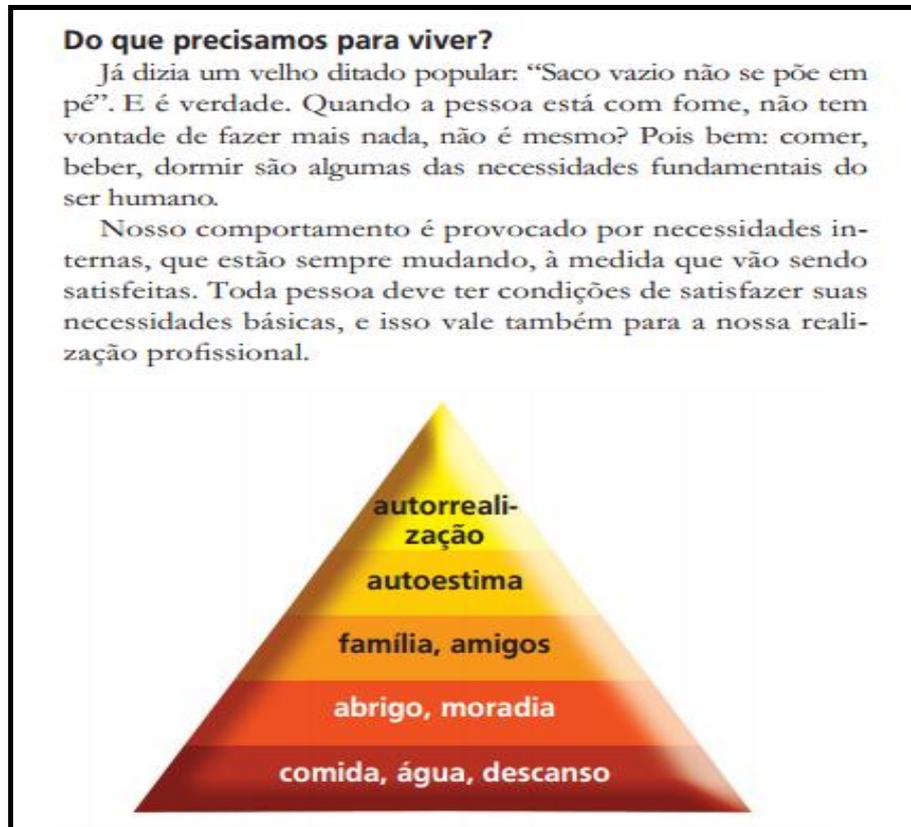


Figura 8 - Fragmento do Arco Ocupacional Saúde: guia de estudo

Dentre as práticas pedagógicas que impactam a educação empreendedora, merecem destaque os textos e atividades que permitem a ampliação dos saberes dos discentes em relação à profissão e aos desafios que serão enfrentados posteriormente. Assim, o entendimento das peculiaridades e fundamentos que sustentam o exercício de uma profissão contribui para uma visão global do trabalho, oportunizando, o reconhecimento do impacto de suas atividades na vida de outras pessoas. Dessa maneira, ocorre tanto o desenvolvimento pessoal, quanto profissional dos alunos. Pois, ao conhecer esta complexidade, poderá desenvolver de atitudes, práticas e projetos, focados em melhorias nas condições de trabalho e vida, nas relações interpessoais, na própria formação e, ainda, poderão buscar formas criativas para o enfrentamento dos problemas sociais.

A figura 9 expõe uma das atividades propostas neste módulo que atende à perspectiva da pesquisa como princípio educativo, propiciando aos estudantes a

investigação da comunidade como forma de estabelecer relações entre a teoria e prática.



Atividade 16

Converse com pelo menos três amigos ou parentes e verifique como foram atendidos enquanto esperavam a consulta de um dentista ou de um médico. Pense nos seguintes aspectos:

- a) tempo de espera;
- b) condições de conforto na sala de espera (cadeiras, sofás, ventilação ou ar-refrigerado etc.);
- c) comportamento do recepcionista diante dos clientes;
- d) relacionamento do profissional (médico, dentista) com o recepcionista;
- e) organização do espaço e objetos sobre a mesa da recepção.

Figura 9 - Atividade do Arco Ocupacional Saúde: guia de estudo

Dowbor (2007) reforça a necessidade desta prática, ao explicar que os alunos, que convivem numa localidade, precisam conhecer os problemas comuns, as alternativas e os potenciais. Diante disso, a escola assume o papel de articuladora entre as necessidades do desenvolvimento da comunidade e dos conhecimentos correspondentes. Portanto, “[...] trata-se de uma educação mais emancipadora na medida em que assegura à nova geração os instrumentos de intervenção sobre a realidade que é a sua” (DOWBOR, 2007, p. 80).

Neste prisma da educação empreendedora, são acertadas as palavras de Dolabela (2003, p. 104) ao afirmar que:

Se a fonte de aprendizado é o mundo, a escola deverá aceitar essa dimensão e trazer a comunidade para dentro da sala de aula, derrubando muros [...] Aqui, a metáfora ‘derrubar muros’ refere-se a todos os limites de aprendizado criados e impostos por qualquer sistema, seja ele educacional, seja social.

Com vistas a garantir a Dimensão Qualificação Profissional integrada às demais dimensões do Projovem Urbano, a Atividade de Integração Curricular - Projeto de Orientação Profissional (POP) é desenvolvida ao longo do curso, estimulando reflexões, pesquisas, registros e propostas de ações direcionadas à

aquisição de conhecimentos relevantes na formação profissional, com a colaboração de todos os outros componentes numa perspectiva interdisciplinar.

Em se tratando da aprendizagem empreendedora, este projeto fomenta práticas de planejamento embasadas na identificação dos objetivos de vida dos discentes e no reconhecimento dos fatores, que serão enfrentados no percurso da autorrealização. Além disso, oportuniza a reflexão acerca das aprendizagens ocorridas na vida pessoal a partir das experiências de vida (ver Figura 10).

7 Reconhecendo o aprendizado na vida

Atividade	Local/ situação	Aprendizagem

Não é somente na escola que se adquire conhecimento.

Estando de olhos abertos ao realizar atividades do dia a dia sempre é possível aprender algo novo ou aperfeiçoar o que já se sabe. Nessa atividade você irá listar algumas atividades que realiza no dia a dia, dentro e fora da escola, e relacioná-las com os aprendizados que elas lhe proporcionam.

Preencha o quadro da maneira indicada a seguir.

Figura 10 - Fragmento do Projeto de Orientação Profissional

Por conseguinte, a Formação Técnica Específica possibilitou à aquisição dos saberes teóricos e práticos essenciais à prática profissional, utilizando estratégias de ensino, que possibilitaram a criticidade e a comparação entre o que foi aprendido e sua prática frente às situações presentes nas ocupações do Arco Ocupacional. Ao mesmo tempo, em que valorizou a experiência do aluno e criou estímulos para que possam planejar seus objetivos, considerando os obstáculos que serão enfrentados e as ações que precisarão ser implementadas para alcançar seus propósitos no decorrer de sua vida pessoal e profissional.

5.3 AS AULAS DO PROJÓVEM URBANO: ENTRE O CURRÍCULO PRESCRITO E O CURRÍCULO REAL

No Projóvém Urbano, o currículo não é considerado como algo pronto e acabado, mas como algo que se constrói no decorrer do tempo. Além disso, o currículo, inclusive, envolve escolhas, conflitos e acordos que correm em determinados contextos sociais, com a finalidade de se propor o que será ensinado. Esta forma curricular é denominada de currículo formal, que, na escola e, principalmente, na sala de aula, transforma-se em currículo real, ou seja, concretiza-se através do que realmente é ensinado e aprendido, das interações com professores e colegas e, em geral, por meio das experiências vivenciadas no contexto escolar (SALGADO, 2012).

Por considerar essa ideia, tornou-se necessário a observação das aulas do Programa para identificar as práticas pedagógicas que colaboram para a educação empreendedora dos discentes no cotidiano. Assim, diferentemente das análises realizadas no item 5.2, nesta etapa foram observadas três aulas de cada componente curricular no decurso da Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho, de modo que, foram avaliadas as metodologias de ensino, o desempenho dos discentes frente às atividades propostas e os recursos utilizados, independente de sua ênfase na educação empreendedora.

Conforme as análises realizadas, verificou-se que os docentes compreendem a importância da relação de proximidade entre o professor e o aluno na construção do conhecimento. Por consequência, faz parte do cotidiano da sala de aula, os discentes solicitarem, sem receios, as orientações mais diretas dos docentes nos grupos de trabalho, nas atividades e, também, por meio dos atendimentos individualizados.

No componente curricular Ciências da Natureza, constatou-se que as aulas geralmente são desenvolvidas, a partir do método expositivo, no qual o professor utilizou o Guia de Estudo como recurso principal. Notou-se, também, a preocupação do docente em estabelecer relações entre os saberes escolares do ensino de ciências e os saberes cotidianos. Porém, a aprendizagem de alguns conteúdos relacionados à introdução à Química e Física, ainda são desafiadores, pois os

alunos não possuem alguns conhecimentos prévios e o material utilizado no Programa, não possibilita um aprofundamento desses conhecimentos.

Nas aulas de Língua Portuguesa utilizam-se muitos textos relacionados ao trabalho e cultura, e as atividades propostas, nesta Unidade, exploram a interpretação de textos, a obediência às normas da ortografia e de morfossintaxe. É válido ressaltar que o guia de estudo possibilita a prática pedagógica interdisciplinar a partir do uso de diversos gêneros textuais no curso. Assim, embora os capítulos não abordem diretamente os temas direcionados à educação empreendedora, trabalha-se a linguagem em todos os âmbitos da formação humana e profissional. Nesse sentido, é oportuno afirmar que, saber se comunicar é uma das principais características do comportamento empreendedor. Contudo, entende-se que as práticas de ensino, nestas aulas, poderiam ser mais dinâmicas, participativas e motivadoras, pois existem muitas possibilidades de trabalhar a linguagem na sala de aula de maneira mais interativa, principalmente na educação integrada de jovens e adultos. Por outro lado, a responsabilidade pelo ensino da linguagem deve estender-se aos demais professores. Pois, as aulas de todos os componentes desenvolvem-se a partir da leitura, da escrita, da oralidade e produção textual.

Nas aulas de Ciências Humanas predomina o método expositivo combinado com estratégias de leitura de textos, discussões e atividades sobre os temas: trabalho, emprego e subemprego. Além disso, com vistas ao desenvolvimento da Atividade de Integração Curricular – Sínteses Integradoras, este componente junto com Ciências da Natureza e Língua Portuguesa, se responsabilizaram pela produção de textos interdisciplinares, sobre a relação entre o ser humano e o meio ambiente.

No que remete à educação empreendedora, constatou-se que as aulas sobre Meio Ambiente, Resíduos Sólidos e Sustentabilidade, além de proporcionar os conhecimentos básicos sobre a os impactos da ação humana no meio ambiente, possibilitou, de modo interdisciplinar, a prática de leitura e a reflexão sobre o ter ou não qualidade de vida no trabalho. Além disso, oportunizaram discussões relevantes centradas na identificação de recursos potencialmente aproveitados e subaproveitados na sociedade. Em vista disso, despertou a vontade dos discentes para o reaproveitamento de alguns produtos como pneus para produção de artesanato, móveis, estrutura para hortas e na composição de cooperativas para a

fabricação de vassouras de garrafas *pets* para utilização na limpeza pública e do óleo de soja para produção de sabão.

É válido considerar que o desafio de inserir o empreendedorismo na escola é obter respostas não só para os problemas ligados aos aspectos profissionais, mas também atender a urgência de um desenvolvimento sustentável. Assim, espera-se que os educandos sejam capazes tanto de criar e cuidar de empreendimentos para garantir a satisfação das necessidades sociais atuais, quanto criar possibilidades para assegurar a satisfação nas necessidades das gerações futuras (ACÚRCIO, 2005).

O componente Inglês desenvolveu-se por meio de aulas expositivas dialogadas, com a participação dos alunos nas traduções e interpretações de textos verbais e orais. Nesse período, percebeu-se que é desafiador promover aulas de uma língua estrangeira integrando a formação básica e profissional, pois muitos alunos estão experimentando pela primeira vez o contato com essa área do conhecimento. Logo, o objetivo principal está centrado na aquisição dos conhecimentos básicos de Inglês. Entretanto, mesmo diante dessa dificuldade, discutiu-se superficialmente sobre diversidade, multiculturalismo e imigração.

Nas aulas de Matemática as aulas foram conduzidas de forma expositiva, com a participação dos alunos nas explicações, resoluções e correções de exercícios. Com o objetivo de promover uma aprendizagem significativa sobre os números fracionários, utilizou-se, também, o método de resolução de problemas com situações de compra, venda, medidas de superfície e receitas culinárias. Cabe aqui destacar que, os discentes apresentam muitas resistências e dificuldades em relação às operações fundamentais, logo, tais problemas transformam-se num obstáculo frente aos conteúdos deste componente curricular.

A partir das análises do componente Participação Cidadã, constatou-se também a utilização das aulas expositivas dialogadas, conjugadas a debates e discussões sobre os problemas da comunidade na qual os alunos estão inseridos. Para isso, orientou-se os alunos, no sentido de identificarem os problemas que perturbam a comunidade, e contribuem para o processo de exclusão social. Como resultado, os discentes apontaram como mais impactantes: a violência, o desemprego, as drogas, doenças sexualmente transmissíveis e infraestrutura. Esta atividade teve como centro, o reconhecimento dos problemas locais e a elaboração de uma das atividades do Plano de Ação Comunitária. Além desse foco, o

componente de Participação Cidadã também contribuiu para a construção de uma das etapas do Projeto de Orientação Profissional – POP, que se desenvolveu no decorrer do curso de forma interdisciplinar.

Em relação às aulas de Qualificação Profissional – Formação Técnica Específica, verificou-se que a utilização da aula expositiva com o auxílio da projeção de *slides* para demonstração dos modelos de fichas e prontuários comuns nos procedimentos da área de saúde. Em seguida, houve a realização de atividades no quadro, com a participação dos alunos. Porém, seria também um recurso didático interessante, a impressão desses modelos de fichas, para que os alunos pudessem simular o preenchimento e o arquivamento dos mesmos nas aulas. Assim, propiciando a integração entre a teoria e a prática. Também poderiam ser desenvolvidas atividades de preenchimentos de formulários eletrônicos, confecção e aplicação de jogos que estimulem a familiarização com os termos técnicos do Arco Ocupacional de Saúde.

Objetivando contribuir para a elaboração do Plano de Ação Comunitária, uma das aulas foi destinada às análises dos problemas relacionados à saúde na comunidade. Para isso, por meio da técnica de *brainstorming*, o docente instigou reflexões sobre as correlações entre a prevenção de doenças e saúde. Com base nas propostas da educação empreendedora, constata-se que estas práticas colaboram para o conhecimento sobre as características, peculiaridades e atividades da área de formação e ampliam a visão sobre as deficiências existentes nos serviços de saúde e, assim, provocam a inquietação dos discentes frente ao cenário social.

É nesta perspectiva, que Raggi (2008) explica que a educação emancipatória fomenta a participação política e social do aluno mediante práticas, que fomentem a pesquisa, a busca de conhecimentos, a democratização de atividades em equipe e possibilitem o questionamento e a argumentação consistentes para defender ideias e interesses próprios e, assim, construir os conhecimentos em estreita ligação com as relações sociais e com o mundo do trabalho.

Em relação aos recursos utilizados nas aulas, identificou-se que no ano de 2015 não houve a remessa de materiais pedagógicos essenciais ao Programa, por parte do Ministério da Educação. Logo, a equipe pedagógica conduziu o curso, nesse período, apenas com as cópias de textos e materiais básicos de papelaria fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teixeira de Freitas.

Quanto à ao desempenho dos discentes diante das atividades propostas, revelaram-se como observações importantes: a) as dificuldades de aprendizagem de alguns deles, causada pela não apropriação de conhecimentos que deveriam ser adquiridos numa etapa anterior ao curso; b) a desmotivação devido ao cansaço do trabalho e c) o alto índice de faltas, de forma que, geralmente o número aproximado de frequência nas aulas é de dez a quinze alunos de uma turma que totaliza em média vinte alunos.

De acordo com Veiga (2004), a característica central de uma prática de ensino contextualizada está na sua capacidade permanente de fazer-se e refazer-se mediante os problemas e desafios postos em cada momento histórico. Logo, “[...] uma metodologia de ensino contextualizada utiliza, assim, de uma epistemologia contextual que causa e constrói transformações alternativas para além do desenvolvimento real dos educandos (VEIGA, 2004, p. 107). Portanto, não se trata de uma construção engessada em modelos preestabelecidos, mas de um processo de ressignificação do currículo a partir de experiências de ensino e aprendizagem”.

Após essas verificações, percebe-se que as práticas pedagógicas desenvolvidas, nas aulas, estão em sintonia com os propósitos da Educação Empreendedora e embora a maioria dos professores não tenha esse foco, acabam contribuindo para o despertar do perfil empreendedor dos discentes no cotidiano, visto que, as diretrizes do Projovem Urbano caminham nesse sentido. Entretanto, com vistas a garantir um ensino integrado de qualidade, as deficiências detectadas precisam ser sanadas.

Isso posto, entende-se que as aulas observadas não se limitaram a uma formação para o trabalho, pois mesmo diante das necessidades de diversificação dos procedimentos de ensino, percebe-se que existe a preocupação em tornar o conhecimento significativo para os alunos. Assim, de acordo as propostas do Projovem Urbano, desenvolvem-se aulas, atividades e projetos de forma interdisciplinar que contribuem não só para a formação empreendedora, mas colaboram para o processo de construção de uma educação emancipatória.

5.4 OS EDUCANDOS: NOVAS PERCEPÇÕES E CONSTRUÇÃO DE POSSIBILIDADES

Por considerar a importância da comunicação e interação com os discentes na coleta de dados, utilizou-se também a técnica de pesquisa de Grupo Focal. Para isso, foram escolhidos aleatoriamente dois alunos de cada turma, perfazendo um total de dez alunos, que apresentaram contribuições significativas no processo de avaliação pedagógicas presentes no Projovem Urbano e que dialogam com as propostas da educação empreendedora.

No Projovem Urbano, espera-se que os jovens concluintes sejam capazes de a) utilizar a linguagem como fonte de informação, aprendizagem, expressão, b) fazer o uso das tecnologias de informação para buscar informação, inserção cultural e profissional, c) assumir responsabilidade perante sua família, comunidade e problemas que afetam a sociedade, d) refletir criticamente sobre sua prática; e e) conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade (SALGADO, 2012).

Na visão dos discentes, os professores estimulam a criatividade e as suas habilidades de planejamento no cotidiano, procurando sempre ser um facilitador no processo de ensino e aprendizagem. São comuns as atividades e projetos que exploram a capacidade de planejar ações, a partir de análises dos problemas existentes na comunidade. Foram apontadas como principais práticas, nesse sentido, as atividades em grupo aplicadas nos componentes curriculares, o Plano de Ação Comunitária e as orientações dos docentes na elaboração dos projetos.

Por meio das discussões, os participantes evidenciaram que as aulas têm estimulado a análise crítica das oportunidades existentes no mercado e na sociedade, influenciando positivamente nas suas vidas. Logo que, a partir do Programa, tornou-se possível conhecer melhor seus direitos e deveres, aprenderam a respeitar a diversidade e vislumbraram a possibilidade de se desenvolverem mais no âmbito pessoal e profissional. Este fato pode ser constatado, a partir das falas de alguns alunos, transcritas a seguir:

Os professores me fizeram enxergar as coisas, que sou capaz de fazer e planejar. Eu achava que nunca ia conseguir voltar a estudar, mas agora estou vendo que vou correr atrás dos meus estudos e conseguir o meu objetivo (Aluno C da turma B).

Apreendi que ajudar o próximo no trabalho que é uma oportunidade de aprender outras coisas, [...] a escola me incentivou bastante a olhar mais para o próximo (Aluno V da turma E).

Ao aprender sobre como elaborar um currículo, como se comportar em uma entrevista, essas aulas me ajudaram a achar um trabalho melhor (Aluna A da turma C).

Ao serem questionados se os conteúdos trabalhados estimulam ideias sobre as mudanças necessárias na sua comunidade, de forma unânime, responderam que o Plano de Ação Comunitária tem esse objetivo. Na visão dos mesmos, esta prática possibilita a aprendizagem para lidar com as pessoas e enfrentar os problemas presentes nas comunidades como um agente de transformação, de modo a não aceitá-los como naturais na sociedade.

De forma similar aos professores, ressaltam que o empreendedorismo se faz presente nas aulas do Projovem Urbano e apontam como resultado dessas práticas, a mudança de suas atitudes e comportamentos no decorrer do curso. Dentre estes, foram identificados, os seguintes, nas falas dos participantes:

- Vontade de crescer;
- Correr atrás do objetivo e nunca desistir;
- Sonhar e colocar para fora, realizar este sonho;
- Foco no trabalho;
- Analisar sempre as oportunidades e riscos;
- Enfrentar cada obstáculo com sabedoria e força de vontade;
- Saber planejar seus objetivos;
- Saber como lidar com as pessoas.

De acordo com Dolabela (2003), na Educação Empreendedora a fonte de conhecimentos é a própria relação que os alunos estabelecem com a sua realidade. Nessa perspectiva, o processo de aprendizagem não é estático e assume características singulares em função dos participantes. Portanto, é construído

continuamente em razão de sua vinculação ao universo cultural dos alunos, professores, das comunidades e da escola.

Frente às percepções dos discentes, nota-se que os resultados alcançados a partir do Programa estão em sintonia com os propósitos da Educação empreendedora. Conforme Acúrcio (2005) o processo de organização de uma proposta de educação voltada para o empreendedorismo requer a adoção de estratégias que favoreçam e incentivem atitudes e posturas como: autonomia, autovalorização, ação para empreender a própria vida, liderança, participação, ética, diálogo e, principalmente, a criatividade.

Para Bastos e Ribeiro (2011, p. 584), “[...] nesta perspectiva, o que propõe a metodologia de ensino, é uma abordagem dos problemas vividos [...] de forma que possam compreender a realidade e, a partir dela, de forma conjunta, propor/criar condições de mudança social”.

Questionados sobre as maiores dificuldades enfrentadas para dar continuidade aos estudos, os discentes explicaram que existem muitos fatores que dificultam a sua permanência na escola, sendo que o mais complicado é conseguir trabalhar, estudar e ainda cuidar da família. Dessa maneira, esses obstáculos acabam influenciando na motivação para dar continuidade ao curso, como fica visível na fala dos alunos e alunas:

O meu trabalho por ser mais puxado, eu chego em casa muito cansado (Aluno E da turma B).

Além do cansaço e chegar em uma sala e ter pessoas que não querem nada com a vida, onde acaba te atrapalhando a aprender (Aluna C da turma D).

Às vezes eu saio do trabalho mais tarde e acabo não conseguindo chegar a tempo de vim para o Projovem (Aluna P da turma A).

Além do cansaço, tenho que cuidar do meu filho que tem necessidade especial (Aluno F da turma C).

Todavia, mesmo diante de tantos desafios os entrevistados sinalizam que ocorreram muitas mudanças nas suas vidas em decorrência do programa. E, de forma bastante segura, reconhecem a influência positiva do Projovem Urbano na educação dos jovens e adultos. Questionam ainda a falta desse Programa em outros bairros do município de Teixeira de Freitas, dado que, no ponto de vista desses

alunos existe uma grande necessidade social, visto que, assim como eles, existem tantas outras pessoas, no município, que precisam ter oportunidade de continuar sua formação a partir de um aprendizado diferenciado e significativo. Sendo assim, com base na visão dos discentes, o Projovem Urbano pode ser definido atualmente como:

- Ensino de vida;
- Oportunidade única;
- Aprendizado;
- Amizade adquirida no curso;
- Oportunidade para concluir o ensino fundamental.
- Incentivo;
- Acreditar que nunca é tarde pra gente conseguir o que a gente quer, que a gente sonha;
- Oportunidade de continuar estudando, continuar avançando e ter um foco.

Em termos gerais, os alunos reconhecem que as práticas pedagógicas presentes no curso influenciam na sua educação empreendedora. No ponto de vista dos discentes, trata-se de uma formação mais ampla, que não fica limitada à formação para o trabalho, mas representa uma oportunidade inicial para mudar as suas vidas. Inclusive preparando-os para enfrentar os obstáculos com outra atitude, postura e visão.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, procurou-se analisar as contribuições das práticas pedagógicas desenvolvidas no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano para a Educação Empreendedora dos educandos no município de Teixeira de Freitas, Bahia. Este programa busca fazer a integração curricular entre a Formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã. Para isso, o mesmo adota mecanismos com vistas à reinserção de estudantes no processo de escolarização, à identificação de oportunidades de trabalho, à capacitação para a vida profissional, à participação em ações coletivas, à inclusão digital e, também, à ampliação do acesso à cultura.

Os resultados das investigações, deste estudo, revelaram que práticas pedagógicas, desenvolvidas no Projovem Urbano em Teixeira de Freitas-BA, têm contribuído de forma significativa para a educação empreendedora dos educandos. Dado que, por meio da integração entre as dimensões curriculares de Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, vivenciam-se experiências de ensino e de aprendizagem centradas na formação humana e profissional, a partir de métodos, técnicas e posturas docentes, que estimulam o despertar de atitudes e comportamentos empreendedores dos envolvidos, com vistas à transformação social.

A partir do primeiro objetivo específico desta investigação, que tratou de descrever o desenho histórico-social do programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem no Brasil e no município de Teixeira de Freitas-BA, verificou-se que a proposta pedagógica do Projovem Urbano se aproxima da pedagogia do currículo integrado, logo que, o processo de ensino e aprendizagem está vinculado às situações problematizadoras, que demandam de discentes a capacidade de reflexão e ação, assim como, o desenvolvimento de habilidades para a resolução de problemas e análises de situações, mediante às necessidades e experiências do cotidiano.

Entende-se que o Projovem Urbano se apresenta, nos contextos brasileiros, como uma proposta interessante para a Educação de Jovens e Adultos. Porém, para a concretização de suas propostas é preciso que seja considerada a realidade

educacional do país, pois, existem muitas forças de ordens de poderes que dificultam a sua efetivação na prática, dentre estas, podem-se citar: a carga horária insuficiente do curso, o alto índice de evasão, a estrutura física da escola para as atividades práticas, atraso no repasse dos recursos financeiros, e falta dos materiais pedagógicos e didáticos que deveriam ser encaminhados pelo Ministério da Educação. Além dessas, existe a grande dificuldade dos docentes trabalharem na sala de aula com alunos originados de diversas séries, módulos e níveis, numa mesma perspectiva de formação.

A oferta de duzentas vagas no Projovem Urbano ao público da EJA, não representa em sua totalidade os cumprimentos do direito social para a efetivação da formação escolar pública de qualidade. Posto que, a educação para os jovens e adultos requer muito mais que disponibilidade de vagas e demanda por melhores condições de acesso aos diversos recursos. É preciso, no entanto, que de fato, sejam instituídas e aplicadas políticas de estímulo e de garantia da permanência de seus estudantes no curso, bem como proporcionar formação específica e continuada de professores para atuar na EJA e, em especial, na educação técnica integrada. Portanto, entende-se que implica em mudanças estruturais e funcionais que são essenciais e que abrangem todo o ciclo de ensino-aprendizagem.

Em relação ao o segundo objetivo, que foi discutir sobre a relevância da Educação Empreendedora para o desenvolvimento social, entende-se que a educação empreendedora de discentes, que fazem parte do Programa, consiste no despertar de potencialidades, ou seja, ocupa-se no desenvolvimento de novas competências dos cidadãos. Haja vista que, a capacidade de perceber oportunidades, realizar análises da realidade, decisão, liderança, gestão de recursos compõem as características fundamentais à atuação cidadã diante às novas exigências sociais. Assim, criam-se novas possibilidades de promover o desenvolvimento social, a partir da atuação mais consciente do indivíduo diante ao seu meio.

O estímulo à criação de uma cultura empreendedora tem papel importante no desenvolvimento de alternativas frente às situações de desigualdades e exclusão social de um indivíduo e/ou uma comunidade. Logo, um estudante que tem iniciativa, visão crítica e habilidade de perceber e aproveitar oportunidades de intervenção, poderá fomentar outras atitudes e outros comportamentos de pessoas, com vistas a promover mudanças e, conseqüentemente, o desenvolvimento social. Assim,

questionando à dominação, as imposições políticas, impulsionando práticas empreendedoras como forma de participação social. Desse modo, a Educação Empreendedora se torna tão relevante na formação de alunos, em particular da EJA, quanto à educação ambiental, religiosa, sexual, profissional, econômica e política.

Em resposta ao terceiro objetivo, que foi o de investigar os conhecimentos e experiência dos educadores do Projovem no município de Teixeira de Freitas-BA em relação à educação empreendedora, é relevante frisar que, os professores entrevistados, em sua maioria, não possuem formação pedagógica adequada para promover a educação empreendedora. Entretanto, embasados nas poucas experiências educacionais que tiveram no decorrer vida escolar e profissional e, também, devido às propostas do Projovem, de oferecer educação visando o desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do Ensino Fundamental, da Qualificação Profissional e experiências de Participação Cidadã, desenvolvem práticas que além de ampliar os saberes dos alunos em relação aos componentes do curso, estimulam, inclusive, atitudes e comportamentos empreendedores dos educandos, no curso.

De acordo como este estudo, nota-se que as práticas pedagógicas da educação empreendedora devem considerar o aprender fazendo, a busca e exploração de conceitos, a resolução dos problemas com uma visão interdisciplinar. Além disso, devem priorizar a leitura, a interpretação e a transformação das informações, em decisões. E, de forma também relevante, reconhecer a comunicação como oportunidade de criar vínculos, apresentar ideias e expressar sentimentos no processo educativo. Tudo isso, a partir de entendimentos e análises de reais problemas e situações, que fazem parte da realidade dos discentes, com o intuito de analisá-los sob uma visão crítica, compreendê-los e transformá-los, de modo a contribuir para a melhoria nas condições de vida das pessoas, no meio social.

Os componentes curriculares que mais têm se destacado no estímulo ao desenvolvimento do perfil empreendedor: Ciências Humanas, Matemática, Participação Cidadã e Qualificação Profissional. Os demais componentes curriculares contribuem também, mas não tão fortemente, para a educação empreendedora ao se integrarem com vistas ao desenvolvimento dos projetos interdisciplinares. Assim, por meio de textos, atividades e ações coletivas, procura-se, em sala de aula, trabalhar os conteúdos propostos, instigando a capacidade dos

discentes de analisar a realidade de forma crítica, procurando identificar as oportunidades de mudança e as respectivas ações que precisam ser empreendidas para essas transformações.

Não se pode negar que, o Programa Projovem Urbano propiciou, aos discentes, uma nova percepção frente à realidade, possibilitando o seu reconhecimento como ensino voltado para as situações da vida, como uma oportunidade de formação continuada, um aprendizado, portanto, que possibilita o planejamento e a concretização de desejos. Logo, trata-se de uma formação mais ampla, a qual não fica limitada à formação para o trabalho, mas representa uma oportunidade para mudar vidas. A partir dessa formação, os discentes passaram a compreender melhor seus direitos e deveres, analisando criticamente as situações no cotidiano e reconheceram a sua capacidade de intervenção social. Além disso, ampliaram suas capacidades de planejar ações criativas visando a melhoria na qualidade de vida das pessoas de sua comunidade.

Quanto ao quarto objetivo, que buscou avaliar as práticas pedagógicas presentes no Projovem Urbano que dialogam com às propostas da educação empreendedora, percebe-se que o Guia de Estudo Integrado também tem sua parcela de contribuição na Educação Empreendedora dos discentes. Porém, nem todos os componentes curriculares trazem com tanta intensidade, nos seus conteúdos, textos e atividades, os estímulos para as atitudes e os comportamentos empreendedores dos alunos. Destacaram-se, nestas ações pedagógicas, as atividades que colaboraram para os processos de construção e manutenção de altos níveis de autoestima, as que puderam estimular a capacidade de formulação, planejamento e avaliação de objetivos, as que possibilitaram a socialização dos sonhos de vida, aquelas que utilizaram a pergunta como estímulo ao entendimento e à compreensão e as que provocaram a análise crítica dos modelos e paradigmas presentes no cotidiano.

Todavia, é preciso acentuar que o Guia de Estudo também apresenta deficiências, logo que, muitos conteúdos da Formação Básica não proporcionam a fundamentação necessária à formação integral do aluno. Nessa conformidade, as dificuldades de aprendizagem intensificam-se na sala de aula, exigindo, do professor, a flexibilidade para lidar com situações-problemas inusitadas, comprometendo, assim, a qualidade do aprendizado de discentes. Por outro lado, é relevante ressaltar a grande contribuição dos professores na execução do

Programa, em Teixeira de Freitas. Sobre isto, mesmo diante de tantas dificuldades, eles têm procurado desenvolver práticas que colaborassem para o alcance dos objetivos propostos e, além disso, passaram a dedicar atenção especial à aprendizagem desses discentes da EJA.

Por tudo que foi exposto, esta pesquisa revelou que algumas práticas pedagógicas do Projovem Urbano, em Teixeira de Freitas-BA, têm contribuído para a educação empreendedora dos alunos. Pois, por meio do currículo integrado, nas dimensões Formação Básica, Qualificação profissional e Participação Cidadã, vivenciam-se experiências de ensino e aprendizagem centradas na formação humana e profissional, a partir de métodos, técnicas e posturas docentes, que motivam o atitudes e comportamentos empreendedores dos envolvidos e, estimulam-se práticas, contextualizadas com os saberes escolares e cotidianos do aluno numa perspectiva emancipadora e interdisciplinar.

Sendo assim, a inserção da Educação Empreendedora na EJA, em especial no Projovem Urbano, representa uma possibilidade de promover um ensino que contribua para a emancipação de seus discentes. Assim, preparando-os para analisar, de forma crítica, as suas realidades, com visão ampla sobre as oportunidades de intervenção nos problemas e situações de desigualdades e exclusão social, para que sejam empreendidas ações conscientes, com vista à melhoria nas condições de vida das pessoas na sociedade. No entanto, é importante destacar que qualquer propósito educacional, que vise à formação integrada, precisa garantir, aos alunos, a aquisição dos saberes científicos e profissionais essenciais à atuação desse sujeito no mundo, enquanto cidadão.

7 RECOMENDAÇÕES

A constatação do alto índice de evasão e faltas às aulas no decorrer do curso gerou uma inquietação e instigou a questionar sobre as reais causas dos alunos interromperem esta etapa da vida escolar para que, assim, seja possível empreender ações que visem intervir nessas variáveis no intuito de contribuir não só para a conclusão do Ensino Fundamental desses educandos, mas a continuidade de sua formação educacional e cidadã. Diante disso, torna-se um problema interessante para trabalhos futuros, investigar os fatores que influenciam na evasão escolar no Projovem Urbano em Teixeira de Freitas.

Frente aos problemas relacionados à aprendizagem superficial de alguns conhecimentos específicos da Formação Básica, sugere-se a ampliação da carga horária do Programa de 18 meses, para no mínimo 3 anos. E quanto às dificuldades de aprendizagem, causadas pela falta de conhecimentos prévios, recomenda-se, a divisão em duas etapas de formação: Projovem Urbano - Fundamental 1, para atender os alunos que não concluíram o 5º ano do Ensino Fundamental e, o Projovem Urbano – Fundamental 2, direcionado aos alunos do 6º ao 9º ano.

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

ACÚRCIO, Maria Rodrigues Borges (coord.); ANDRADE, Rosamaria Calaes de. **O empreendedorismo na escola**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Rede Pitágoras, 2005.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; Martins, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.

BASTOS, Maria Flávia; RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Educação e empreendedorismo social: um encontro que (trans)forma cidadãos. **Revista Diálogo**. V.11, n. 33, p. 573-594, mai/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.>> Acesso em 10 mai. 2015.

BASTOS, Maria Flávia; VALE, Gláucia Maria Vasconcelos; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. **Redes, empreendedorismo social e negócios inclusivos: em busca de um modelo sobre inovação no combate à pobreza na América Latina**. 2014.

BORGES, Graziela Scopel; BERNARTT, Maria de Lourdes. Educação e Desenvolvimento Local. IN: **Revista Eletrônica Desenvolvimento Regional**. Vol. I jul-dez/2010. Disponível em <<http://www.famper.com.br/2010/revista-eletronica-vol1.php>>. Acesso em 21 jul. 2015.

BRASIL. **Caderno do Plano de ação comunitária**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012a.

_____. **Projeto de orientação profissional**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012b.

_____. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS, 2015. **História de Teixeira de Freitas**. **Teixeira de Freitas**, Bahia, 2015. Disponível em: <http://www.camaratf.ba.gov.br/historia-de-teixeira-de-freitas/>. Acesso em: 10 de agos. 2015.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CÊA, G. S. dos S.; LUZ, A. S. da. **Empreendedorismo e educação**: reflexões sobre um velho sonho liberal. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 63, agosto/2006. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/063/63cealuz.htm>>. Acesso em 10 jun. 2015.

CHINOY, Ely. **Sociedade**: uma introdução à sociologia. 8. ed. São Paulo: Cultix, 1982.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

COAN, Marival. Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e prática. 2011. 540 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Santa Catarina, SC.

COMPANHIA CATARINENSE DE EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS. **Site institucional Comfloresta**. Principal. Disponível em: < <http://1970.br.all.biz/>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**: história e grandes temas. São Paulo: Saraiva, 2013.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DOLABELA, Fernando. Pedagogia Empreendedora. **Revista de Negócios Blumenau**, v. 9. n. 2, p. 127-130, abril/junho 2004. Entrevista concedida pelo Professor Fernando Dolabela à Professora Marianne Hoeltgebaum em 25/06/2004. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/293/280>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DOWBOR, Laudislau. Educação e apropriação da realidade local. **Estudos avançados**, v. 21, n. 60, São Paulo, Maio/Ag. 2007. Disponível em: <http://http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10238>. Acesso em: 02 jun. 2015.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor**: prática e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

FRANCO, Augusto de. **A rede**. São Paulo: Escola de Redes, 2012. Disponível em: <http://net-hcw.ning.com/page/a-rede>>. Acesso em: 12 abr 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 24 ed., Rio de Janeiro: 1979.

_____. **Extensão ou comunicação** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1. v. 19, p. 71-87, jan/jun. 2001. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 12 mar. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**. São Paulo, 2005. Disponível em http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392215839_O%20TRABALHO%20COMO%20PRINC%C3%8DPIO%20EDUCATIVO%20NO%20PROJETO.pdf>. Acesso em 01.04.2015.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2005.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUATHIER, Clermont et al. **Por uma teoria da pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Ijuí: Unijuí, 1998.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Infográficos: dados gerais do município**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=293135&search=||infogr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>. Acesso em: 15 mar. 2015.

KUNSCH, Waldemar Luiz, Margarida Maria Krohling (orgs.). **Relações públicas comunitárias**: a comunicação numa perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Sammus, 2007. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista6/20a225.pdf. >. Acesso em 02 agosto 2015.

LABORATÓRIO TRABALHO E FORMAÇÃO (coord.). **Saúde**: guia de estudo.. Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Departamento Nacional, 2012.

LAFFIN, Maria Hermínia Lages Fernandes (org.). **Educação de jovens e adultos e educação na diversidade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

LAFFIN, Maria Hermínia Lages Fernandes (org.). **Educação de jovens e adultos, diversidade e mundo de trabalho**. Ijuí: Unijuí, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, Adeus professora?** Novas tecnologias educacionais e profissão docente. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBERATO, Antônio Carlos Teixeira. Empreendedorismo na escola pública: despertando competências, promovendo a esperança! **Biblioteca Interativa SEBRAE**, 2007. Disponível em: <<http://bis.sebrae.com.br/bis/conteudoPublicacao.zhtml?id=1583>>. Acesso em: 15 de agos. 2015.

LOPES, Rose (org.). **Educação empreendedora**: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: SEBRAE, 2010.

MAFRA, Jason et al. (orgs.). **Globalização, educação e movimentos sociais**: 40 anos da Pedagogia do oprimido. São Paulo. Editora L, 2009.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação**: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Loyola, 2007.

MOLL, Jaqueline (org.). **Educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2005.

RAGGI, Desirée Gonçalves. **A Metodologia de projetos**: Uma Possibilidade para a Educação Emancipatória dos Estudantes do EMJAT/PROEJA no CEFETES. 2008. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade del Norte, Assunção, PY 05.07.2008.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educação e Sociedade**. v. 23, n. 80, p. 401-422, setembro 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicap.br>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

RUMMERT, Sônia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI: o novo que reitera antiga destruição de direitos. **Revista de Ciências da Educação**. Lisboa, n. 2, p. 35-50, jan./abr.2007. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/sisifo0203.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

SALGADO; Maria Umbelina Caiafa (Org.) **Manual do Educador**: Orientações Gerais. Revisão de Leandro Bertoletti Jardim. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012.

SALGADO; Maria Umbelina Caiafa; AMARAL, Ana Lúcia (Orgs.). **Guia de estudo:** unidade formativa III. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem urbano, 2012.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, W. S. Organização Curricular Baseada em Competência na Educação Médica. **Revista Brasileira de Educação Médica** (Impresso), Brasília: Distrito Federal v. 35, p. 86-92, mar. 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE TEIXEIRA DE FREITAS. **Plano Municipal de Educação 2015-2025.** Teixeira de Freitas, 2015.

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOHSTEN, Carlos Von. **Inteligência empreendedora.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

SOUZA, Adriano Mohn. **Jovens e educação empreendedora:** que discurso é esse? 2006, 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás/GO, 2006.

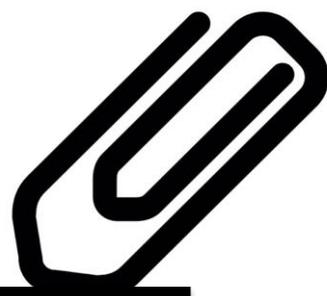
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2004.

VASCONCELOS, A. Meira et al. Educação profissional e educação empreendedora: uma reflexão crítica dos aspectos teóricos e metodológicos. **E-Tech Tecnologias para Competitividade Industrial.** Florianópolis, n. especial, educação, p. 1-14, 2012. Disponível em: <http://revista.ctai.senai.br/index.php/edição01/article/viewFile/313/262>. Acesso em 04 abr. 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord.). **Repensando a didática.** Campinas, SP: Papirus, 2004.

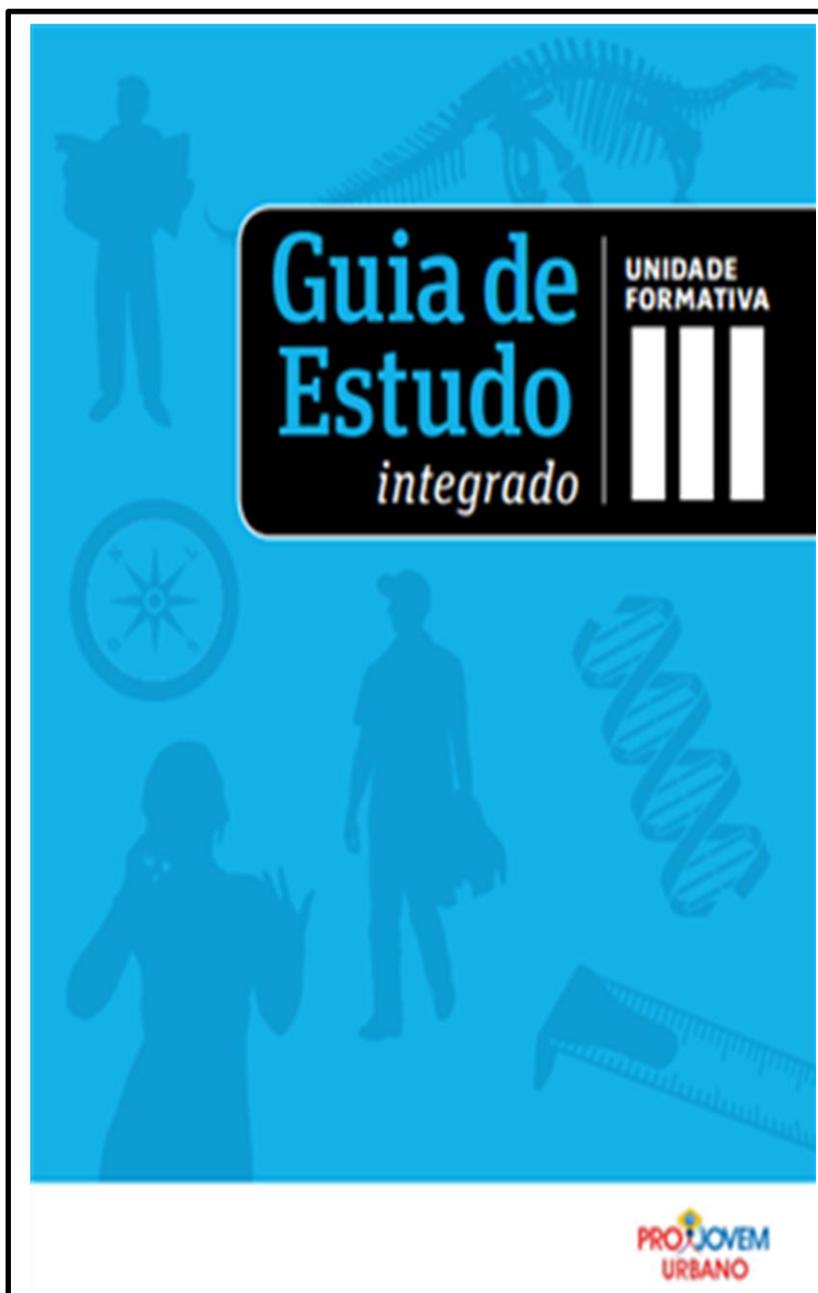
ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXOS



ANEXO II

Capa - Guia de Estudo Integrado Projovem Urbano – Unidade Formativa III



ANEXO III

Sumário - Guia de Estudo Integrado Projovem Urbano – Unidade Formativa III

(Continua)

UNIDADE FORMATIVA III	
SUMÁRIO	
O SEU GUIA DE ESTUDO / 8	
	
CIÊNCIAS HUMANAS / 15	
1. Os significados do trabalho para a juventude /17	6. Economia solidária /48
2. O trabalho e as transformações do espaço geográfico /21	7. Trabalho, cidadania e condições de vida /52
3. As mudanças nas relações de trabalho no Brasil /26	8. Lutas e conquistas no mundo do trabalho /56
4. O trabalho livre e assalariado /35	9. A educação, os novos desafios e a juventude /60
5. Emprego, subemprego e desemprego /40	10. Trabalho, lazer e tempo livre /63
LÍNGUA PORTUGUESA / 69	
1. O trabalho no campo /71	6. O que queremos com o trabalho /95
2. Trabalhando com a arte /75	7. O trabalhador digno /99
3. Trabalho do outro /79	8. Observando o trabalho alheio /104
4. O trabalho com o humor /85	9. Nossos direitos /107
5. A dedicação no trabalho /91	10. O trabalho na arte popular /111
INGLÊS / 115	
1. Do you work? /119	6. Second day at work /143
2. My house /123	7. The party starts /148
3. My house II /128	8. Our jobs /153
4. Looking for a job /132	9. Our jobs II /158
5. Mid review /137	10. Review /162
MATEMÁTICA / 165	
1. Gráficos que ajudam a entender o nosso mundo /167	3. Fracionar para quê? /181
2. Para que servem os números negativos? /173	4. Comparando e operando com frações /186

ANEXO III

Sumário - Guia de Estudo Integrado Projovem Urbano – Unidade Formativa III

(Conclusão)

 SUMÁRIO	
<ul style="list-style-type: none"> 5. Onde utilizamos números decimais? / 190 6. O que é proporcional? / 198 7. A proporcionalidade no dia a dia / 205 	<ul style="list-style-type: none"> 8. Calculando áreas de superfícies retangulares / 210 9. A proporcionalidade no trabalho / 214 10. Descobrimo porcentagens / 219
CIÊNCIAS DA NATUREZA / 223	
<ul style="list-style-type: none"> 1. Saúde no ambiente de trabalho / 225 2. Riscos ambientais: prevenir é melhor que remediar / 228 3. Qualidade de vida do trabalhador: buscando o equilíbrio / 234 4. O metal e a pedra / 239 5. Das pedras ao metal: a metalurgia / 244 6. Elementos químicos e as 	<ul style="list-style-type: none"> partículas subatômicas / 249 7. A corrosão: oxidação de metais / 254 8. Energia e trabalho: tempos modernos / 258 9. O uso da tecnologia e as transformações da matéria, da energia e da vida: um admirável mundo novo? / 265 10. Os processos produtivos e a energia: sabendo usar... não vai faltar? / 271
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ / 277	
<ul style="list-style-type: none"> 1. Quem somos? / 279 2. Qual é o foco da nossa ação? / 281 3. Por que e para que vamos realizar a ação escolhida? / 284 4. Quem será atingido pelo que vamos fazer? / 286 5. Que resultados queremos alcançar e como? / 288 6. Com o quê, com quem e quando vão ser realizadas as atividades previstas? / 289 	<ul style="list-style-type: none"> 7. Como vamos nos organizar para monitorar o que vamos fazer? / 292 8. Que sentido(s) tem o meu compromisso com as tarefas definidas no PLA? / 296 9. Como vamos apresentar o PLA no evento público? / 297 10. O que é preciso para preparar o evento público? / 298
INFORMÁTICA / 299	
<ul style="list-style-type: none"> 1. Apresentações eletrônicas / 301 	<ul style="list-style-type: none"> 2. Planilhas eletrônicas / 306

APÊNDICES



APÊNDICE A - ROTEIRO ENTREVISTA EDUCADORPROGRAMA DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM URBANONÚCLEO TEIXEIRA DE FREITAS-BAHIAESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO CHICON SOBRINHO

Estamos realizando esta pesquisa para identificar as concepções dos professores, coordenadores e gestores sobre o empreendedorismo na sociedade e educação. Este instrumento faz parte de uma da metodologia adotada para desenvolver um estudo que tem como objetivo analisar as contribuições das práticas pedagógicas desenvolvidas no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem para a educação empreendedora dos educandos frente às novas exigências sociais no município de Teixeira de Freitas-BA.

Portanto, gostaríamos de contar com a sua colaboração, pois sua participação é muito importante. A pesquisa não divulgará dados pessoais dos participantes, e os dados coletados através das entrevistas serão usados exclusivamente para a obtenção dos objetivos apresentados, onde o pesquisador será o responsável pelo seu sigilo e guarda.

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (A)

Nome (opcional): _____

Função: _____

Disciplina que leciona: _____

Segmento/Série: _____

Educação Empreendedora no Projovem Urbano: Uma análise das práticas pedagógicas

Faixa etária do (a) participante (a):

até 20 anos 21 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos Acima de 50 anos

Nível de escolaridade:

- Ensino Médio completo
 Ensino Superior incompleto
 Ensino Superior completo
 Pós-graduação Lato Sensu
 Pós-graduação Stricto Sensu

Tempo de atuação na educação básica:

- até 5 anos
 de 5 à 10 anos
 de 10 à 15 anos
 de 15 à 20 anos
 mais de 20 anos

Perguntas Propostas

1. Já participou de algum curso sobre empreendedorismo no decorrer de sua formação? Caso a resposta seja sim, onde?
2. Você considera relevante ensinar empreendedorismo na escola pública?
3. É possível ensinar empreendedorismo na Educação de Jovens e Adultos?

Educação Empreendedora no Projovem Urbano: Uma análise das práticas pedagógicas

4. De que forma a educação empreendedora pode contribuir na formação dos discentes do Projovem?
5. O que significa para você a proposta de uma educação empreendedora?
6. Você pode citar um exemplo de uma prática pedagógica que proporcione aos discentes do Projovem a formação empreendedora?

APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA EDUCADOR

PROGRAMA DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM URBANO

NÚCLEO TEIXEIRA DE FREITAS-BAHIA

ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO CHICON SOBRINHO

Em cumprimento ao protocolo da pesquisa “Educação Empreendedora no Projovem Urbano: Uma análise das práticas pedagógicas” – eu, Daniel Silva Santos, pesquisador do Projovem Urbano – Núcleo Teixeira de Freitas – realizada no ano de 2015, na Escola Municipal Antônio Chicon Sobrinho, solicito autorização dos profissionais e alunos envolvidos no estudo para utilização de imagens e áudios obtidos por meio de fotografias e gravações na produção do relatório de pesquisa. Saliento que estes recursos serão utilizados exclusivamente para fins científicos ligados a esta pesquisa.

Atenciosamente,

Daniel Silva Santos

Eu, _____, autorizo a utilização das imagens e gravações de voz na produção da pesquisa “Educação Empreendedora no Projovem Urbano: Uma análise das práticas pedagógicas”, desenvolvida por Daniel Silva Santos, no ano de 2015, na Escola Municipal Antônio Chicon Sobrinho – Núcleo Projovem Urbano em Teixeira de Freitas-Bahia.

Assinatura: _____

RG: _____ Data: _____ Telefone: () _____

**APÊNDICE C – CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO
DO GRUPO FOCAL – Estudantes**

PROGRAMA DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM URBANO
NÚCLEO TEIXEIRA DE FREITAS-BAHIA
ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO CHICON SOBRINHO

Prezado aluno (a),

Para a realização da pesquisa “Educação Empreendedora no Projovem Urbano: Uma análise das práticas pedagógicas”, convidamos-lhes para participar do grupo focal que ocorrerá no dia 14 e 15 de dezembro de 2015, na Biblioteca, com início às 18 h e término às 19 horas.

Sua presença é de grande importância.

Atenciosamente,

Daniel Silva Santos

APÊNDICE D⁶ – ROTEIRO GRUPO FOCAL – Estudantes**PROGRAMA DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM URBANO****NÚCLEO TEIXEIRA DE FREITAS-BAHIA****ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO CHICON SOBRINHO**

1) Local: Escola Municipal Antônio Chicon Sobrinho – Biblioteca

Data: 14 e 15 de dezembro de 2015.

Horário: 18 h

2) Equipe:

- ✓ Moderador: Pesquisador
- ✓ Relator: Deusdedith Santana Neto.
- ✓ Assessoria de gravação de áudio e imagens: Deusdedith Santana Neto.

3) Participantes: Os sujeitos da pesquisa são 10 alunos (dois de cada turma) que cursam o Projovem Urbano e participam ativamente das aulas e projetos desenvolvidos pelo programa.

4) Objetivo: Avaliar as contribuições do Projovem Urbano na formação empreendedora dos alunos (as) no decorrer do curso.

5) Materiais necessários: Pranchetas, celular com gravador de áudio, cadeiras e bloco de anotações.

Daniel Silva Santos
Mestrado Profissional em Gestão Social Educação e Desenvolvimento Regional
Faculdade Vale do Cricaré - FVC

⁶ Adaptação do roteiro utilizado por RAGGI, D.G. *A metodologia de projetos - uma possibilidade para a educação emancipatória dos estudantes do EMJAT//PROEJA no CEFETES*. Tese de doutorado. Universidade del Norte. Assunção, PY. 2008.

6) Roteiro de atividades:

Estabelecer o *rapport* - apresentar o propósito e o formato da reunião para possibilitar um clima confiável e produtivo em relação à coleta de informações.

- ✓ Explicar que o anonimato será assegurado;
- ✓ Informar que cada participante terá 5 minutos para expor suas ideias em cada rodada de perguntas, devendo ser evitadas as conversas paralelas;
- ✓ Ressaltar que as opiniões divergentes serão bem-vindas, desde que apresentadas no momento oportuno;
- ✓ Deixar claro que para maior aproveitamento das informações será utilizado o gravador de áudio para transcrições das falas.
- ✓ Destacar que é de suma importância a participação de forma espontânea e natural.

7) Perguntas:

1. Você considera que a criatividade é estimulada no Projovem urbano?
2. Que tipo de atividade na sala de aula explora suas habilidades de planejar ações que possam mudar sua realidade?
3. De que forma as aulas incentivam a sua capacidade de analisar criticamente e identificar as oportunidades no mercado e na sociedade?
4. Foram e/ou são trabalhados conteúdos que estimulam algumas ideias sobre as mudanças necessárias na sua comunidade?
5. O empreendedorismo é discutido pelos professores nas aulas? Como?
6. Você acha que estudar no Projovem foi importante para você? Por que?
7. Percebeu mudança na sua profissão e em sua vida, em decorrência do Projovem? Em que sentido?